



UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE LETRAS
SECRETARIADO EXECUTIVO

Análise crítica de discursos da política Marina Silva – entrevistas aos programas “Roda Viva” e “Poder e Política” em 2011, 2012 e 2013

Monografia apresentada como exigência da disciplina SEC 499 – Monografia –, do curso de Secretariado Executivo Trilíngue da Universidade Federal de Viçosa, sob a orientação da professora Rosália Beber de Souza.

Viçosa
Minas Gerais – Brasil
2014

A monografia intitulada

Análise crítica de discursos da política Marina Silva – entrevistas aos programas “Roda Viva” e “Poder e Política” em 2011, 2012 e 2013

Elaborada por

Fernanda Macedo Moreira

Como exigência da disciplina SEC 499 – Monografia – e requisito para a conclusão do curso de Secretariado Executivo Trilíngue da Universidade Federal de Viçosa foi aprovada por todos os membros da banca examinadora.

Viçosa, 29 de janeiro de 2014.

Professora Rosália Beber de Souza (DLA/UFV)
Orientadora

Professora Ana Carolina Gonçalves Reis (DLA/UFV)
Examinadora

Professora Débora Carneiro Zuin (DLA/UFV)
Examinadora

Conceito: S

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço sempre a Deus. Se não fossem sua graça, sua misericórdia e seu amor sobre mim e minha família todos os dias, eu não sei como ainda estaríamos de pé, depois de tudo.

Agradeço a minha família pelo sustento financeiro e, principalmente, pelo sustento emocional durante os quatro anos de graduação. Em 2010, eu não tinha dimensão do que é ver a filha de dezessete anos sair de casa para morar sozinha, longe da proteção de casa. Hoje eu posso minimamente vislumbrar o sacrifício que meus pais fizeram para que, no final, tudo sempre desse certo. Agradeço a minha família de Muriaé, por sempre me acolher tão bem e fazer da minha caminhada um processo menos árduo. Agradeço especialmente ao Marcos, o qual conheci ainda no início do curso, mas que caminha comigo até hoje. Obrigada, meu amor, por muitas vezes ser a minha lucidez.

Agradeço aos meus amigos, tanto os de Viçosa quanto os de Rio das Ostras. Aos de Viçosa, por ser minha família aqui. Aos de Rio das Ostras, por me fazer querer voltar.

Cito aqui Larissa, que fez com que eu me sentisse em casa novamente, depois de três anos e meio; Venan, que fez os meus dias mais suaves e me fez rir e sorrir! Muito!; Yuri e Juliana, que foram os companheiros mais agradáveis que tivemos aqui.

Finalmente, e com um carinho especial, agradeço à professora e orientadora Rosália. Obrigada pela atenção e disponibilidade ao orientar tão bem o meu trabalho e pela presteza nos momentos em que importunei o seu sossego.

A todos que citei, peço: por favor, recebam a minha eterna gratidão!

RESUMO

A compreensão do cenário político é essencial para que os cidadãos possam exercer sua cidadania. Estar ciente do que acontece na política nacional, âmbito tratado neste trabalho, permite aos cidadãos avaliar criticamente a situação de seu país e fazer não apenas melhores escolhas no ato das eleições, como também um monitoramento da postura daqueles que nos representam perante o poder público. Ao analisar o discurso de um político, pode-se ter um conhecimento prévio do cenário político – neste caso, em âmbito nacional –, pois ele narra acontecimentos passados e presentes sobre o que tem acontecido na política. Sendo assim, buscou-se analisar o discurso de Marina Silva por meio de três entrevistas concedidas por ela no período de 2011 a 2013: uma em 13 de junho de 2011, concedida ao programa “Roda Viva”, uma em 26 de fevereiro de 2012, ao programa “Poder e Política”, e uma em 21 de outubro de 2013, novamente ao programa “Roda Viva”. As entrevistas foram veiculadas pelos programas citados, mas foram consultadas para análise por meio da rede social de vídeos *Youtube* e transcritas pela pesquisadora. Para análise desses discursos, foram usados conceitos de Resende e Ramalho (2006) como também a abordagem de Análise do Discurso Crítica, proposta por Fairclough (2003), sendo tais discursos analisados a partir dos significados Representacional e Identificacional. Este trabalho procurou, então, identificar quais foram as estratégias discursivas adotadas por ela em seus discursos, bem como traçar seu perfil discursivo e verificar como suas representações do mundo (físico, social e mental) são estabelecidas.

Palavras-chave: Análise do Discurso Crítica, Marina Silva, Significado Representacional, Significado Identificacional.

ABSTRACT

The comprehension of the political scene is essential so that the citizens can exercise their citizenship. Being aware of what is happening in national scenario, as considered in this research, allows the citizens to evaluate critically the situation of their country and to make not only best choices in presidential elections, but also to monitor the posture of that ones who represent us before the government. Analyzing a politician's discourse allows the citizens to have a previous knowledge about the politics scenario – in this case, the national one –, because he reports past and actual facts about what has happened in the national politics. Therefore, this research analyzed Marina Silva's discourse by three interviews, granted by her, from 2011 to 2013: the first one was on June 13th, 2011, granted to the television program “Roda Viva”; the second one was on February 26th, 2012, to the online program “Poder e Política”; and the third one was on October 21st, 2013, again to the program “Roda Viva”. The interviews were transmitted by the cited programs, but they were consulted for analysis on the videos social network *Youtube* and transcript by the researcher. To analyze her discourse, were used concepts from Resende e Ramalho (2006) as well as the approach to Critical Discourse Analysis, proposed by Norman Fairclough (2003), and it was analyzed from the Representation and Identification. Then, this research aimed at identifying the discursive strategies adopted by Marina in her discourses, tracing her discursive profile and verifying how her representations of the material, mental and social world are established.

Keywords: Critical Discourse Analysis, Marina Silva, Representation, Identification.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Etapas do Enquadre para ADC de Chouliaraki e Fairclough.....	17
---	----

SUMÁRIO

RESUMO	iv
ABSTRACT	v
LISTA DE TABELAS	vi
1. INTRODUÇÃO.....	9
2. JUSTIFICATIVA	11
3. OBJETIVOS.....	12
3.1 Objetivos gerais	12
3.2 Objetivos específicos	12
4. METODOLOGIA.....	13
4.1 Natureza da pesquisa	13
4.2 Objeto de estudo	14
4.2.1 Marina Silva.....	14
4.2.2 Programa “Roda Viva”	14
4.2.3 Programa “Poder e Política”	15
4.3 Método de coleta de dados.....	15
4.4 Método de análise de dados	16
5. REFERENCIAL TEÓRICO	18
5.1 Modelo tridimensional de análise do discurso.....	19
5.1.1 O discurso como texto	20
5.1.2 O discurso como prática discursiva	20
5.1.3 O discurso como prática social	21
5.2 Enquadre para ADC de Chouliaraki e Fairclough	22
5.3 Os três significados do texto: Acional, Representacional e Identificacional	24
5.3.1 Significado Acional.....	24
5.3.2 Significado Representacional	25
5.3.3 Significado Identificacional	27
6. ANÁLISE DO DISCURSO DE MARINA SILVA	29
6.1 Significado Representacional	29
6.1.1 Entrevista para o programa “Roda Viva”, 2011	30
6.1.2 Entrevista para o programa “Poder e Política”, 2012	35
6.1.3 Entrevista para o programa “Roda Viva”, 2013	40

6.2 Significado Identificacional	44
6.2.1 Entrevista para o programa “Roda Viva”, 2011	45
6.2.2 Entrevista para o programa “Poder e Política”, 2012	46
6.2.3 Entrevista para o programa “Roda Viva, 2013	47
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
8. REFERÊNCIAS	51
9. APÊNDICES	53
9.1 Transcrição da entrevista para o Roda Viva, 2011	53
9.2 Transcrição da entrevista para o Poder e Política, 2012	63
9.3 Transcrição da entrevista para o Roda Viva, 2013.....	73

1. INTRODUÇÃO

Maria Osmarina Marina Silva Vaz de Lima é uma política nascida em 1958 no Acre, em uma comunidade chamada Breu Velho. Em 1986, Marina filiou-se ao Partido dos Trabalhadores (PT) e nele permaneceu até 2008. Durante seu tempo no partido, foi eleita vereadora, deputada estadual, senadora e, finalmente, Ministra do Meio Ambiente no governo Lula, quando deixou o partido alegando crescentes resistências à condução da agenda ambiental (*Site Minha Marina*). Logo após, afiliou-se ao Partido Verde (PV), partido pelo qual concorreu à presidência nas eleições presidenciais de 2010, obtendo o terceiro lugar com quase 20 milhões dos votos válidos. Em 2011, por causa de conflitos com membros do PV, Marina deixou o partido e, logo no início de 2013, lançou a Rede Sustentabilidade, partido idealizado por ela mesma (*Site Voz do Acre*).

A Rede foi idealizada por Marina Silva após sua saída do PV e é um partido de ideais ambientalistas, seguindo a linha de sua idealizadora. Contudo, não teve seu registro deferido, pois Marina não conseguiu colher o número de assinaturas exigido por lei dentro do prazo dado pelo Superior Tribunal Eleitoral (STE) para a criação de novos partidos. Com a não criação de seu partido, Marina afiliou-se ao Partido Socialista Brasileiro (PSB) em 2013 (*Site Estadão*).

Para a análise dos discursos citados, foi escolhido o arcabouço teórico-metodológico da Análise do Discurso Crítica, proposto por Fairclough (2003). É possível perceber, por meio dela, que um discurso possui não apenas informações, mas

também significados, que podem ser diferentes se presentes em diferentes culturas. Além disso, um discurso está permeado de valores, elementos sociais e culturais, sentidos, e contribui para a criação da identidade social, das relações sociais e do sistema de crenças e conhecimento. Essa característica subjetiva da Análise do Discurso Crítica justifica a escolha da pesquisadora de trabalhar com essa vertente teórico-metodológica. Além disso, foram usados conceitos de Resende e Ramalho (2006) e reflexões de Souza (2012).

Dentro do recorte temporal que abrange desde sua saída do PV até sua afiliação ao PSB, de 2011 a 2013, foram analisadas três entrevistas de Marina Silva: uma em 13 de junho de 2011, concedida ao programa “Roda Viva”, uma em 26 de fevereiro de 2012, ao programa “Poder e Política”, e uma em 21 de outubro de 2013, novamente ao programa “Roda Viva”.

O programa Roda Viva começou em 1986, após o Regime Militar, e foi criado com a finalidade de apresentar entrevistas para a sociedade sobre temas relevantes. Segundo seu próprio portal na internet, “Num cenário único, os entrevistados colocam-se diante de jornalistas e especialistas convidados para expor suas opiniões e esclarecer questões relevantes para a sociedade brasileira”. Atualmente, o programa possui cobertura via Twitter e é exibido pela IPTV Cultura, sua Web TV, antes mesmo de ser exibido na televisão. O programa vai ao ar toda segunda-feira às 22h e é veiculado pela TV Cultura.

O programa “Poder e Política” é um programa de entrevistas que saiu da parceria entre o jornal *Folha de São Paulo* e o portal UOL e existe desde 2011. “As entrevistas são publicadas simultaneamente na *Folha* (versões impressa e online) e no UOL, sempre no dia seguinte à gravação. Na internet ficam disponíveis os melhores trechos e a íntegra da entrevista (em vídeo, áudio e texto)”. Nas entrevistas escolhidas, Marina aborda a questão do gênero, da religião e, principalmente, da política.

Desta maneira, este trabalho teve por objetivo analisar os discursos de Marina Silva, revelados por ela nas três entrevistas escolhidas para a análise, enquanto ex-candidata à presidência e como os aspectos “política”, “meio ambiente” e “gênero” são por ela representados.

2. JUSTIFICATIVA

Este trabalho apoia-se na grande importância tanto do estudo da linguagem por meio da Análise do Discurso Crítica quanto da compreensão do cenário político para um melhor exercício da cidadania.

É possível perceber, por meio da Análise do Discurso, que, segundo Fairclough (2003), um discurso traz não apenas informações, mas também significados, que podem ser diferentes se presentes em diferentes culturas. Além disso, um discurso está permeado de valores, elementos sociais e culturais, sentidos, e contribui para a criação da identidade social, das relações sociais e do sistema de crenças e conhecimento.

A compreensão do cenário político de uma localidade, por sua vez, permite ao cidadão ter consciência do que acontece ao seu redor e condições para ter um pensamento crítico diante dos fatos.

Sendo assim, após a análise dos discursos de Marina – contidos nas três entrevistas selecionadas –, este trabalho buscará identificar quais foram – e são – as estratégias discursivas adotadas por ela.

3. OBJETIVOS

3.1 Objetivos gerais

Como objetivo desta pesquisa, aponta-se analisar o discurso de Marina Silva veiculado em três entrevistas – uma em 13 de junho de 2011, concedida ao programa “Roda Viva”, uma em 26 de fevereiro de 2012, ao programa “Poder e Política”, e uma em 21 de outubro de 2013, novamente ao programa “Roda Viva”.

3.2 Objetivos específicos

Tem-se como objetivos específicos deste trabalho:

- Identificar as estratégias discursivas adotadas por Marina nos discursos analisados;
- Traçar seu perfil discursivo no período de 2011 a 2013 enquanto política;
- Analisar se houve mudança em seu discurso de um ano para o outro;
- Identificar o modo como os principais aspectos abordados por Marina (política, gênero e meio ambiente) são representados por ela;
- Identificar suas representações de mundo (físico, mental e social).

4. METODOLOGIA

4.1 Natureza da pesquisa

A pesquisa de campo pode ser caracterizada, segundo Lakatos e Marconi (2003, p. 187), em quantitativa-descritiva, exploratória (p. 188) ou experimental (p. 189). A pesquisa quantitativa-descritiva é definida por “[...] investigações de pesquisa empírica cuja principal finalidade é o delineamento ou análise das características de fatos ou fenômenos, a avaliação de programas, ou o isolamento de variáveis principais ou chave” (LAKATOS e MARCONI, 2003, p. 187). Já a pesquisa exploratória é aquela que, segundo Lakatos e Marconi (2003, p. 188), é realizada com o intuito de “desenvolver hipóteses, aumentar a familiaridade do pesquisador com um ambiente, fato ou fenômeno, para a realização de uma pesquisa futura mais precisa ou modificar e clarificar conceitos”. A pesquisa experimental, por sua vez, é aquela que possui um foco empírico de pesquisa, testando hipóteses que tratam de relações de causa-efeito (LAKATOS e MARCONI, 2003). Desta maneira, este trabalho é de natureza qualitativa, pois não tem a intenção de contabilizar dados e analisá-los a partir desse resultado, mas de analisar o efeito que determinado fato provoca em um meio social. Além disso, se enquadra no modelo de pesquisa exploratória, porque desenvolveu hipóteses, aumentou a familiaridade da pesquisadora com o fato e esclareceu conceitos,

os quais foram identificados e explicados a partir das representações de mundo de Marina Silva.

4.2 Objeto de estudo

A análise crítica dos discursos de Marina Silva foi feita a partir de três entrevistas concedidas por ela no período de 2011 a 2013: uma em 13 de junho de 2011, concedida ao programa “Roda Viva”, uma em 26 de fevereiro de 2012, ao programa “Poder e Política”, e uma em 21 de outubro de 2013, novamente ao programa “Roda Viva”.

4.2.1 Marina Silva

Maria Osmarina Marina Silva Vaz de Lima é uma política nascida em 1958 no Acre, em uma comunidade chamada Breu Velho. Em 1986, Marina filiou-se ao Partido dos Trabalhadores (PT) e nele permaneceu até 2008. Durante seu tempo no partido, foi eleita vereadora, deputada estadual, senadora e, finalmente, Ministra do Meio Ambiente no governo Lula, quando deixou o partido alegando crescentes resistências à condução da agenda ambiental (*Site Minha Marina*). Logo após, afiliou-se ao Partido Verde (PV), partido pelo qual concorreu à presidência nas eleições presidenciais de 2010, obtendo o terceiro lugar com quase 20 milhões dos votos válidos. Em 2011, por causa de conflitos com membros do PV, Marina deixou o partido e, logo no início de 2013, lançou a Rede Sustentabilidade, partido idealizado por ela mesma (*Site Voz do Acre*).

4.2.2 Programa “Roda Viva”

O programa Roda Viva começou em 1986, após o Regime Militar no Brasil. Foi criado com a finalidade de apresentar entrevistas para a sociedade sobre temas relevantes. Segundo o próprio portal do programa na internet, “Num cenário único, os entrevistados colocam-se diante de jornalistas e especialistas convidados para expor suas opiniões e esclarecer questões relevantes para a sociedade brasileira”. Atualmente, o programa possui cobertura via Twitter e é exibido pela IPTV Cultura, sua Web TV, antes mesmo de ser exibido na televisão. O programa vai ao ar na televisão toda segunda-feira, às 22h, e é veiculado pela TV Cultura (*Site Roda Viva*).

Duas exibições do programa foram utilizadas neste trabalho. A primeira ocorreu no dia 13 de junho de 2011, sob a apresentação de Marília Gabriela e com a presença do biólogo e jornalista Eduardo Geraque, repórter do “Cotidiano” do jornal *Folha de São Paulo*. Contou também com a presença da jornalista Mona Dert, colunista do portal IG, e dos titulares do programa, Augusto Nunes e Paulo Moreira Leite. A terceira entrevista analisada, segunda concedida por Marina ao programa Roda Viva, ocorreu no ano de 2013, no dia 21 de outubro, com apresentação de Augusto Nunes. A bancada de entrevistadores, nesta última, contou com Eliane Cantanhêde, colunista do jornal *Folha de São Paulo*, Maria Cristina Fernandes, editora política do jornal *Valor Econômico*, Diego Escosteguy, diretor da sucursal da revista *Época* em Brasília, Mário Simas Filho, diretor de redação da revista *Isto é*, e Ricardo Gandour, diretor de conteúdo do grupo *Estado*.

4.2.3 Programa “Poder e Política”

O programa “Poder e Política” é um programa de entrevistas que saiu da parceria entre o jornal *Folha de São Paulo* e o portal UOL e existe desde 2011. “As entrevistas são publicadas simultaneamente na *Folha* (versões impressa e online) e no UOL, sempre no dia seguinte à gravação. Na internet ficam disponíveis os melhores trechos e a íntegra da entrevista (em vídeo, áudio e texto)” (*Site Poder e Política*).

A exibição do programa durante o qual Marina concedeu a entrevista ocorreu no dia 26 de fevereiro de 2012, sob a apresentação de Fernando Rodrigues, o qual efetuou também a entrevista.

4.3 Método de coleta de dados

O método de coleta de dados para este trabalho passou pelas seguintes etapas: revisão bibliográfica para elaboração do Referencial Teórico, seleção das entrevistas a serem analisadas e transcrição das entrevistas.

A revisão bibliográfica é, segundo Lakatos e Marconi (2003, p. 158), “um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema”. Dada essa importância, foram escolhidos livros como *Analysing Discourse* (Fairclough, 2003), da área de Análise do Discurso Crítica, vertente teórico-metodológica que foi

utilizada, a fim de se estudar os conceitos e implicações desse processo de análise sobre este trabalho.

A entrevista, um dos meios pelo qual uma conversação é efetuada entre dois ou mais sujeitos, “consiste no desenvolvimento de precisão, focalização, fidedignidade e validade de certo ato social como a conversação” (GOODE e HATT, 1969, p. 237, *apud* LAKATOS e MARCONI, 2003, p. 196). É devido a essa fidedignidade e precisão, como defendido pelas autoras, que optamos por analisar os discursos de Marina nos períodos citados fazendo uso desse recurso.

As entrevistas selecionadas para análise estão disponíveis na rede social de vídeos *Youtube* e de lá foram retiradas. Após o acesso às entrevistas, elas foram transcritas literalmente, sem qualquer modificação por parte da pesquisadora. Em seguida, foram submetidas a análise crítica do discurso.

4.4 Método de análise de dados

Para Lakatos e Marconi (2003, p. 167), a análise de dados é um processo por meio do qual se tenta “evidenciar as relações existentes entre o fenômeno estudado e outros fatores”. Ou seja, por meio da análise dos dados coletados, o pesquisador tenta estabelecer um vínculo entre as informações presentes nos dados coletados por ele e outros fatores ou até mesmo ao embasamento teórico construído após sua pesquisa bibliográfica. O método de análise de dados escolhido para este trabalho foi a Análise do Discurso Crítica, proposta por Norman Fairclough, sob a ótica dos significados Representacional e Identificacional.

A Análise do Discurso Crítica é uma vertente teórico-metodológica que se utiliza da análise de um discurso escrito ou falado. Ela é abordada principalmente por meio da Teoria Social do Discurso, de autoria de Fairclough. Ela é orientada tanto social quanto linguisticamente. Segundo Fairclough (2003, p. 15), a abordagem crítica da linguagem contribui para que relações de poder ocultas sejam explicitadas e analisadas de modo a produzir mudança social capaz de beneficiar aqueles que se encontram em posição menos favorecida e para que seja estabelecida uma base científica para uma análise crítica da vida social tanto política quanto moralmente.

O Significado Representacional corresponde à representação dos mundos físico (processos, relações e estruturas), mental (pensamentos, sentimentos, crenças) e social. Fairclough (2003) afirma que em diferentes discursos há diferentes perspectivas do

mundo, pois cada sujeito ocupa uma posição social, econômica, familiar etc. diferente. O autor aborda as escolhas nas representações de atores sociais e diz que essa representação “é uma recontextualização de práticas sociais realizadas em eventos sociais” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 145, *apud* SOUZA, 2012, p. 72). O Significado Identificacional, por sua vez, aborda as construções de identidades no discurso, identidades essas que só podem ser construídas social e culturalmente, a partir do processamento de dados vindos “da história, da geografia, da biologia, de instituições produtivas e reprodutivas, da memória coletiva, de fantasias pessoais, de aparatos de poder e revelações de cunho religioso” (CASTELLS, 2004, p. 23, *apud* SOUZA, 2012, p. 29). Segundo a autora, a identidade é construída em um contexto em que existem relações de poder. A partir daí, estabelece três tipos de identidades: identidade legitimadora – quando é estabelecida pelas instituições dominantes da sociedade a fim de estender sua dominação –; identidade de resistência – quando é estipulada por atores que se encontram em situação menos favorecida ou estigmatizada –; e identidade de projeto – quando os atores criam uma nova identidade, assumindo uma nova posição na sociedade.

Após a análise de dados e retomando os objetivos deste trabalho, buscou-se, conforme a teoria proposta por Fairclough, identificar as representações de mundo de Marina Silva, bem como suas estratégias discursivas e verificar se ela se comporta como uma identidade legitimadora, de resistência ou de projeto.

5. REFERENCIAL TEÓRICO

A Análise do Discurso é um arcabouço teórico-metodológico que se utiliza da análise de um discurso falado ou escrito. Para Fairclough, a Análise do Discurso Crítica é “a suposição de que a linguagem é uma parte irreduzível da vida social, dialeticamente interconectada a outros elementos da vida social”¹ (2003, p. 2). Ela é, pois, abordada principalmente por meio da Teoria Social do Discurso, de autoria desse teórico. Ela é orientada tanto social quanto linguisticamente. Segundo Fairclough (2003, p. 15), a abordagem crítica da linguagem contribui para que relações de poder ocultas sejam explicitadas e analisadas de modo a produzir mudança social capaz de beneficiar aqueles que se encontram em posição menos favorecida e para que seja estabelecida uma base científica para uma análise crítica da vida social tanto política quanto moralmente.

O discurso pode ser abordado, segundo Resende e Ramalho (2006, p. 12) a partir de dois paradigmas: o formalista e o funcionalista. Sendo assim, ele possui um conceito diferente dependendo de em qual paradigma está inserido. Se no formalista, ele é entendido como “a unidade acima da sentença” (RESENDE e RAMALHO, 2006, p. 13), ou seja, o texto em si. O paradigma formalista é encarregado de analisar a linguagem como um objeto autônomo, em que seus módulos (morfologia, fonologia,

¹ “[...] is based on the assumption that language is an irreducible part of social life, dialectically interconnected with other elements of social life [...]” [Tradução nossa]

sintaxe, semântica) não se relacionam, já que também são objetos independentes. Já o paradigma funcionalista estabelece que a linguagem dialoga com elementos externos a ela, ou seja, ela não é autônoma, uma vez que tem relações com elementos sociais. À Análise do Discurso Crítica interessa o paradigma funcionalista, contudo é válido ressaltar a importância da busca pelo equilíbrio entre forma (paradigma formalista) e função (paradigma funcionalista), pois a língua deve ser analisada com base nas duas categorias.

A Análise do Discurso Crítica teve influência de teóricos como Bakhtin e Foucault para que se tornasse um processo de análise social e linguística. Bakhtin, *apud* Resende e Ramalho (2006, p. 14), como fundador da primeira teoria semiótica de ideologia e pioneiro na crítica à proposta de Saussure do objetivismo abstrato, defendeu que a linguagem não está restrita ao estudo linguístico somente, mas acontece principalmente na interação verbal, a qual é responsável pela troca entre o meio e seus participantes, como se pode verificar no fragmento:

O elemento que torna a forma linguística um signo não é sua identidade como sinal, mas sua mobilidade específica; da mesma forma que aquilo que constitui a decodificação da forma linguística não é o reconhecimento do sinal, mas a compreensão da palavra em seu sentido particular, isto é, a apreensão da orientação que é conferida à palavra por um contexto e uma situação precisos, uma orientação no sentido da evolução e não do imobilismo (BAKHTIN, 2002, p. 94, *apud* RESENDE E RAMALHO, 2006, p. 15).

Ou seja, Bakhtin defende que a interpretação do significado de uma palavra em seu contexto é o que define a forma linguística como um signo, e não o mero fato de a palavra ser um sinal linguístico.

Michel Foucault (*apud* RESENDE E RAMALHO, 2006, p. 19) aborda a linguagem como *espaço de luta hegemônica*. Para as autoras, em uma de suas obras (*Vigiar e Punir*), o teórico cita e discute o exemplo de discursos usados em escolas, prisões e hospitais como forma de estabelecer disciplina. Segundo ele, essas instituições se utilizam de estratégias discursivas para fazer com que os indivíduos que passam por elas sejam moldados de acordo com a necessidade do poder. Desta forma, reforça a relação entre discurso e poder.

5.1 Modelo tridimensional de análise do discurso

Fairclough propõe um quadro de Análise do Discurso Crítica com base em três faces (o chamado modelo tridimensional): o discurso como texto, como prática discursiva e como prática social.

5.1.1 O discurso como texto

Para tomar o discurso enquanto texto, existem quatro fatores que auxiliam na análise. São eles: vocabulário, gramática, coesão e estrutura textual. Para Fairclough (2001, p. 101), o vocabulário trata das palavras especificamente; a gramática trata da relação de uma palavra com a outra quando formam orações e frases; a coesão abrange a relação das frases entre si; e a estrutura textual trata da visão holística do texto. Não diretamente relacionados à análise textual, mas de certa forma ligados, existem ainda três elementos (usados diretamente na análise do discurso como prática discursiva): a “força dos enunciados”, a coerência dos textos e a intertextualidade dos textos. A “força dos enunciados” quer dizer a categoria em que a fala se encontra (se promessa, se pedido, por exemplo); a coerência dos textos relatam se as mensagens nele apresentadas fazem sentido e não se contradizem; e a intertextualidade dos textos estabelece uma ligação com outros textos e suas mensagens.

5.1.2 O discurso como prática discursiva

Para analisar o discurso enquanto prática discursiva, levam-se em consideração, como citado, os elementos força dos enunciados, coerência dos textos e intertextualidade dos textos. A força abrange as diferentes classificações que um enunciado pode receber, dependendo do contexto da situação. O contexto da situação permite ao interlocutor identificar se determinada frase é ou um pedido, ou uma pergunta, ou uma sugestão, ou uma reclamação, diferentemente do contexto sequencial, que diz que a sequência de fatos de um enunciado depende do tipo de discurso. A coerência dos textos é o elemento que faz com que o texto tenha sentido. Por meio dela, os sujeitos intérpretes são capazes de estabelecer relações entre informações dispostas no texto com o uso de marcadores explícitos ou não. A intertextualidade dos textos é o meio pelo qual um texto “conversa” com outro, ou seja, ela acontece quando o intérprete se depara com uma mensagem e consegue estabelecer relação com outra

mensagem contida em outro texto. Um exemplo de intertextualidade é o poema “Canção do Exílio”, de Murilo Mendes (“Minha terra tem macieiras da Califórnia onde cantam gaturamos de Veneza [...]”), que alude ao poema homônimo de Gonçalves Dias (“Minha terra tem palmeiras, onde canta o Sabiá [...]).

5.1.3 O discurso como prática social

Para analisar o discurso como prática social, Fairclough (2001, p. 116) se utiliza dos conceitos de “ideologia” e “hegemonia”. Sobre ideologia, ele defende que a ideologia está presente tanto nas estruturas do discurso quanto nos eventos discursivos, ou seja, a ideologia aparece nas normas e convenções sociais como também nos próprios eventos. Ela é, pois, responsável por empregar significações que sugiram relações de poder. Ele aborda, ainda, a questão da “forma” e do “conteúdo” do texto, em que se é possível investir ideologicamente em ambos os aspectos textuais. Quando em contato com um texto – seja ele impresso, mediado ou falado –, um indivíduo pode sofrer efeitos do discurso, entre eles o efeito ideológico, que é a capacidade que o texto tem de criar, manter ou mudar ideologias. Fairclough (2003, p. 9) define ideologias como “representações de aspectos do mundo que podem ser expostas a fim de estabelecer, manter ou mudar as relações sociais de poder, dominação e exploração”².

O autor possui uma visão crítica de ideologia, ao contrário de outras visões descritivas, que entendem ideologias como “posições, atitudes, crenças, perspectivas etc.” (FAIRCLOUGH, 2003, p.9). Ele defende, ainda, que, apesar de serem consideradas “representações” em um primeiro momento, ideologias podem ser impostas aos indivíduos em sua maneira de agir socialmente e inculcadas nas identidades dos agentes sociais.

Hegemonia, por sua vez, é a soberania que um grupo exerce sobre outro, sendo ela estabelecida por meio domínio ideológico, e não por meio domínio pela força. Segundo Fairclough (2001, p. 123), a luta hegemônica compreende a articulação e a rearticulação do discurso de modo a moldar a produção, a distribuição, o consumo e a interpretação dos textos, utilizando-se de elementos linguísticos e semânticos para essa articulação. Fairclough caracteriza a luta hegemônica da seguinte maneira (FAIRCLOUGH, 2003, *apud* RESENDE E RAMALHO, 2006, p. 46): “De um ponto de

² “Ideologies are representations of aspects of the world which can be shown to contribute to establishing, maintaining and changing social relations of power, domination and exploitation.” [Tradução nossa]

vista discursivo, a luta hegemônica pode ser vista como disputa pela sustentação de um *status* universal para determinadas representações particulares do mundo material, mental e social”. Além de representações – e agora agindo como “inculcações” –, a ideologia tem papel fundamental na busca por hegemonia. Se uma instituição, por exemplo, o governo, consegue, por meio da imposição ideológica, estabelecer um conceito sobre si própria ou sobre qualquer outra coisa que seja de seu interesse, ela está mais perto da hegemonia, como Fairclough afirma (2003, p. 58): “Buscar hegemonia é uma questão de buscar universalizar significados particulares a fim de alcançar e manter o domínio, e isso é trabalho ideológico”³. Isto é, quando uma instituição consegue inculcar nas pessoas conceitos estabelecidos por ela mesma, ela tem capacidade de exercer o domínio. A partir dessa interpretação e da fala de Fairclough acima, hegemonia e ideologia caminham lado a lado.

5.2 Enquadre para ADC de Chouliaraki e Fairclough

Fairclough propõe também, agora junto a Chouliaraki, outro modelo de Análise do Discurso Crítica, além do chamado Modelo Tridimensional, representado pela tabela abaixo.

³ “Seeking hegemony is a matter of seeking to universalize particular meanings in the service of achieving and maintaining dominance, and this is ideological service.” [Tradução nossa]

ETAPAS DO ENQUADRE PARA ADC DE CHOULIARAKI E FAIRCLOUGH (1999)

1) Um problema (atividade, reflexividade)		
(a) análise da conjuntura		
		(i) práticas relevantes
2) Obstáculos para serem superados	(b) análise da prática particular	(ii) relações do discurso com outros momentos da prática
		(i) análise estrutural
(c) análise do discurso		
(ii) análise interacional		
3) Função do problema na prática		
4) Possíveis maneiras de superar os obstáculos		
5) Reflexão sobre a análise		

Tabela 1: Etapas do Enquadre para ADC de Chouliaraki e Fairclough. Fonte: Resende e Ramalho (2006)

Fonte: (CHOULIARAKI e FAIRCLOUGH, 1999, *apud* RESENDE e RAMALHO, 2006, p. 37)

Esse modelo de análise propõe um estudo mais detalhado e complexo do discurso, pois permite que as análises sejam mais amplas e a relação entre o discurso e os elementos sociais, captada mais facilmente. Seu objetivo é pensar a mudança social contemporânea e possibilidades de “práticas emancipatórias em estruturas cristalizadas na vida social” (RESENDE e RAMALHO, 2006, p. 36). Analisando o discurso a partir desse enquadre, deve-se partir da percepção de um problema, identificando-se, logo em seguida, os obstáculos para serem superados, os quais justificam a existência do problema. Nessa etapa, devem-se fazer três análises, conforme a proposta de Chouliaraki e Fairclough (1999, *apud* RESENDE e RAMALHO, 2006, p. 37): a análise da conjuntura – análise de tudo aquilo que “cerca” o problema, as práticas a ele relacionadas e suas consequências –, a análise da prática particular – análise do momento da prática do discurso em si e da relação entre o discurso e outros momentos – e a análise do discurso – análises estrutural (gêneros, vozes e discursos) e interacional (recursos linguísticos presentes no texto e sua relação com a prática social. A próxima

etapa é a função do problema na prática, cujo objetivo é verificar o que esse problema representa em seu contexto social. O passo seguinte são as possíveis maneiras de superar os obstáculos, em que o foco é identificar de que maneiras o problema pode ser superado. Trata-se de possibilidades mostradas nas análises de conjuntura. Finalmente, deve-se refletir sobre a análise, pois não há meio de se chegar a uma postura crítica sem reflexão.

5.3 Os três significados do texto: Acional, Representacional e Identificacional

A Linguística Sistêmico-Funcional⁴ considera o texto é “multifuncional”, ou seja, que ele possui mais de uma maneira de ser abordado. Os discursos, como exposto por Fairclough (2003, p. 124) , representam aspectos do mundo (físico, social e mental), impõem relações sociais entre participantes e eventos sociais e se conectam aos seus contextos situacionais. Isso quer dizer que os textos figuram dentro da prática social como modos de agir, de representar e de ser, isto é, possuem relação com um evento social, com o mundo e com os indivíduos envolvidos nesse evento. Dessa maneira, dá-se a cada “face” (significado) do texto uma denominação: Acional, Representacional ou Identificacional (FAIRCLOUGH, 2003).

5.3.1 Significado Acional

O significado Acional, segundo Resende e Ramalho (2006, p. 60), aborda o texto como maneira de interação nos eventos sociais e pode ser incorporado ao significado Relacional, pois corrobora as relações sociais. É importante pontuar que “Cada prática social produz e utiliza gêneros discursivos particulares, que articulam estilos e discursos de maneira relativamente estável num determinado contexto sociohistórico e cultural” (RESENDE e RAMALHO, 2006, p. 62). Sendo assim, Ramalho e Resende concluem:

Gêneros específicos são definidos pelas práticas sociais a eles relacionadas e pelas maneiras como tais práticas são articuladas, de tal

⁴ A Linguística Sistêmico-Funcional é uma teoria da linguagem de Halliday, que, segundo RESENDE E RAMALHO (2006, p. 56), “[...] se coaduna com a Análise do Discurso Crítica, porque aborda a linguagem como um sistema aberto, atentando para uma visão dialética que percebe os textos não só como estruturados no sistema, mas também potencialmente inovadores do sistema [...]”

modo que mudanças articulatórias em práticas sociais incluem mudanças nas formas de ação e interação, ou seja, nos gêneros discursivos [...]. (RESENDE e RAMALHO, 2006, p. 62)

Fairclough sugere que, ao realizar um estudo do significado acional, sejam abordados os seguintes pontos: atividade, relações sociais e tecnologias comunicacionais. Em atividade, os tópicos abordados são propósito, pré-gêneros e gêneros situados e estrutura genérica e organização textual. Em propósito, aborda-se o objetivo que o texto quer atingir, sua finalidade. Segundo Fairclough (2003, p. 71), um gênero pode ter vários propósitos, sendo um deles o principal e os outros, secundários. Sobre pré-gêneros e gêneros situados, os pré-gêneros são categorias abstratas, como narrativa, argumentação, descrição, conversação. Os gêneros situados são categorias concretas, como, por exemplo, entrevistas etnográficas, literatura de cordel. Estrutura genérica e organização textual significam uma articulação entre os subgêneros que podem existir dentro de um pré-gênero principal e quais as implicações disso.

Em relações sociais, são estudadas as relações estabelecidas entre os agentes sociais do discurso, sejam organizações ou grupos. Tecnologias comunicacionais referem-se a quais são as tecnologias usadas na comunicação. Podem ser mediadas (quando a mensagem é passada por meio da mídia, como televisão) ou não, de uma via (quando não há diálogo entre o emissor e o receptor, ainda usando o exemplo da televisão) ou duas vias (quando há diálogo, por exemplo, em um *site* na internet, em que as pessoas podem falar e ser respondidas).

Há, ainda, uma forma de avaliação da declaração, a pressuposição valorativa, em que uma afirmação é feita com base em uma pressuposição. É uma maneira pouco óbvia de dizer alguma coisa, pois os elementos que marcam essa pressuposição são por vezes sutis, e é considerada uma intertextualidade, com ou sem referência a outro texto. É válido analisar se as pressuposições são controversas, justas ou imparciais.

5.3.2 Significado Representacional

O Significado Representacional corresponde à representação dos mundos físico (processos, relações e estruturas), mental (pensamentos, sentimentos, crenças) e social. Fairclough (2003, p. 124) defende que “Diferentes discursos são diferentes perspectivas

do mundo”⁵, pois cada pessoa ocupa uma posição social, econômica, familiar etc. diferente. O autor aborda as escolhas nas representações de atores sociais e diz que essa representação “é uma recontextualização de práticas sociais realizadas em eventos sociais” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 145, *apud* SOUZA, 2012, p. 72).

Os atores sociais podem ser representados no texto de duas maneiras: sendo incluídos nele ou excluídos dele. Se incluídos, podem desempenhar papéis de participantes ativos (dinamismo) ou de participantes passivos (sujeição), podem ser personalizados (o sujeito toma forma de pessoa) ou impersonalizados (a pessoa assume outra postura que não de pessoa) e determinados (a classe a que pertence é definida claramente). Os sujeitos podem ser representados, ainda, por meio do uso de termos genéricos, ou seja, termos que designam uma classe de modo geral, como, por exemplo, “os alunos”, “as crianças”, “os professores”, ou por meio da instituição que representam (institucionalização), como, por exemplo, “O governo não foi contra a anistia a desmatadores”, em que a instituição “governo” representa a pessoa da presidenta Dilma Roussef.

Um recurso que também é abordado é a escolha lexical, isto é, as palavras e expressões usadas no discurso, pois elas, articuladas, dão o tom ao discurso. Como Fairclough (2003, p. 129) afirma, “As mais óbvias características distintivas de um discurso são, provavelmente, as características de vocabulário – os discursos “lexicalizam” o mundo de maneiras particulares”⁶. Por trás da escolha lexical, há ideologia. Se o produtor de um texto escolhe determinado verbo e não outro, ele expressa, neste ato, sua posição crítica sobre o fato relatado. Sobre marcas discursivas do enunciador, existem os verbos *discendi*, que são verbos que introduzem a fala reportada. Por meio de seu uso, é possível identificar ideologias no discurso, pois certos vocábulos representam mais do que seu significado literal. Os verbos *discendi* podem ser classificados em descritivos ou avaliativos. Os verbos descritivos narram um fato (continuar, concluir, finalizar, complementar, prosseguir). Já os verbos avaliativos mostram a intenção do redator em relação ao seu entrevistado, bem como sua credibilidade e legitimidade. Esses verbos avaliativos podem ser imparciais (dizer, declarar, opinar); possuir valorização negativa (jurar, imaginar, sonhar, desconversar) ou positiva (aconselhar, analisar, explicar, ensinar, ponderar); causar polêmica (ironizar,

⁵ “Different discourses are different perspectives on the world [...]” [Tradução nossa]

⁶ “The most obvious distinguishing features of a discourse are likely to be features of vocabulary – discourses ‘word’ and ‘lexicalize’ the world in particular ways.” [Tradução nossa]

disparar, atacar, cutucar, alfinetar, culpar); ou mostrar solidariedade (desabafar, lamentar, pedir, lembrar). Outro jeito, ainda, de se usarem os verbos *discendi* é por meio da articulação entre a posição social do indivíduo que teve sua fala reportada e o verbo (protestou o advogado, advertiu o juiz, vibrou o atleta, analisou o psiquiatra).

Em suma, o Significado Representacional se utiliza dos recursos escolha lexical e representação dos atores sociais para construir as representações de mundo de determinado sujeito. Ou seja, determinadas escolhas de palavras e expressões junto à representação dos atores sociais usada reiteram a percepção de mundo e a ideologia de um sujeito.

5.3.3 Significado Identificacional

O Significado Identificacional aborda as construções de identidades no discurso, identidades essas que só podem ser construídas social e culturalmente, a partir do processamento de dados vindos “da história, da geografia, da biologia, de instituições produtivas e reprodutivas, da memória coletiva, de fantasias pessoais, de aparatos de poder e revelações de cunho religioso” (CASTELLS, 2004, p. 23, *apud* SOUZA, 2012, p. 29). Segundo a autora, a identidade é construída em um contexto em que existem relações de poder. A partir daí, estabelece três tipos de identidades: identidade legitimadora – quando é estabelecida pelas instituições dominantes da sociedade a fim de estender sua dominação –; identidade de resistência – quando é estipulada por atores que se encontram em situação menos favorecida ou estigmatizada –; e identidade de projeto – quando os atores criam uma nova identidade, assumindo uma nova posição na sociedade.

Fairclough (2003, p. 160, *apud* SOUZA, 2012, p. 30) diz que nascemos “agentes primários”, e isto quer dizer que não somos capazes de agir por nós mesmos, fazer nossas próprias escolhas. Com o tempo, tornamo-nos “agentes incorporados”, capazes de alterar nossa condição e agir coletivamente, atuando na mudança social. Conforme alega (2003, p. 160), “[...] as pessoas são não apenas pré-posicionadas em como elas participam nos eventos sociais e nos textos, mas também agentes sociais, que realizam coisas, criam coisas, mudam coisas”⁷.

Ao analisar um texto sob a ótica do Significado Identificacional, deve-se abordar os

⁷ “[...] people are not only pre-positioned in how they participate in social events and texts, they are also social agents who do things, create things, change things.” [Tradução nossa]

seguintes pontos: *avaliação*, *modalidade* e *metáfora*.

Para *avaliação*, aborda-se a forma como a frase foi escrita. Dependendo das palavras escolhidas – se um verbo, se um adjetivo, se um substantivo, se um advérbio –, a frase expressa avaliação sobre seu conteúdo. Fairclough (2003, p. 172) define *avaliação* como “afirmações sobre desejos e não desejos, o que é bom e o que é mau”⁸. Outra maneira de estabelecer avaliação em uma frase é o uso de exclamação (“Que bonito dia!”, em vez de “O dia está bonito.”).

Sobre *modalidade*, diz-se, segundo a linguística clássica, que “[...] modalidade são os verbos e advérbios modais com os adjetivos correspondentes” (RESENDE e RAMALHO, 2006, p. 84). As autoras dizem que “[...] a modalidade é entendida como a relação entre o(a) autor(a) de um texto e a representação” (2006, p. 85). Sendo assim, Fairclough (2003, p. 166) afirma que “[...] o quanto você se compromete é uma parte significativa do que você é – então escolhas de modalidade em textos podem ser vistas como parte do processo de texturização da auto-identidade”⁹. Isto é, o quanto você revela em seu discurso quer dizer o quanto você se compromete nele – esse processo de revelação constrói a auto-identidade do sujeito. Além dos verbos usados, o tempo verbal também influencia no efeito causado pelo texto. A modalidade pode ser objetiva ou subjetiva; na subjetiva, é claro o grau de afinidade do falante com sua proposição, e, na objetiva, o grau de afinidade não fica tão claro. No segundo caso, o falante define seu ponto de vista como universal, sendo veículo para o ponto de vista de outra pessoa ou de outro grupo. Normalmente, o uso da modalidade objetiva implica uma forma de poder.

Já a *metáfora* é entendida como uma figura de linguagem usada para tratar de alguma coisa, porém sem falar dela explicitamente. Geralmente, usa-se a substituição de termos – um termo no sentido figurado para representar uma ideia ou matéria.

Segundo Fairclough, é possível perceber os significados Acional, Representacional e Identificacional simultaneamente tanto através de todo o discurso quanto em pequenos fragmentos dele. É importante ressaltar que o discurso deve ser analisado com os três significados ao mesmo tempo, pois não é possível dissociá-los. Faz-se a divisão das três categorias por motivos didáticos, mas os pontos abordados em todos os três tipos podem estar presentes em um mesmo discurso.

⁸ “Evaluate statements (evaluations) are statements about desirability and undesirability, what is good and what is bad [...]” [Tradução nossa]

⁹ “[...] what you commit yourself to is a significant part of what you are – so modality choices in texts can be seen as part of the process of texturing self-identity. [Tradução nossa]

6. ANÁLISE DO DISCURSO DE MARINA SILVA

Para analisar o discurso de Marina Silva, foram utilizadas três entrevistas concedidas por ela no período de 2011 a 2013: uma para o programa “Roda Viva”, em 13 de junho de 2011; outra para o programa “Poder e Política – Entrevista”, realizado pelo jornal *Folha de São Paulo* e pelo portal UOL, em 26 de fevereiro de 2012; e, novamente para o programa Roda Viva, uma terceira, realizada em 21 de outubro de 2013.

As entrevistas foram analisadas sob a ótica dos significados Representacional, abordando os três anos, e, depois, Identificacional, também englobando os três anos.

6.1 Significado Representacional

Conforme já citado, o Significado Representacional aborda as representações de mundo (físico, mental e social) de determinado sujeito, e cada sujeito, com base em suas experiências e em seu repertório, tem uma representação, por isso, “diferentes discursos são diferentes perspectivas do mundo”. Dessa maneira, Marina Silva tem uma representação do mundo e de seus variados aspectos peculiar.

6.1.1 Entrevista para o programa “Roda Viva”, 2011

O foco dessas entrevistas está em três temas principais – política, meio ambiente e gênero – e em como eles são representados por ela. *Grosso modo*, o discurso de Marina é sobre o Brasil, a sociedade brasileira (por vezes chega a citar a sociedade mundial, genericamente), os partidos políticos, conjunturas eleitorais, esclarecimentos de fatos do passado, análises de trajetórias de políticos e da sua própria, sobre análises do futuro – do Brasil, da conjuntura política, do mundo –, sobre questões relativas a gênero (feminino) e, principalmente, sobre questões da agenda ambiental. Esses pontos abordados por Marina podem ser percebidos em fragmentos como: “Assim que começou [sic] as denúncias contra o ministro Palocci [...]” (situação política brasileira); “Eu sempre fui muito combatida pelas minhas ideias, pelas minhas posturas [...]” (análise de sua própria trajetória); “Olha, a questão ambiental fácil nunca é. Não é.” (questão ambiental), além de outras.

Essa abordagem de Marina ocorre devido às posições sociais que ela ocupa: ex-candidata à presidência da República, ex-senadora, ex-ministra do Meio Ambiente, ambientalista. Marina representa uma figura de visão progressista, ou, como disse Eliane Cantanhêde, uma “sonhática”¹⁰; e possui um discurso majoritariamente ambientalista, sempre pendendo suas respostas para este lado – mesmo porque é um movimento com o qual trabalhou durante toda a sua vida.

Sobre as representações usadas por Marina durante a entrevista, várias possuem destaque, porque, por meio delas, é possível verificar os valores a que Marina se apega, os princípios que possui e segue, enfim, a maneira como trata o “fazer política”.

Logo no começo da entrevista, perguntada por Marília Gabriela se o Brasil seria agora, no primeiro ano do mandato de Dilma Roussef, a “República do Salto Alto” (em razão de a presidente ter escolhido duas mulheres para os principais cargos políticos do país), Marina diz que prefere “lidar com as situações procurando lê-las na sua essência” e que preferiria que fosse feita uma avaliação não pelo aspecto do gênero, mas pelo que cada uma poderia aportar como agente público, ou seja, identificando qual é o conteúdo defendido por essas mulheres, e não pelo fato de ser um homem ou uma mulher no cargo. Depois, quando perguntada sobre já ter sofrido preconceito na política ou não pelo fato de ser mulher, Marina responde que não e que não gosta quando outra mulher

¹⁰ “[...] essa denominação ‘os sonháticos’ combinaria muito com a senhora, a senhora é uma ‘sonhática’[...]”. Fonte: transcrição da entrevista de 2011 ao Roda Viva.

se utiliza deste argumento, pois, segundo ela, “é uma posição que até nos inferioriza”. Além disso, Marina, em resposta à pergunta de Paulo Moreira Leite (“Há uma ideia de marketing de colocar mulher ali?”), diz que é “maquiavélico” pensar desta forma (“Olha, eu não quero ver as coisas assim de forma tão maquiavélica. Eu acho que as pessoas buscam pessoas das suas relações”). Pode-se perceber, por essas posições, que ela deixa clara a sua opinião quanto ao debate de gênero, julgando que ser do gênero masculino ou feminino não faz diferença, pelo menos na política. Essa, apesar de contrária à ideologia que já é legitimada pelo poder hegemônico, é uma representação de mundo de Marina, ou seja, ela entende o gênero feminino na política desta forma porque seu repertório a fez entendê-lo assim.

Ainda sobre gênero, Marina diz que as mulheres “têm uma característica, assim, de cuidar dos relacionamentos”, e que isso não desaparece quando elas adentram o mundo corporativo, seja ele público ou privado. Então, as mulheres acabam criando uma caricatura masculina, como aquela que fala alto, que “bate na mesa”, que fala grosso, que esconde as emoções para ser respeitada pelo fato de existir muito preconceito, apesar de ela mesma nunca o haver sentido (“Eu nunca senti isso, nem no Ministério. Pelo fato de ser mulher, não”). Sobre essa característica das mulheres, ela afirma, ainda, que é um produto da cultura: “[...] qualquer pessoa que olha para a dimensão do feminino e do masculino como de fato ele é [sic] vai ver que existem características particulares que são geradas como produto da cultura”. Essas características, então, não são intrínsecas a cada um dos gêneros, mas construídas de acordo com suas trocas sociais e culturais.

Sobre a questão ambiental, Marina Silva começa a explicando, como ela é trabalhada, quais são seus desafios. Ela relata que lidar com esses desafios nunca é fácil, porque defender o meio ambiente fere os interesses de muitos, mas que, apesar disso, a sociedade brasileira oferece sustentabilidade política em troca. Ela diz isso com base no fato de que, segundo uma pesquisa realizada em 2011 pelo Datafolha, mais de 80% da população era contra mudanças no Código Florestal, ou seja, mais de 80% dos brasileiros preferiam que se tivesse um maior custo para os produtos agrícolas em vez de mudar a legislação ambiental e permitir mais desmatamento (“Uma pesquisa foi feita agora pelo Datafolha, aonde (sic) mais de 80% das pessoas são contra mudanças no Código Florestal. As pessoas preferem que se tenha um maior custo para os produtos agrícolas do que (sic) mudar a legislação ambiental para desmatar mais – isso é uma preciosidade!”). Ela alegou, assim, que “a política em si está atrasada em relação ao que

estão pensando os brasileiros, a sociedade”. O que Marina quis dizer é que, embora seja difícil lutar em prol de ideais que protejam o meio ambiente, essa luta vale a pena, porque a sociedade brasileira a reconhece.

Partindo para o âmbito político, ao falar sobre os desdobramentos da queda do ex-ministro da Fazenda, Antônio Palocci, e das trocas de favores entre os deputados, Marina revela o princípio com base no qual mostra exercer sua política. Os entrevistadores e os titulares do programa falam sobre o “jogo da troca” entre a “Bancada Evangélica”, que não queria que o governo (o Ministério da Educação) mantivesse o kit anti-homofobia em troca da convocação do então ministro Palocci para esclarecimentos sobre o escândalo de corrupção em que estava envolvido, e entre os deputados “pró-relatório Aldo Rebelo”, que queriam votar o Código Florestal com as mudanças propostas por Aldo Rabelo também em troca da não convocação de Palocci. Ao contrário dos entrevistadores, que parecem aprovar essa troca, Marina diz: “Eu acho que não tem que ter troca. [...] a gente faz a política por princípio, a gente faz a política pelo mérito”. Disse, ainda, que enxerga a política de uma forma diferente e que prefere não “banalizá-la”, prefere não aceitar “que tem que ser assim” (“É que eu penso a política de uma forma diferente, e eu prefiro não banalizar isso, sabe? Eu prefiro não aceitar que tem que ser assim”). Marina exemplifica essa mudança que propõe usando sua própria carreira política, quando diz que, há dezesseis anos, em seu estado, jamais se poderia imaginar que ela seria senadora, e finaliza afirmando: “[...] as transformações são fruto da vontade dos homens, e não de salvadores da pátria”. Com esse discurso, Marina inspira seus “seguidores” a mudarem o rumo da política; ela tenta mostrar, usando fatos de sua vida, que a mudança é, sim, possível, mesmo na situação em que se encontra a política brasileira hoje.

Marina propõe também que se faça política de forma apartidária. Quando um sujeito não está inserido em legendas eleitorais, ele pode pensar a política como ela é, pois está livre do compromisso de seguir determinada corrente de pensamento. A ex-senadora lamenta que, ultimamente, o diálogo de ideias tenha sido, em suas palavras, “sequestrado” pelo pragmatismo eleitoral – alianças a qualquer custo, sem discussões programáticas –, em que tudo é possível para se ganhar uma eleição. O verdadeiro exercício da política e da cidadania perde muito com isso, porque o objetivo desse pragmatismo citado por ela é apenas eleitoral, e o conteúdo – o que deveria de fato mover a política – é deixado de lado. A política, segundo ela, não pode ser uma disputa do poder pelo poder, pois o poder não é um fim em si mesmo, antes, um meio. Dado o

seu histórico na política, Marina mantém uma fala coerente com os discursos de 2012 e 2013.

Perguntada sobre sua candidatura à presidência, Marina diz que não vai manter lugar cativo de candidata, pois não possui essa postura de “político redondo”, o qual, segundo ela, “faz qualquer coisa para um objetivo já pré-estabelecido”, o que quer dizer que considera a política um processo dinâmico, que está em constante mudança, que requer diferentes comportamentos em diferentes situações. Nessa entrevista, a jornalista Mona Dert já aponta o desconforto em que Marina se encontrava no PV pelo fato do não cumprimento, por parte do partido, de sua democratização, o que, somado a atritos da ex-senadora com membros do partido, faria com que ela deixasse a legenda ainda no mesmo ano.

Além de sua representação de mundo, Marina, ao falar sobre ser um capital político, imprime ideologia em seu discurso. Sua fala é marcada por um ideal ambientalista, como no fragmento a seguir:

Para que serve o capital político, se não for para votar a favor das coisas que a gente acredita? Capital político é para defender uma legislação que proteja as nossas florestas, os nossos recursos hídricos, o que desassocia a nossa agricultura de desmatamento, que faz com que a legislação trabalhista possa ser respeitada e a gente possa criar uma nova narrativa para os nossos produtos.

A ideologia impressa por Marina em sua fala, assim como sua lógica de política, é coerente com a luta da ex-ministra no que se refere ao meio ambiente.

Marina possui uma visão de mundo diferenciada sobre gênero, religião e política, pois não defende o que já é legitimado. Tanto na questão da política quanto do gênero e do meio ambiente, Marina assume a posição de que as relações não devem ser estabelecidas pela força, e isso também caracteriza a “nova forma de fazer política”, em que Marina destaca a *discussão* programática, e não o acatamento de conceitos que já existem, isto é, que já foram legitimados pelo poder hegemônico, por simples aliança eleitoral. Dessa forma, sua representação de mundo é diferente da representação do poder hegemônico, uma vez que pensa as relações definidas não pela força, como usual, mas pela discussão de ideias e papéis.

Marina é um sujeito ativo em seu discurso e define os brasileiros como participantes também ativos, agentes de seus próprios destinos. Eles são os responsáveis por suas escolhas – ou, pelo menos, deveriam ser –, e não apenas sujeitos passivos, que

assistem ao movimento sem nele interferir. Há também a ocorrência de termos genéricos, como “sociedade”, “ambientalistas”, “políticos”, “brasileiros” (“[...] nós temos aí a *sociedade* brasileira dando claras demonstrações [...]”; “[...] o que está aí é uma engenhosidade de *ambientalistas* que [...]”; “Mas eles continuam na lógica de políticas de curto prazo pra alongar o prazo dos *políticos*”), e de personificação do sujeito (“Agora o PV tem que dizer o que ele quer fazer”; “Até bem pouco tempo a gente tinha os partidos discutindo ideias”).

As *escolhas lexicais*, como citado, se enquadram na abordagem do discurso como *texto*, a qual faz parte da abordagem tridimensional do discurso, proposta por Fairclough (2001). No discurso como texto, as escolhas lexicais são analisadas de modo a identificar a relação das palavras que foram escolhidas com a gramática e com a ideologia, ponderando se o texto é coeso. Destacam-se, assim, algumas escolhas de Marina. Ela opta por palavras que acusam veemência em sua fala. Advérbios como *obviamente* (“*Obviamente* que ela está diante de um grande desafio [...]”), *com certeza* (“No momento em que se tiver essa compreensão, *com certeza* nós teremos uma redução dos conflitos [...]”; “Aquela experiência do Vale do Paraíba *com certeza* inspirou os que fizeram o Código Florestal”), *nunca* (“Olha, a questão ambiental fácil *nunca* é”; “Talvez tenha sido por isso que eu *nunca* deixei de acreditar [...]), e expressões como *Não dá para...* (“*Não dá para* falar de uma nova forma de fazer política [...]”) e *Uma coisa é clara* (“*Uma coisa é clara*: nós temos que ser coerentes”) tornam sua fala categórica. Além disso, Marina possui um discurso coeso. Retomando a abordagem tridimensional do discurso, ele pode ser analisado também como prática discursiva. Nesse âmbito, Marina possui um discurso coerente de um ano para o outro, pois mantém sua posição quanto a política, gênero, meio ambiente, religião. A interdiscursividade também se faz presente, pois Marina articula suas ideias com seus próprios discursos ocorridos em outras ocasiões, e estes discursos são articulados coerentemente. Sobre o discurso como prática social, Marina expõe, como apontado em alguns trechos, sua ideologia em suas falas. Além disso, defende uma postura oposta à postura adotada pelo poder hegemônico, em todos os aspectos. Um ponto que perpassa todos esses aspectos é o de que as relações não devem ser estabelecidas pelas força, mas pela discussão das ideias (“ [...] as mulheres, quando entram na política, sem negar a condição do feminino, elas têm um perfil mais negociador, não disse generosas. Elas têm um perfil de ir muito mais pelo convencimento do que pela disputa.”)

6.1.2 Entrevista para o programa “Poder e Política”, 2012

Na entrevista concedida em 2012, Marina apresenta uma representação de mundo no âmbito da política e da religião, diferente da concedida em 2011, quando falou sobre, além de política, meio ambiente e gênero.

Marina começa afirmando que “o Brasil precisa repensar o seu sistema político. Reformar o sistema político”. Conforme defende, a campanha eleitoral dos candidatos deveria ser realizada por meio de financiamento público, mas, enquanto ele não existe, ela propõe um financiamento popular: “Em vez de muitos contribuindo com pouco, poucos contribuindo com muito”. A ex-senadora chegou a aplicar esse modelo de financiamento em sua campanha presidencial em 2010, mas obteve um número baixo de doações devido a uma demora na validação do sistema junto à Justiça Eleitoral (“Folha/UOL: Esse modelo foi tateado na última eleição pela sua campanha à presidente da República, que teve um êxito relativo às demais. Mas, olhando exclusivamente no plano geral, ainda foi muito modesto o valor obtido e o número de contribuintes. Por que foi tão difícil, na última eleição, ampliar mais essa base de contribuintes individuais e ter uma massa maior de contribuições? / Marina Silva: Primeiro porque levou muito tempo para validar o sistema junto à Justiça Eleitoral.”). Ela propõe, ainda, um teto para as doações de pessoas jurídicas para que não haja influência alguma no processo eleitoral e para que todos tenham “um mesmo recorte”. A política de teto para as doações de empresas é, em nosso entendimento, uma política pertinente, pois impede que uma campanha seja milionária e outra, miserável. Os cidadãos precisam ter condição crítica – e têm direito a tê-la – de avaliar igualmente qual é o melhor candidato, e talvez essa possibilidade lhes seja tirada por campanhas favorecidas ou desfavorecidas. A política é um instrumento de construção do bem estar comum, portanto, deve proporcionar a todos os candidatos recursos semelhantes para a execução de suas campanhas, de modo a proporcionar essa equidade também aos eleitores no ato da escolha de seu candidato.

Ainda sobre o tema do financiamento das campanhas, o entrevistador expõe o fato de a Rede não ter aceitado, na campanha presidencial de 2010, doações de empresas de cigarro, de agrotóxicos, de bebidas alcoólicas e de armas. Marina explicou, então, que isso era justificado pelo ideal de “cultura de paz” da Rede e que isso tinha uma “força simbólica” (“Primeiro porque era uma forma de divulgar o nosso ideal de

uma cultura de paz. Tinha uma força simbólica.”). Essa parte do discurso explicita a ideologia do partido, que busca ser representado pela luta em favor paz e também da saúde, ao rejeitar doações de empresas de tabaco e de agrotóxicos.

Como que prevendo o desfecho (provisório) da Rede, o entrevistador pergunta o que a Rede faria caso não tivesse seu registro deferido até o prazo estipulado pela Justiça Eleitoral. Marina, mais uma vez, responde à pergunta ao mesmo tempo em que revela mais um pouco da ideologia do partido: “Algo que a Rede vai ter que debater. Agora, uma coisa é certa: nós não vamos ter uma atitude exacerbada em relação a tentar viabilizar uma candidatura a qualquer custo, a qualquer preço. Queremos ter total coerência programática”. A escolha lexical da expressão “uma coisa é certa” reforça e legitima a ideologia da Rede, sugerindo que, *certamente*, a Rede não terá a postura de entrar nas eleições independente de qualquer coisa, mas a de analisar a melhor decisão a ser tomada caso o partido não seja registrado a tempo, mesmo que isso implique a não candidatura de Marina. Como na entrevista de 2011, Marina condena qualquer tentativa de se preferir entrar nas eleições com interesses apenas eleitorais em detrimento da questão programática.

Sobre a posição política da Rede – se de centro, se de direita, se de esquerda –, Marina não é categórica e foge da rotulação. Segundo ela, “[...] os velhos enquadramentos já não dão conta mais dessa realidade complexa”, pois delimitar esquerda e direita atualmente é uma tarefa difícil. Os limites não estão mais tão claros. Não se rotular como esquerda ou direita é o que, por suas palavras, coloca a Rede à frente dos demais partidos num momento em que compreender essa realidade que já não cabe nos velhos paradigmas está muito além de ser oposição pela oposição (sempre oposto a quem está no poder) ou situação pela situação (sempre a favor de quem está no poder). Com efeito, ela diz:

A sustentabilidade não deve ser pensada como uma tarefa apenas de esquerda ou de direita. Tem que ser pensada como uma tarefa da sociedade brasileira, dos empresários, dos trabalhadores, dos jovens, da academia, dos índios, de todos nós. É uma força tarefa.

A sustentabilidade não é um processo que influencia resultados políticos, ou que beneficia determinados grupos, ou que está comportado em determinada corrente política, mas um processo imprescindível que deve reger o mundo e suas relações, por isso ela precisa ser pensada como uma tarefa de todos, em qualquer lugar, em qualquer

tempo. Como Marina diz, a sustentabilidade exige “não apenas ser oposição por oposição ou situação por situação. Exige posição”. Uma última representação usada por Marina para expressar a ideologia de posição da Rede é: “Se a presidente Dilma tem uma proposta interessante em relação às políticas sociais, eu não tenho por que ser contra. Agora, se ela não cumpriu com o que havia se comprometido, de vetar os artigos que promovem anistia para desmatadores, eu não tenho por que ser favorável”. Essa fala reforça o que Marina diz tanto em 2011 quanto em 2012 sobre, antes de ser situação por situação ou oposição por oposição, pensar na coerência programática.

A ex-ministra revela mais uma representação de mundo ao falar sobre Dilma Rousseff, quando diz que “um presidente da República não é para ser o gerente do país. O presidente da República é para ter visão estratégica”. Marina afirma que nem Fernando Henrique Cardoso nem Lula foram gerentes, por isso conseguiram dar passadas no setor econômico brasileiro. Ao dizer que Dilma está tendo dificuldades para manter essa caminhada econômica, o entrevistador, então, pergunta se ela está afirmando que Dilma não possui uma visão estratégica, mas gerencial, ao passo que Marina responde: “Eu não estou dizendo isso. O que eu disse é que não se deve ficar fazendo a apologia do gerente”. Contudo, na entrevista de 2011 ao Roda Viva, Marina é taxativa ao dizer: “[...] a presidente Dilma tem um perfil muito mais gerencial. Ela não tem, digamos assim, o mesmo envolvimento na política que tinha o presidente Lula”. Percebe-se, aí, não uma contradição, pois no segundo momento (entrevista de 2012) Marina não chega a dizer abertamente que Dilma não possui visão estratégica. Percebe-se, porém, que há uma omissão de opinião da ex-senadora, talvez porque, no momento anterior à omissão, ela tenha classificado o comportamento gerencial como não tão aconselhável.

Relacionada à visão de estratégica citada, a qual falta para Dilma (“Ter um incentivo a ser dado para estimular a economia sem contrapartidas ambientais, no meu entendimento, é carecer de visão estratégica”), Marina cita a transformação na política. Ela alega que está acontecendo uma mudança na cabeça das pessoas – em 20% das pessoas, segundo o professor Eduardo Viola –, que estão adquirindo uma visão reformadora do mundo. Descrevendo o notório ativismo político que tem surgido no Brasil, Marina define:

A política terá necessariamente que se reinventar. E uma das formas dessa reinvenção é o novo modelo de ativismo que está surgindo no

mundo. Hoje, você não tem mais aquele ativismo clássico, dirigido pelo partido, pelo sindicato, pela UNE, pelo DCE. Hoje é aquilo que eu chamo de ativismo autoral. As pessoas são autoras da sua ação política. Eles são protagonistas, eles são mobilizadores e, ao mesmo tempo, eles são aqueles sonhadores que acreditam que podem ajudar a transformar o mundo.

Ela caracteriza esse movimento como um movimento que “já transbordou da internet”. A internet foi uma ferramenta fundamental para que a população se instigasse e se convocasse a ir às ruas protestar uma situação que já estava saturada. Milhares de brasileiros gritaram por melhorias em todos os setores da sociedade. Cinco meses após as manifestações, pergunta-se o que mudou na política, na saúde, na educação, na infraestrutura. Poucas e pequenas mudanças foram observadas, mas, como Marina afirmou em 2012, surge um novo sujeito político, e nele está a perspectiva de mudança.

Marina cita Eduardo Campos (PSB), ex-ministro da Ciência e Tecnologia, como uma força para as eleições de 2014 e o entrevistador chega a dizer que eles teriam o mesmo público como eleitores. Marina replica que não se devem tratar os eleitores como alvos, mas como pessoas que têm “vontade própria” e que merecem ser tratados como “sujeitos políticos” que são. Ela conclui: “Eu estou há mais de trinta anos na vida pública acreditando profundamente que as pessoas podem fazer as suas escolhas não porque já tenham compromisso *a priori* com esse ou aquele candidato, mas porque elas são capazes de fazer uma leitura viva. Da política viva”. Em outro momento da entrevista, Marina também cogita a possibilidade de trabalhar com um partido já existente e apoiar uma candidatura já posta, desde que estivesse de acordo com seu conteúdo programático, caso a Rede não conseguisse ser registrada a tempo (“[...] se tiver um presidente que se comprometa com essas ideias, pra mim não tem nenhum problema em apoiar essa candidatura.”).

Questionada sobre sua postura religiosa, Marina, apesar de professar sua fé, defende o estado laico ao afirmar que as pessoas se confundem e pensam que o estado laico é aquele que beneficia os que não creem. Sobre temas polêmicos como direitos civis dos gays e liberdade religiosa, ela defende que o direito deve ser respeitado de ambos os lados – os direitos civis dos gays de se casarem, poderem adotar filhos etc. e o direito à liberdade de expressão de uma pessoa religiosa. Ao passo que exprime sua ideologia pessoal, ela explica:

[...] os direitos civis das pessoas gays devem ser assegurados como para qualquer outra pessoa. Não deve haver nenhum tipo de

discriminação. Obviamente que a nossa Constituição também assegura liberdade religiosa. E as igrejas [...] têm o direito de dizê-lo não tratando como problema moral ou, enfim, de desqualificação das pessoas. É um direito. E isso seria ferir a liberdade religiosa das pessoas. Por outro lado, a Igreja não pode mandar naquilo que são as leis civis. As pessoas têm o direito de ser quem são [...].

A escolha lexical do modal “deve” tanto em “Não deve haver nenhum tipo de discriminação” quanto em “[...] os direitos civis das pessoas gays devem ser assegurados [...]” estabelece um marcador da ideologia de Marina, pois revela sua posição contra a discriminação e a favor dos direitos civis dos gays.

Reiterando sua característica de saber lidar com o diferente, Marina Silva relembra o fato de já ter feito campanha para Fernando Gabeira, o qual defende a descriminalização da maconha, diferentemente dela, e essa é mais uma representação de mundo sua. Para justificar esse comportamento, Marina diz: “[...] eu não estou elegendo padre. Eu não estou elegendo pastor. Eu não estou elegendo uma, digamos, pessoa para dar orientação espiritual ao país. Eu estou elegendo o governador, o presidente da República”. O discurso de Marina reflete ideologia também quando ela diz: “[...] do mesmo jeito que as pessoas têm a liberdade de expressar o seu posicionamento, é justo que também o posicionamento contrário possa ser colocado sem que a pessoa venha a ser satanizada igualmente”. Marina parece saber separar muito bem suas convicções cristãs das diretrizes civis, que são laicas. Ao afirmar que “as pessoas têm o direito de ser quem são”, prova que, independentemente de a pessoa ser homossexual, heterossexual, evangélica, de religiões como candomblé, católica, ser a favor do uso drogas ilícitas ou do aborto, ela deve ser respeitada como cidadão e ser político que é.

Abordando a Representação dos Atores Sociais, evidenciamos que Marina continua definindo os brasileiros e ela própria como sujeitos ativos e, portanto, determinantes de seus destinos. Os termos genéricos são recorrentes, como *políticos* (“Políticas de longo prazo no curto prazo dos *políticos*”), *sociedade* (“[...] da *sociedade* que há mais de trinta anos vem militando na causa socioambiental [...]”; “[...] evitar que esse grupo representativo da *sociedade* também possa [...]”), *brasileiros* (“[...] porque se Deus quiser e os *brasileiros*, nós haveremos de estar aptos [...]”), bem como a personificação do sujeito (“[...] Ele deve levar em conta o clamor que a sociedade está dizendo”).

Sobre as *escolhas lexicais*, Marina continua com palavras que categorizam sua fala, como os advérbios *deliberadamente* (“E foi um risco que nós, *deliberadamente*,

decidimos correr”), *claramente* (“E nós resolvemos que iríamos participar, inclusive colocando *claramente* na nossa campanha [...]”; “Mudar essas regras seria, *claramente*, uma atitude casuística [...]”; “Teria votado no candidato do PSOL, *claramente*”), *obviamente* (“*Obviamente*, que a Rede já possibilita àqueles”; “Agora, *obviamente*, do mesmo jeito que as pessoas têm a liberdade”; “E, *obviamente*, que uma campanha tem custos”). Além dos advérbios, outros recursos foram usados, como a pressuposição (“Numa campanha, *você não há de achar* que o candidato [...]”) e o uso do tempo verbal *futuro do pretérito* para confirmar um fato sem assumi-lo realmente (“Como cidadã, eu *teria* outros meios para fazê-lo”; “Eu *diria* que é protelar um processo que [...]”; “*Teria* votado no candidato do PSOL, claramente”).

6.1.3 Entrevista para o programa “Roda Viva, 2013

A entrevista concedida por Marina ao Roda Viva em 2013 se deu no contexto da não criação de seu partido, a Rede Sustentabilidade, e de sua afiliação ao PSB. Marina recebeu perguntas e polêmicas sobre o seu posicionamento político, e por isso respondeu às perguntas mostrando claramente suas representações de mundo atreladas à sua ideologia pessoal.

O apresentador iniciou a entrevista pedindo para que Marina definisse se, de fato, ela é ou não da oposição ao governo Dilma Roussef. Marina, então, manteve seu discurso de 2011 e de 2012, repetindo que não está “presa à lógica da oposição pela oposição nem da situação pela situação” (ver p. 31, quando Marina diz: “Se a presidente Dilma tem uma proposta interessante em relação às políticas sociais, eu não tenho por que ser contra [...]”). Em outras palavras, ela não define se é da oposição ou não ou porque não quer se comprometer com o PT – até porque fez parte da representação do partido por vários anos e tem uma história com ele – ou porque de fato não se considera sempre da oposição ou sempre da situação, com relação não apenas ao governo Dilma, mas a qualquer governo. A presidente tem políticas com as quais Marina concorda – por exemplo, as políticas sociais –, mas também tem posicionamentos e atitudes que vão contra a agenda de Marina – por exemplo, ter votado a favor da anistia para desmatadores no Código Florestal, fato contra o qual inclusive se posicionou e se comprometeu durante o segundo turno das eleições de 2010 (“Se a presidente Dilma tem uma proposta interessante em relação às políticas sociais, eu não tenho por que ser

contra. Agora, se ela não cumpriu com o que havia se comprometido, de vetar os artigos que promovem anistia para desmatadores, eu não tenho por que ser favorável.”). Ainda para exemplificar esse desapego aos rótulos de oposição pela oposição ou situação pela situação, Marina conta de quando foi a Johannesburgo com o então presidente Fernando Henrique Cardoso para uma reunião sobre o Protocolo de Kyoto, documento para cuja ratificação ela trabalhara muito. Marina conta que, na ocasião, “[...] muitos companheiros do PT diziam: ‘Mas por que você tem que ficar fazendo esse trabalho? Deixa o Fernando Henrique passar vexame lá em Johannesburgo’. E eu dizia: ‘E a Amazônia? E as mudanças climáticas?’”. Ou seja, independentemente de ser com relação a outro candidato ou até mesmo a outra legenda, Marina prefere agir de acordo com sua coerência programática e seguir sua ideologia de sempre assumir posição, “posição a favor do Brasil e daquilo que é correto”.

De novo interrogada sobre a nova forma de fazer política, que é como ela define sua postura, Marina responde que ela não começa a falar nesse conceito só agora, mas que já entrou no Ministério do Meio Ambiente com essa ideia. Como em 2011 (“Quando eu estava no Ministério, eu cunhei algumas frases. Eu falava da questão da *transversalidade*. Para mim a questão ambiental deve ser um tema transversal nas ações dos governos e das empresas.”), Marina trata o meio ambiente como uma questão transversal, que deve perpassar todos os setores do governo, e não apenas o Ministério e a Secretaria de Meio Ambiente propriamente ditos. Sendo assim, ela diz que mesmo os que a antecederam cooperavam com seu trabalho, e que isso já era uma nova forma de fazer política. Quando não foi mais possível estabelecer essa política, ela pediu para sair do Ministério, o que, segundo ela, também configura uma nova forma de fazer política, pois “uma boa parte fica esquentando a cadeira mesmo quando já não tem mais o que fazer sentado nela”. O que a ex-ministra quer mostrar com “nova forma de fazer política” é uma postura desassociada dos velhos “vícios” da política brasileira: alianças eleitorais com interesses apenas eleitorais, e não programáticos; defesa de interesses; troca de favores; atitudes partidárias, e não individuais; ser contra uma política pertinente, por exemplo, apenas porque não foi apresentada por determinado partido.

O entrevistador Diego Escosteguy provoca Marina dizendo que, mesmo que ela não queira se rotular como “direita” ou “esquerda”, ela parece fazer uma crítica ao governo Dilma em um artigo publicado pela *Folha de São Paulo*. Marina reconhece, então, que as críticas devem ser feitas tanto a partidos aliados quanto a partidos opostos. Ela se defende: “Assumir posição é também fazer crítica. Só que não é a crítica pela

crítica, essa é diferença [...]”, isto é, fazer crítica não apenas para fazer crítica, mas com um embasamento justo e imparcial sobre o fato. Marina aproveita o momento para expor sua ideologia sobre a “institucionalização predatória dos ganhos” (econômicos, sociais, culturais) que existe no Brasil, a qual atribui todo o crédito de um ganho a uma pessoa, partido ou grupo. Ela propõe: “Quando algo é benéfico para o país, precisa-se fazer uma institucionalização virtuosa. Isso passa a ser um ganho da sociedade. Tem que ser defendido pela sociedade em lugar de a gente simplesmente desqualificar porque não foi o seu grupo político que apresentou”. Quando o crédito de um ganho é atribuído a um grupo, as pessoas que não pertencem a esse grupo tendem a desqualificar essa conquista. Se a conquista for atribuída à sociedade, as pessoas de um modo geral a considerarão de maneira mais justa.

Eliane Cantanhêde também provoca Marina ao perguntar se apoiar a candidatura de Eduardo Campos é uma maneira de ferir Dilma. Marina usa um provérbio chinês (“A gente vê nos outros o que tem dentro de si”) e retruca dizendo que vê o fato de buscar uma candidatura já posta de forma completamente diferente. O uso do provérbio dá a impressão de que, se Eliane vê a candidatura de Eduardo como uma forma de ferir Dilma, essa avaliação negativa é devido ao que Eliane tem dentro de si, tanto que Marina não julga a situação dessa forma. Marina acaba fazendo uma avaliação negativa da maneira como Eliane vê a situação.

Alguns eleitores dizem que Marina foi contraditória em seu discurso quando decidiu se filiar ao PSB. Segundo eles, se ela sempre condenou a velha forma de fazer política, com alianças eleitorais a qualquer custo, não deveria ter se filiado ao PSB após o não deferimento do pedido de registro da Rede, pois isso seria uma tentativa clara de entrar nas eleições presidenciais de 2014 a qualquer custo. Em contraposição a este argumento, Marina explica que essa afiliação foi em “legítima defesa da esperança”, pois o programa do PSB se assemelha ao que ela considera bom e desejável, ou seja, antes de uma aliança eleitoral – a qual ela espera que se consolide –, houve uma aliança programática. Mais uma vez, Marina usa seu momento político para revelar os traços de sua ideologia:

Eu não tenho como objetivo ser presidente da República [...]. O objetivo da minha vida é lutar para que o Brasil seja melhor, pra que o mundo seja melhor. E, se tiver um presidente que se comprometa com essas ideias, para mim não tem nenhum problema em apoiar essa candidatura. Então, a atitude tomada foi inteiramente coerente com aquilo que nós defendemos na Rede Sustentabilidade, de pensar o

Brasil não apenas a partir da lógica da eleição pela eleição, mas do compromisso de que a política pode ser melhor.

Ainda não se sabe se Marina será candidata à presidência pelo PSB, se será candidata à vice-presidência ao lado de Eduardo Campos, se apenas apoiará a candidatura de Eduardo. Caso ela se candidate, o natural será que os eleitores interpretem essa afiliação como uma contradição ao seu discurso condenatório da “velha política”, de fato, mesmo que a intenção de Marina de uma aliança apenas programática em princípio tenha sido sincera.

Marina está sendo acusada de fazer exatamente o que condena. Ela diz: “[...] a lógica puramente eleitoral [...] tem, no meu entendimento, feito uma saturação no processo político”. A ex-senadora pensa que discutir a eleição por ela mesma traz uma perda muito grande para o processo político, pois deixa-se de lado a discussão sobre as ideias, sobre o conteúdo, enfim, sobre o que vai ser feito após as eleições. Ainda assim ela mantém seu discurso: “Eu disse que o ato era em legítima defesa da esperança, e eu acredito nisso. Eu sou uma pessoa que tem uma profunda vontade de acreditar”.

Mais ideologia pessoal de Marina pode ser percebida quando Ricardo Gandour a questiona sobre ela ter afirmado que a marca do governo Dilma era o retrocesso. Marina, então, a expõe: “Eu, graças a Deus, sou uma pessoa que não faço política tratando as pessoas com as quais eu tenho divergência como se fossem meus inimigos. Eu faço críticas políticas [...]”. Na própria entrevista de 2012 Marina já havia falado sobre as críticas – elas precisam ser feitas, a despeito de ser a um partido oposto ou aliado, e de maneira a elevar o debate.

Assim como havia previamente descrito na entrevista de 2012, Marina volta a falar sobre o novo ativismo político que está surgindo. Agora, porém, ela o associa às manifestações de junho:

Está surgindo um novo sujeito político. Esse novo sujeito político não tem as características daquele da nossa época, na década de 80 e 90. Esse novo sujeito político tem as características daquilo que eu chamo de um novo ativista. Não é mais um ativismo dirigido pelo partido, pelo sindicato, pela ONG ou pelo líder carismático. É esse ativismo que nós observamos em junho; ele é autor, mobilizador e protagonista. É completamente diferente.

Esse novo ativismo tem surgido de uma estagnação do sistema político em face de um mundo que jamais para de mudar. A sociedade mudou, as relações mudaram, mas, a política, não. Atualmente, a política já não comporta mais os antigos conceitos de processo político, de relações políticas, e isso é o que saturou as pessoas. As manifestações de junho foram um

“vômito ideológico”, o que mostra nitidamente que a política precisa ser repensada. Marina propõe, então, que a Rede seja uma tentativa de desempenhar o papel de ponte entre a política e os cidadãos nesta necessária atualização, assim como o PT desempenhou nos anos 70 e 80.

Sobre os Atores Sociais, Marina, como nas outras entrevistas analisadas, define os brasileiros e ela mesma como sujeitos ativos, isto é, que definem suas ações por si mesmos. Os termos genéricos ainda ocorrem, como *sociedade* (“[...] a *sociedade* tem um certo fastio dessa polaridade [...]”; “[...] talvez a *sociedade* esteja buscando aqueles que assumem posição [...]”), *brasileiros* (“[...] uma carta aos *brasileiros* do agronegócio [...]”), *ambientalistas* (“[...] quando criticam a minha pessoa, os *ambientalistas* não tomam isso como uma crítica [...]").

Ao abordar as *escolhas lexicais*, nota-se que Marina, como nos discursos de 2011 e de 2012, mantém as palavras categóricas sua fala, as quais conferem a ela uma característica certa. Os advérbios escolhidos permanecem os mesmos: *obviamente* (“*Obviamente* se você me perguntasse [...]”; “Agora, *obviamente* que nós fomos pelo caminho [...]”; “E *obviamente* que uma crítica ao setor mais atrasado no ruralismo brasileiro [...]”), *com certeza* (“*Com certeza* eu lhe diria que não”; “[...] essa lógica *com certeza* precisa ser melhor [sic] entendida”), *totalmente* (“[...] e isso é *totalmente* improdutivo”), *claro* (“[...] *claro* que não tem viabilidade econômica. *Claro* que para você instalar uma coisa dessa [...]”). Além dos advérbios, outros recursos foram usados, como a escolha da locução *No meu entendimento* para isentá-la da responsabilidade de sua fala adquirir tom acusatório (“Então a minha crítica é com base nessa atitude que, *no meu entendimento*, não foi utilizada para com os demais partidos que foram criados [...]”) e do verbo *dialogar* para mitigar sua resposta (“Bem, eu acho que você me dá uma boa oportunidade de *dialogar* com essa ideia de que a Rede não foi competente para conseguir as assinaturas”). Na ocasião, Eliane Cantanhêde dizia que a Rede não fora competente para conseguir as assinaturas em tempo hábil, o que deixou Marina visivelmente contrariada.

6.2 Significado Identificacional

O significado Identificacional é o responsável por analisar as construções de identidades em um texto, as quais são construídas em um contexto de relações de poder. Partindo dos três tipos de identidades existentes (legitimadora, de resistência, de projeto), Marina Silva pode ser classificada como identidade de resistência. Esse tipo de

identidade é definido, conforme explicado, por atores sociais que se encontram em situação menos favorecida ou estigmatizada. Marina é mulher, seringueira, evangélica, ambientalista, isto é, ela está inserida em mais de uma classe que representa um tipo de minoria. Isso pode ser comprovado em suas falas, em que fica claro que a ex-candidata enfrenta, por exemplo, oposição de ideias (“Eu sempre fui muito combatida pelas minhas ideias, pelas minhas posturas [...]”) e dificuldades na negociação de sua agenda (“[...] nunca é fácil esse debate [...], não é de fácil aceitação porque também fere interesses”).

6.2.1 Entrevista para o programa “Roda Viva”, 2011

O primeiro ponto a ser abordado na análise do significado Identificacional é a *avaliação*, a qual permite perceber o juízo do enunciador sobre sua frase – se é bom, se é mau etc. Durante a entrevista, Marina exerceu avaliação em vários momentos. Como exemplos de declarações avaliativas, destacam-se fragmentos do discurso como “As pessoas preferem que se tenha um maior custo para os produtos agrícolas do que mudar a legislação ambiental para desmatar mais – *isso é uma preciosidade!*”; “*Eu acho que o partido deu um grande passo* quando decidiu ter candidatura própria”; “*Lamentavelmente*, nos últimos 10 anos tudo foi sequestrado pelo pragmatismo [...]”; “Não se filiam porque as pessoas descobriram, *e isso é muito saudável*, que é possível fazer política sem partido”; “[...] vem essa avalanche contrária ao código e o discurso *falacioso* de que o que está aí é uma engenhosidade de ambientalistas [...]”; “Os que desmataram ilegalmente até 2008, serão todos anistiados, *o que é uma coisa terrível!*”; “[...] *é claro que é melhor* resolver isso no Senado [...]”; “[...] com a ideia de inclusão produtiva. *Isso é uma coisa boa!*”. Nota-se que, às vezes, a avaliação é claramente expressa (“Isso é uma preciosidade!”, “Lamentavelmente”, “E isso é muito saudável”, “O que é uma coisa terrível” etc), mas, às vezes, a avaliação está subentendida em expressões que possuem juízo de valor, mas não literalmente (“O partido deu um grande passo”, “Discurso falacioso”). O discurso requer, desta maneira, atenção ao interpretá-lo.

O segundo ponto abordado é a *modalidade*, que mostra o grau de afinidade do falante com sua fala. A modalidade é expressa por meio dos verbos modais (poder, dever, ter (que)) e pode ser encontrada no discurso de Marina em falas como “*Deve ser*

uma política transversal” (modalidade deôntica, sentido de ordem), “Porque hoje você *tem que* entender que política não é mais no discurso” (ordem), “[...] mas por aquilo que cada um *pode* aportar como agente público [...]” (habilidade), “Não *pode* haver essa ambiguidade, não *pode* haver essa confusão” (proibição).

O último ponto a ser abordado é a *metáfora*. Essa figura de linguagem tem o objetivo de substituir o termo original por outro no sentido figurado, de modo a falar dele (do termo original), porém não explicitamente. Marina utilizou-se das seguintes metáforas: “O Plínio dizia que isso era *ser Poliana*, e eu até brinquei com ele: ‘Na época de Poliana, eu ainda era analfabeta!’”, “[...] aí vai por parte da criatividade dos mais açodados, *dos que passam o sinal vermelho...*”, “Porque eu digo, Marília, que *é uma corrida de 4x4*”. Destaca-se uma das metáforas encontradas:

Eu tenho uma metáfora pra isso, sabe, Gabi? Na Amazônia, a gente tem aqueles grandes lagos que, a cada cheia, são invadidos por novas águas. Tem um momento que o rio passa por cima do lago e ele até desaparece, depois ele volta a ser lago novamente, só que ele está cheio de novos peixes e de novos nutrientes. *Um lago que não se renova vai acabar perdendo toda a sua capacidade de criação e de inovação.*

A metáfora acima se destaca, pois descreve exatamente o que Marina quer dizer com a “nova forma de fazer política”: substituir velhos conceitos e costumes por uma nova forma de pensar as relações entre a política e a sociedade. Assim como o lago que recebe novas águas e pode, assim, renovar seus seres vivos e nutrientes, o Brasil e seu sistema político precisam receber novas águas (novas pessoas com novas formas de pensar) para renovar seus seres vivos e nutrientes (as ideias e relações entre a política e a sociedade).

6.2.2 Entrevista para o programa “Poder e Política”, 2012

Na entrevista concedida em 2012, apesar de ainda ser classificado como identidade de resistência, é possível perceber no discurso de Marina uma construção de identidade feita por ela sobre um novo ser político que surge ([...] o novo modelo de ativismo que está surgindo no mundo. [...] Hoje é aquilo que eu chamo de ativismo autoral. As pessoas são autoras da sua ação política. Eles são protagonistas, eles são mobilizadores e, ao mesmo tempo, eles são aqueles sonhadores que acreditam que

podem ajudar a transformar o mundo”). Ela cria uma identidade semelhante à dos manifestantes de junho de 2013, em que o sujeito luta, empurrado pelo seu próprio ideal e não pelo de um líder, por um futuro que acredita ser possível.

Na categoria *avaliação*, destacam-se as seguintes falas contendo caráter avaliativo: “*Infelizmente*, na reestruturação do partido, [...]”, “*Acho louvável* o esforço que está sendo feito no PPS”, “[...]eu devo profundamente isso à Igreja Católica pelo *excelente* trabalho que fez [...]”, “*Eu não gosto* dessas comparações”, “[...] *seria uma leviandade* ficar comparando os dois [...]”, “O avanço *fantástico* da política social [...]”, “E isso, para mim, *em nenhum momento será negativo*”. Novamente, algumas avaliações são explícitas (“*Infelizmente*”, “*Acho louvável*”, “*Excelente trabalho*”, “*Eu não gosto*”, “*Em nenhum momento será negativo*”); outras, implícitas (“*Seria uma leviandade*”).

Observa-se o aspecto *modalidade* presente nos seguintes fragmentos da entrevista de Marina Silva: “[...] dos questionamentos que *possam* ser feitos [...]” (probabilidade), “[...] para que os desbravadores depois *possam* fazer as suas devidas perguntas [...]” (possibilidade), “Eles só *podem* perguntar isso para os pioneiros” (possibilidade), “Da mesma forma que o Judiciário não *deve* resistir quando legalmente [...]” (proibição).

As *metáforas* presentes no discurso de Marina são representadas nas seguintes partes de seu texto: “E que a diferença dos pioneiros e dos colonizadores é que os colonizadores precisam perguntar sempre: ‘*E aí? Tem chuva? Tem Sol? A terra é fértil? Tem muitos espinhos?*’” e “Eu não quero trabalhar essa hipótese agora. Eu digo que *eu não consigo nadar se eu tenho que fazer uma, digamos, travessia a nado com alguém me oferecendo um barco do lado*”.

6.2.3 Entrevista para o programa “Roda Viva, 2013

A construção de identidade percebida na entrevista de 2013 é semelhante à percebida em 2012, porque Marina volta a falar sobre o novo ativismo político que tem surgido (“Não é mais um ativismo dirigido pelo partido, pelo sindicato, pela ONG ou pelo líder carismático. É esse ativismo que nós observamos em junho; ele é autor, mobilizador e protagonista. É completamente diferente.”), porém agora o associa às manifestações de junho de 2013. Marina ainda representa uma identidade de resistência, pois suas posições sociais não mudaram (mulher, seringueira, ambientalista, política, evangélica), mas constrói a

identidade dos novos sujeitos políticos ao passo que descreve este movimento.

No aspecto *avaliação*, Marina expressa sua aprovação ou desaprovação nas seguintes principais frases: “*Infelizmente* os cartórios perderam os prazos [...]”, “[...] *infelizmente*, no cerrado e na Amazônia, [...]”, “[...] tem muita *gente boa* fazendo *coisa boa*”, “E a sinalização de que quer, de fato, [...] já é uma *boa sinalização*”. Todas essas avaliações encontram-se de maneira explícita, pois em todas elas Marina usou uma palavra-chave explicativa, como “*Infelizmente*”, “*Gente boa*”, “*Coisa boa*”, “*Boa sinalização*”.

Analisando a *modalidade* encontrada em suas falas, destacam-se: “[...] eu acredito que *pode* mudar, sim, a qualidade da política no Brasil [...]” (possibilidade), “A Constituição Federal diz que nenhum ato do poder público *pode* ser feito sem uma justificativa [...]” (proibição), “*Poderíamos* ter seguido dois caminhos [...]” (possibilidade), “[...] tinha esse desejo de que *deveríamos* ficar apenas buscando a criação da Rede [...]” (ordem, modalidade deôntica).

Sobre as figuras que Marina usa para substituir outra representação, as *metáforas*, foram encontradas duas: “[...] existem aqueles que fazem questão de *manter o olho no retrovisor*, olhando para o século 19 [...]” e “Marina e Caiado, Caiado e Marina, viraram agora *Xuxa e Arisco?* Não.”.

A entrevista concedida por Marina Silva ao “Roda Viva” em 2013 é marcada por perguntas sobre sua situação política, devido à proximidade das eleições presidenciais de 2014, e quais os desdobramentos de sua afiliação ao PSB, perguntas a que Marina respondeu não tão objetivamente. Além disso, Marina fala sobre a questão do desmatamento e do novo Código Florestal Brasileiro e, neste momento, deixa clara sua ideologia, buscando sempre apontar os valores éticos nos quais se baseia. Finalmente, a ex-senadora fala também, como em 2012, sobre o novo ativismo político que tem se instalado no Brasil, quando aproveita a oportunidade e o relaciona à sua “nova forma de fazer política”, alegando que a Rede, sim, seria um partido capaz de suportar este novo conceito de militância política, diferentemente dos outros partidos já existentes.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando as três entrevistas concedidas por Marina Silva no período de 2011 a 2013, desde sua saída do PV até sua afiliação ao PSB, passando pelo ano em que tentava registrar seu partido, a Rede Sustentabilidade, foi possível averiguar que Marina manteve um discurso coerente, que defende a pureza política – alianças não com interesses puramente eleitorais, mas alianças, sobretudo, programáticas. Seu discurso também seguiu a agenda ambientalista, aspecto do qual, junto à ética, ela demonstra não abrir mão. Marina abordou também sua posição religiosa e revelou uma postura justa, que não despreza sua doutrina cristã evangélica, mas sabe reconhecer que a religião não é maior que os direitos civis iguais para todos, aspecto inclusive constitucional. Aqui, foi possível identificar que Marina expressou uma ideologia laica.

Nas três entrevistas, a ex-senadora manteve suas representações de mundo semelhantes, não havendo uma mudança em seu modo de pensá-lo. Essas representações são diferenciadas, pois ela não defende o que já é legitimado no âmbito da política, do meio ambiente e do gênero. Tanto na questão da política quanto do gênero e do meio ambiente, Marina assume a posição de que as relações não devem ser estabelecidas pela força, e isso também caracteriza a “nova forma de fazer política”, em que Marina destaca a *discussão* programática, e não o acatamento de conceitos que já existem, isto é, que já foram legitimados pelo poder hegemônico, por simples aliança eleitoral. Sobre o poder hegemônico, Fairclough (2003, *apud* RESENDE E

RAMALHO, 2006, p. 46) diz que “[...] a luta hegemônica pode ser vista como disputa pela sustentação de um *status* universal para determinadas representações particulares do mundo material, mental e social”. Desta forma, sua representação de mundo é diferente da representação deste poder hegemônico, uma vez que pensa as relações definidas não pela força, como usual, mas pela discussão de ideias e papéis.

Ela manteve também sua Representação dos Atores Sociais, em que definiu os brasileiros e ela própria como sujeitos ativos, responsáveis por suas escolhas e donos de seu futuro. Quanto a isso, reforçou que a política está nas mãos dos cidadãos, os quais podem, sim, ser os agentes da mudança social e política pela qual todos esperam. Sobre suas escolhas lexicais, nas três entrevistas optou por uma fala categórica, fazendo uso abundante de advérbios e locuções como *obviamente*, *claramente*, *com certeza*, *totalmente*. Além disso, usou recursos para suavizar seu discurso e retirar dele qualquer vestígio que representasse seu comprometimento, a saber, os modalizadores do discurso.

Marina, apesar de definida como uma identidade de resistência pelas posições sociais que ocupa (mulher, seringueira, evangélica, ambientalista), atuou, na entrevista de 2013, de modo a construir a identidade dos novos ativistas políticos do Brasil atualmente – um tipo que não segue sindicatos, diretórios, uniões, mas sua própria militância. A ex-ministra fez uso abundante também de declarações avaliativas, ora positivas (“Não se filiam porque as pessoas descobriram, *e isso é muito saudável*, que é possível fazer política sem partido.”), ora negativas (“[...] vem essa avalanche contrária ao código e o discurso *falacioso* de que o que está aí é uma engenhosidade de ambientalistas [...]”). Essas avaliações foram possibilitadas por suas escolhas lexicais e ajudaram, também, a revelar sua representação de mundo e sua ideologia – o que prova que os significados do texto não podem ser analisados separadamente, pois fazem parte de um todo e consideram o contexto da situação. A modalidade presente em suas falas deu tons a suas declarações (possibilidade, permissão, proibição, ordem), além de evidenciar ideologia. Marina usou também algumas metáforas, marcando momentos de casualidade em suas entrevistas. Não foram notadas contradições em seu discurso, apenas uma omissão de opinião com relação à presidente Dilma na entrevista de 2012, opinião essa que já havia sido emitida em 2011.

Finalmente, podemos depreender que Marina possui um perfil discursivo coerente nessas três entrevistas, que não se contradiz, mas busca cumprir com sua agenda.

8. REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. *Marxismo e Filosofia da Linguagem* apud RESENDE, V.; RAMALHO, V. *Análise do Discurso Crítica*. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. *Discourse in Late Modernity. Rethinking critical discourse analysis* apud RESENDE, V.; RAMALHO, V. *Análise do Discurso Crítica*. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade* apud SOUZA, Rosália B. “Mais Brasil para mais brasileiros”: campanha ou marketing político? Um estudo discursivo crítico.

Entrevista Marina Silva ao Roda Viva, 2011. Bloco 1. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=VJO8IZ2EPAg>. Acesso em 3 jan 2014.

Entrevista Marina Silva ao Roda Viva, 2011. Bloco 2. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=Cxujn0Etkns>. Acesso em 3 jan 2014.

Entrevista Marina Silva ao Roda Viva, 2011. Bloco 3. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=hcneHolLZX8>. Acesso em 3 jan 2014.

Entrevista Marina Silva ao Política e Poder, 2012. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2013/02/27/leia-a-transcricao-da-entrevista-de-marina-silva-a-folha-e-ao-uol.htm>. Acesso em 4 jan 2014.

Entrevista Marina Silva ao Roda Viva, 2013. Disponível em: http://www.youtube.com/watch?v=_0jAfIZRX_w. Acesso em 5 jan 2014.

Exemplos de intertextualidade. Disponível em: <http://www.brasile scola.com/redacao/intertextualidade.htm>. Acesso em 15 dez 2013.

FAIRCLOUGH, N. *Analysing Discourse* apud RESENDE, V.; RAMALHO, V. *Análise*

do Discurso Crítica. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

FAIRCLOUGH, N. *Analysing Discourse. Textual analysis for social research*. Abingdon: Routledge, 2003.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e Mudança Social*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

GOODE, William J., HATT, Paul K. *Métodos em pesquisa social*. 2. ed. São Paulo: Nacional, 1968, *apud* LAKATOS, Eva M., MARCONI, Marina de A. *Fundamentos da Metodologia*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LAKATOS, Eva M., MARCONI, Marina de A. *Fundamentos da Metodologia*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

RESENDE, V.; RAMALHO, V. *Análise do Discurso Crítica*. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

Site *Estadão*. Disponível em <http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,rede-tem-registro-negado-por-6-ministros-do-tse,1081746,0.htm>. Acesso em 16 dez 2013.

Site *Minha Marina*. Disponível em <http://www.minhamarina.org.br/biografia/>. Acesso em 16 dez 2013.

Site *Poder e Política*. Disponível em <http://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2011/07/27/folha-e-uol-criam-programa-de-entrevistas.htm>. Acesso em 6 jan 2014.

Site *Roda Viva*. Disponível em <http://tvcultura.cmais.com.br/rodaviva/sobre-o-programa>. Acesso em 6 jan 2014.

Site *Voz do Acre*. Disponível em <http://vozdoacre.com/portal/politica/marina-silva-lanca-rede-para-concorrer-a-presidencia/>. Acesso em 16 dez 2013.

9. APÊNDICES

9.1 Transcrição da entrevista para o Roda Viva, 2011

Marília Gabriela: Boa noite! O Roda Viva hoje abre espaço para nossa crise política e para o debate sobre a legislação florestal brasileira. No centro da nossa conversa, uma legítima filha da floresta. Acreana de nascimento, Marina Silva já foi senadora, foi Ministra do MA e foi a grande surpresa da eleição presidencial do ano passado. Ela conquistou 20 milhões de votos. Nas últimas semanas, Marina voltou aos holofotes em meio às discussões sobre o novo código florestal brasileiro, discussões que deixaram a sociedade brasileira em dúvida com o que é avanço, o que é retrocesso, no delicado equilíbrio entre viver, preservar, matar e desmatar. Marina Silva vai nos contar muita coisa sobre as divergências no Congresso e as perspectivas da nova configuração política do governo Dilma Rouseff. Depois da queda do Ministro Antônio Palocci, é sobre isso que eu estou dizendo, essa crise política, que, aliás, Ministro Antônio Palocci foi seu colega de governo no primeiro mandato de Luís Inácio Lula da Silva. Pra conversar com Marina Silva estão comigo hoje o biólogo e jornalista Eduardo Geraque, repórter do “Cotidiano” do jornal *Folha de SP*, e a jornalista Mona Dert, colunista do portal Ig, que também já trabalhou numa série de documentários da TV Cultura sobre problemas ambientais do rio Tietê e das reservas de Cananeia e Jureia. Estão comigo também os titulares do programa, os jornalistas Paulo Moreira Leite e Augusto Nunes. O cartunista [...] conversa. Bom, em primeiro lugar, Marina, muito obrigada pela presença aqui nos nossos estúdios, e a gente não pode começar a nossa conversa sem falar da crise política instalada em Brasília. Aliás, para resolver a crise na Casa Civil e nas relações com o Congresso, a presidente Dilma Rouseff escolheu duas mulheres. Alguns comentaristas viram nisso um corporativismo. Hoje mesmo Noblat, na coluna dele no Globo, ele cita uma chamada, ou cita outros, que denominaram nossa República agora de “República do salto alto”, o que me parece eu não sei se é muito simpático ou tem algum tipo de preconceito aí instalado. Dizem os críticos que a Dilma Rouseff estaria instalando um Clube da Luluzinha no centro do poder. Eu tô perguntando pra uma mulher na política, mulher importante dentro da política nacional como você, se você reage bem a esses comentários, se você tem boa vontade com esses comentários ou não.

Marina: Bem, primeiro eu acho que a gente tem que lidar com as situações procurando lê-las na sua essência mesmo, né, esse estranhamento de ter três mulheres no centro do poder – esse estranhamento que as pessoas agora têm. Quando eram três homens ninguém tinha esse estranhamento. Então eu acho que vamos lidar com o fato de que são

três mulheres do mundo da política, então se fossem seres extraterrestres que estivessem lá, tudo bem, valeria o estranhamento, mas elas são do mundo da política. A fulana é da política, a cicrana também, e a presidente as escolheu. Temos um Ministério com vários homens que, nem de perto, tem a maioria de mulheres. Eu preferiria que a gente fizesse uma avaliação não pela questão de gênero, mas por aquilo que cada um pode aportar como agente público, e eu espero que elas possam aportar o melhor do seu melhor para esse Brasil que tá vivendo um momento difícil – um momento difícil de discussões que levam a retrocessos no campo da área ambiental, um momento de preocupação com relação à questão econômica, com o risco aí de crescimento da inflação. Eu acho que a gente tem que olhar pelo conteúdo, e não pelo fato de ser homem ou ser mulher.

Paulo Moreira Leite: A senhora acha que esse conteúdo, pelo fato de ser mulher, pesou na escolha dessas ministras? Ou foi puramente casual? Ou há uma ideia de marketing de colocar mulher ali?

Marina: Olha, eu não quero ver as coisas assim de forma tão maquiavélica, eu acho que as pessoas buscam pessoas das suas relações. O presidente Lula procurou se cercar de pessoas de suas relações no começo de seu governo. Eu acho que a presidente buscou pessoas das relações dela. Obviamente que ela está diante de um grande desafio; aí, sim, vamos para o conteúdo. Quando o presidente Lula assumiu, ele colocou ali um Ministro José Dirceu, que era uma pessoa forte dentro do partido e da política. Veio a crise, o presidente o substituiu pela à época ministra Dilma Rousseff, que não vinha do mundo da política, mas o presidente Lula era o político! Ele é o político ao cubo, né!? Então não houve uma subtração desse componente tão importante para dirigir o país. No caso, agora, a presidente Dilma tem um perfil muito mais gerencial. Ela não tem, digamos assim, o mesmo envolvimento na política que tinha o presidente Lula. E a chefe da Casa Civil agora, a Gleisi, também não tem esse perfil político, tem um perfil muito mais gerencial.

Marília Gabriela: Hoje eles já disseram que ela vai ser a Dilma da Dilma, seja lá o que isso queira dizer...

Marina: Eu acho que eu fui a primeira pessoa a falar isso. Assim que começou as denúncias contra o Ministro Palocci, eu disse para um grupo de amigos: eu acho que a presidente Dilma vai ter que encontrar logo a Dilma dela. E depois isso ganhou corpo em outras vozes, mas eu acho que eu fui a primeira pessoa a falar isso. Eu diria que isso é, sim, uma dificuldade, até porque, se no caso do PT pelo menos agora, aparentemente, a gente tem aí um pouco de um déficit político, no PMDB isso é o que não falta. E o vice-presidente tem aí a política ao cubo do seu lado, então a presidente vai ter que ter muita sabedoria pra poder manejar. Num digo sabedoria, e falo com essa tranquilidade, porque não faço a política do “quanto pior, melhor”, sabe, Marília?

MARÍLIA GABRIELA: Mas você sofreu na pele preconceito quando fazia política? Você percebeu que havia, ok, uma mulher preparadíssima num cargo importantíssimo... ainda assim houve algum tipo de preconceito? Você sentiu isso?

Marina: Olha, comigo não. E até o fato de ser mulher...

Augusto: ...eram duas mulheres candidatas à presidência...

Marina: ...eu nunca senti isso, nem no Ministério. Pelo fato de ser mulher, não. Eu sempre fui muito combatida pelas minhas ideias, pelas minhas posturas, porque as pessoas adoram às vezes na política dizer: “Olha, eu sofri preconceito, eu fui ameaçado de morte...”. Tem duas coisas que eu nunca identifiquei que eu tenha vivenciado. Graças a Deus eu nunca fui ameaçada de morte, ainda que confrontei muitos interesses, e, no caso, pelo fato de ser mulher eu nunca senti isso. Pelo contrário, as pessoas tinham uma admiração e um respeito muito grande pelo meu trabalho e as divergências eram divergências que eu discutia de igual pra igual, porque eu também não gosto de quando a pessoa discorda de mim “Ah, eu tô falando isso porque eu sou mulher”. Eu acho que às vezes é uma posição meio que até nos inferioriza. Eu sofri preconceito por outras razões, não exatamente pelo fato de ser mulher.

Augusto: A questão do conteúdo, né. Vamos falar das pessoas que vão fazer isso. Como a senhora mesmo disse, a Ministra da Casa Civil é novata nesse negócio aí. Ela vai ter que lidar com raposas da política, tipo José Sarney, Michel Temer, Renan etc. A Ideli Salvati, com quem a senhora conviveu no Senado, tem um temperamento esquentado, pra ser gentil. Ela tá preparada pra isso? A senhora acha que sim? Se a senhora fosse presidente, a senhora entregaria a articulação política pra ela?

Marina: Olha, eu acho que fica muito difícil a gente falar sobre suposições. Se eu fosse presidente do governo, as escolhas seriam outras, fica muito difícil você falar isso. O governo que veio foi o da presidente Dilma e ganhou duas vezes, porque foi uma eleição em dois turnos e ela tá livre pra fazer a escolha, e eu não vou aqui comparar o governo que eu, né...

Augusto: ...eu queria que a senhora avaliasse a sua colega de Senado.

Marina: Eu tive uma convivência curta com a Idely como colega de Senado. Eu fiquei 5 anos, 5 meses e 14 dias no Ministério do MA. Depois eu retornei para o Senado, já numa militância muito intensa, sendo pautada pela sociedade, e a Idely estava, sim, no governo. Havia ali um tencionamento. Eu diria que um dos grandes desafios da articulação política agora na pessoa da senadora Idely vai ser essa de fazer um manejo negocial das questões para que nos

Congresso isso possa ganhar, digamos assim, adesão das propostas do governo para serem aprovadas. Dito em verso e prosa, o temperamento dela não é tanto negocial, mas eu espero que ela possa aí ter, digamos, uma reserva escondida, guardado, sabe, de capacidade de negociação, de acolhimento do diferente, até porque as mulheres surpreendem. Eu sempre digo que as mulheres têm uma propensão muito maior a ir pelo convencimento do que pela disputa, isso quando elas se colocam com a sua forma feminina de gerenciar. Elas gostam muito mais do convencimento do que da disputa. As mulheres em si mesmas já têm uma tendência maior a dividir a autoria, realização e reconhecimento daquele (...) mais agregadores. Então eu espero que esse lado, que é muito característico do feminino, possa agora ser melhor (sic) aguçado na Ideli, pra que ela possa inclusive desconstruir toda esta visão que estão tendo de que ela não vai negociar. De fato ela tem um temperamento forte. Nós vamos ter ali três mulheres com temperamento muito forte, mas os homens também têm temperamento forte.

PML: Não acha que é um pouco mito feminino dizer que as mulheres partilham, dizer que as mulheres são generosas? A gente pode pegar vários exemplos ao longo da história...

MARÍLIA GABRIELA: ...ce não se lembra da sua mãe, Paulinho?

PML: só da minha mãe, mas não na política. Se for pra política, a gente tem várias pessoas que a gente pode encontrar várias características, mas a gente não pode dizer que são generosas, que partilhavam, quer dizer, desde aquela que pegou nossa caderneta de poupança, certo? A Zélia Cardoso de Melo, vamos chamar ela (sic) de uma pessoa generosa. Ou a Margareth Thatcher, a primeira ministra inglesa, ela podia ter várias características, mas ela não era uma pessoa de partilhar, ou seja, será que isso não é um mito feminino, uma coisa que, quando entra na política, essas coisas se dissipam?

Marina: Olha, eu não queria que... essa questão da generosidade e do estereótipo você que tá colocando, Paulo, sabe por quê? Porque você pegou duas imagens bem estereotipadas, certo? No caso a MT e a ZCM. É o estereótipo da mulher forte, que vai lá, briga, faz a caricatura do masculino para poder se colocar no espaço público, que eu disse que as mulheres, quando entram na política, sem negar a condição do feminino, elas têm um perfil mais negociador, não disse generosas. Elas têm um perfil de ir muito mais pelo convencimento do que pela disputa. As mulheres, elas têm uma característica assim de cuidar dos relacionamentos, e isso não se dissolve quando você está no espaço público, quando você está dentro das empresas. O problema é que o preconceito é tão grande que muitas mulheres, quando foram assumindo esses espaços, foram fazendo uma espécie de caricatura dos homens. Então, se para ser respeitada eu tenho que falar alto, se para ser respeitada eu tenho que bater na mesa, se para ser respeitada eu tenho que falar grosso, eu tenho que esconder as minhas emoções, é assim que eu vou fazer. Mas a maioria das mulheres estão descobrindo, e as empresas estão descobrindo, e a política está descobrindo a espiritualidade, a arte que as mulheres, quando se colocam por si mesmas na sua atuação feminina, tanto é que as empresas hoje, a maioria delas que não tem 50% pelo menos de mulheres no seu quadro, elas vão perdendo competitividade. Porque esses são valores que cada vez mais estão se afirmando; é o perfil das pessoas que são muito mais do aspecto do convencimento do que da disputa.

PML: Mas não é mais atribuído às mulheres do que uma qualidade intrínseca das mulheres?

Marina: Olha, eu não sei se é intrínseca, para mim tudo é uma construção na cultura, certo? Não existe algo que seja mágico. O homem é o produto daquilo que ele é em suas relações, e as mulheres, não por acaso, há menos de cem anos, e no caso do Brasil bem pouco tempo, eram consideradas incapazes. Durante milhares de anos as mulheres foram consideradas como (sic) incapazes. Agora você veja a capacidade de quem por milhares de anos fora considerada como incapaz. Em menos de cem anos, estão aqui discutindo de igual pra igual com você, querendo convencer de que nós temos características particulares, e os homens também têm características particulares. Acho que qualquer pessoa que olha para a dimensão do feminino e do masculino como de fato ele é vai ver que existem características particulares que são geradas como produto da cultura.

Mona Dert: Marina, e em relação à primeira crise do governo Dilma, como ex-candidata como é que você vê essa saída do Palocci, a crise como um todo e a substituta dele, a escola da ... Hoffman? Essa é mais fácil pra você?

MARÍLIA GABRIELA: Você ficou surpresa com a dimensão do escândalo envolvendo o ex-ministro, com quem aliás você conviveu durante seu ministério?

Marina: Olha, quando foi na campanha, e eu já vou pro que você perguntou, Mona, quando as pessoas me falavam sobre como eu achava que deveria ser um governo que evitasse a repetição de acontecimentos como esse, que pela terceira vez acontecem, como no caso da Casa Civil, envolvendo o Brasil. Eu disse que o melhor que a gente pode fazer pra evitar isso é a transparência. Criar mecanismos de controle de transparência, que levem a que o agente público, quando ele tá na função pública, que ele não possa ter nenhum tipo de atitude que possa levar qualquer desconforto para as coisas que a Constituição coloca – o princípio da publicidade, da impessoalidade, da legalidade, da constitucionalidade, enfim, todos esses princípios. Eu acho que as denúncias foram feitas e elas são fortes em relação ao patrimônio do ministro Palocci, acho inclusive que ele demorou muito a fazer os esclarecimentos, quando fez os esclarecimentos enfim eu acho que não teve um convencimento nem do seu próprio partido, nem da presidência, tanto é que veio a mudança em seguida, e que eu acho que o melhor é caminho é você sempre separar o público do privado. Não pode haver essa ambiguidade, não pode haver essa confusão. A escolha que foi feita para o

lugar do Palocci, para mim, tem duas dimensões. Uma positiva, de fato, fulana eu não a conheço de perto, mas eu a conheço das relações que tive no PT, eu sei que ela era uma pessoa importante, uma pessoa competente do ponto de vista gerencial. Do ponto de vista político será uma revelação que nós teremos, porque ir pra Casa Civil é ter que ter uma atitude política. Então, se do ponto de vista gerencial, *a priori* todos sabemos que é uma pessoa competente; do ponto de vista político espero que tenhamos uma boa revelação.

Mona: E do ponto de vista ambiental? De repente será mais fácil negociar com ela do que com o Palocci?

Marina: Olha, a questão ambiental fácil nunca é. Não é. Eu digo que, ainda que esse seja o desafio deste século – e nós vamos atravessar este século tendo que fazer essa integração entre economia e ecologia –, nunca é fácil esse debate, porque é a construção do novo, é a busca de novos paradigmas, é construir uma nova maneira de caminhar, senão um novo caminho, como diz, mas que não é de fácil aceitação porque também fere interesses. Então eu acho que fácil não é, porque prevalece uma visão desenvolvimentista, mas, ao mesmo tempo, nós temos aí a sociedade brasileira dando claras demonstrações de que dá sustentabilidade política para um novo modelo de desenvolvimento. Uma pesquisa que foi feita agora pelo Datafolha, aonde (sic) mais de 80% das pessoas são contra mudanças no código florestal. As pessoas preferem que se tenha um maior custo para os produtos agrícolas do que mudar a legislação ambiental para desmatar mais – isso é uma preciosidade! É a segunda vez que essa pesquisa revela esse olhar e esse compromisso da sociedade brasileira. Então não é fácil, mas tem sustentabilidade política. Eu diria até que a política em si está atrasada em relação ao que estão pensando os brasileiros, a sociedade. E o atraso na política pode fazer com que a gente venha a perder conquistas muito importantes que já tivemos na economia, na área social e na área ambiental.

Eduardo Geraque: Senadora, para tirar esse atraso da política a senhora já falou que, se uma eventual equipe de governo que a senhora tivesse que montar seria diferente da que tá aí. Como fazer isso? Como colocar mais essa questão ambiental por exemplo no dia a dia do governo, por exemplo de um país como o Brasil?

Marina: Olha, quando eu estava no Ministério, eu cunhei algumas frases, eu falava da questão da transversalidade. Para mim a questão ambiental deve ser um tema transversal nas ações dos governos e das empresas. Não dá pra você achar que vai ter um Ministério do MA, uma Secretaria do MA, enfim, que vai fazer pelos demais setores o papel que cada setor deveria fazer. Nem o ambiente deve ser uma preocupação do Min. Do Transporte, nem a agricultura de Energia, enfim, de Educação, de Saúde, de C&T. Deve ser uma política transversal. No momento em que se tiver essa compreensão, com certeza nós teremos uma redução dos conflitos, aumentará a governança ambiental e, consequentemente, nós vamos começar a ver o MA, em vez de um problema, como uma grande oportunidade de gerar novos conhecimentos, novos produtos, novos materiais, novas ocupações, que é isso que tá começando a acontecer no mundo, apesar dos governos.

MARÍLIA GABRIELA: Marina, eu vou voltar um pouquinho. A crise do Palocci teve vários desdobramentos, né? No Congresso, a chamada “Bancada evangélica” na câmara abriu mão de convocar o ministro Palocci para esclarecimentos depois que a presidente Dilma cancelou o chamado kit anti-homofobia, que seria distribuído a alunos do segundo grau. Você, que é evangélica, aprova esse tipo de acordo, Marina?

Marina: Bem, primeiro, Gabi, esse acordo, nos bastidores da Câmara dos Deputados, ele era atribuído a dois segmentos. Um, a bancada evangélica, que se colocou claramente com essa questão. E o outro, aos partidos de oposição, que, se não votassem o Cód. Florestal com o relatório do Aldo, também fariam a convocação. Então não foi só a bancada...

Augusto: ...mas quem convocou a reação foi o Anthony Garotinho, né, em nome da bancada evangélica...

Marina: ...isso, mas o que eu tô dizendo é que esse movimento aconteceu em dois níveis: um em troca do kit e o outro em troca do Cód. Florestal.

MARÍLIA GABRIELA: Pois é, sempre essa troca...

Marina: ...eu acho que não tem que ter troca. Cada coisa é uma coisa, certo? Eu não concordo com esse tipo de negociação, eu acho que cada questão deve ser...

PML: ...mas como é que faz a política sem troca, senadora?

Marina: Não, a gente faz a política por princípio, a gente faz a política pelo mérito. Eu fui ministra do MA e aprovei leis muito importantes e muito difíceis, por exemplo a criação do Serviço Florestal Brasileiro foi aprovada com uma greve no Ibama de 4 meses, e eu não tinha sequer o ministro das Relações Institucionais imbuído de me ajudar a aprovar no Congresso. Eu lembro que, quando eu levei a proposta pro governo e o presidente Lula concordou, me disseram: “Você é ex-senadora, você tem uma tradição no Congresso, então agora você tem que ir para o Congresso e convencer os parlamentares”. E os parlamentares sempre têm uma agenda muito tencionada com o Ibama, com o Min. Do MA. Eu digo: “Vai ser difícil”. E foi o que eu fiz. Fui discutindo mérito com as pessoas; com a bancada dos democratas, conversei com o vice-presidente Marco; com o PSBD conversei; conversei com o Artur Virgílio, conversei com o presidente Fernando Henrique Cardoso; na Câmara dos Deputados, conversei com as pessoas de

todos os partidos, e conseguimos aprovar a lei. Eu acho que a gente pode fazer, sim, política pelo mérito das coisas, e não colocando...

PMLn: ...sim, mas mesmo com mérito é preciso fazer troca, né? Porque política é uma negociação. Ou num é?

Marina: Eu num sei...

MARÍLIA GABRIELA: Se você fala de situação e oposição eu acho que, e principalmente quando se envolve fisiologismo, muitas vezes eu acho que entra o jogo da troca.

Marina: é que eu penso a política de uma forma diferente, e eu prefiro não banalizar isso, sabe? Eu prefiro não aceitar que tem que ser assim.

Augusto: Mas é a realidade hoje, né...

Marina: ...pois é, mas a realidade tá aí pra ser mudada.

Augusto: Mas é possível mudar, por exemplo, com um Senado constituído por pessoas como as que nós conhecemos hoje? A senhora confiaria nisso?

Marina: Olha, eu diria que progressivamente é possível mudar. Eu... “há quantos anos atrás”? “Há 16 anos atrás”, no meu estado, seria impossível imaginar que eu pudesse ser senadora. “Há 16 anos atrás”, quando eu saí candidata pela primeira vez, eu ouvia de todos os lados: “Você tá dando um passo maior do que as pernas. Onde já se viu?”. Quando eu ganhei, me disseram: “Poxa, tudo bem, ser vereadora. Mas agora ir para o Senado?! Senado é lugar de ex-ministro, ex-governador, ex-qualquer coisa, mas uma seringueira!”. Eu ouvi isso o tempo todo, e eu acredito que o Brasil é um país rico, que a sociedade está à frente dessa visão atrasada da política, que às vezes a gente acaba sendo sequestrado por ela. “Ah, tem que ser assim pra fazer.” Não! Vamos pensar que é possível fazer diferente. Quando eu saí candidata, as pessoas ficavam dizendo: “Bem, a senhora não tem aliança, a senhora não tem dinheiro, a senhora não tem isso ou aquilo. Como vai fazer pra enfrentar a Dilma e o Serra, que são verdadeiras máquinas de ganhar eleição?”. Eu falei: “Eu vou fazer aliança com a sociedade”. Pois num é que funcionou?! Eu falei: “Eu vou fazer aliança com os núcleos vivos da sociedade”. E foram esses núcleos vivos que fizeram a minha campanha e do Guilherme. Quase 20 milhões de pessoas com 1min e 20 de televisão, com recursos bem inferiores. Não era uma campanha miserável, mas bem inferiores pelo que foi gasto pela presidente Dilma e pelo governador Serra. Sem alianças. E foi possível, eu acredito que é possível fazer diferente, sabe? O Plínio dizia que isso era ser Poliana, e eu até brinquei com ele: “Na época de meia Poliana, eu ainda era analfabeta!”. Talvez tenha sido por isso que eu nunca deixei de acreditar que as transformações são fruto da vontade dos homens, e não de salvadores da pátria. Existem sujeitos que se colocam na história. É por isso que, como sujeito que se coloca na história, eu acho que, se a bancada evangélica achava correto chamar o Palocci para prestar esclarecimento, não deveria ter negociado, e, se o democrata, o PSDB, achava que era correto chamar o Palocci para ir prestar esclarecimento, não deveriam ter negociado em troca do relatório do Aldo.

MARÍLIA GABRIELA: Eu gostaria muito que a gente falasse sobre a questão do verde brasileiro, a questão do Cód. Florestal, mas eu quero começar perguntando de outro verde. Você vai criar um outro partido? Vai sair do PV e criar um novo partido? É isso mesmo?

Marina: Olha, Gabi, é engraçado, né, porque a gente amanhece e vê as coisas nos jornais e, enfim, paciência, é assim que às vezes acontece. Eu estou imbuída do propósito de fazer com que o PV, partido que eu me filiei, faça jus a esse movimento que a gente fez na sociedade, e o bom é que estou me somando a pessoas como Gabeira, como Alfredo Sirkis, [...] Fábio Feldman, uma série de verdes que tem dentro do partido, que foram capazes de inovar com bandeiras altamente modernas para a época em que o partido foi criado, e que agora nós estamos diante de um desafio muito grande, que é de fazer em nós aquilo que nós propomos para os outros. Nós estamos no meio de uma reforma política em que cada partido vai lá e faz um discurso sobre o sistema político do que precisa mudar. Por que que (sic) a gente não antecipa isso na gente? Eu acho que o PV tem o grande desafio de ser um partido moderno capaz de integrar os núcleos vivos da sociedade que não querem se filiar, mas querem ser parceiros, e só é possível fazer isso dentro de uma estrutura horizontal. Lamentavelmente o partido tem 25 anos, conseguiu avanços fantásticos que temos aí para mencioná-los, mas ainda tem comissões provisórias, que são renovadas...

PML: ...até agora a senhora tá confirmando o que a imprensa publicou...

Marina: ...eu não estou confirmando, eu estou confirmando o movimento que eu estou fazendo de que eu quero que o partido...

MARÍLIA GABRIELA: ...a imprensa publicou também que vocês não podem acabar com o partido, ou vocês não poderiam agora abandonar o partido, porque não teriam um tempo hábil pra montar um outro partido que viesse forte pras eleições de 2012.

Augusto: Seria o Partido da Causa Ecológica, deram até um nome.

Marina: É, eu acho até que o nome que deram já denuncia a falta de proximidade com o tema e com as inter...

Augusto: ...mas quem inventa isso aí?

Marina: Aí eu não sei, aí vai por parte da criatividade dos mais açodados, dos que passam o sinal vermelho,,

Mona: ...a sua posição é pela permanência no PV então...?

Marina: A minha posição é de que o PV precisa dar esse passo. Eu acho que o partido deu um grande passo quando decidiu ter candidatura própria, depois quando resolveu fazer uma revisão programática, e eu acho que os dois itens ele já cumpriu. Ele precisa dar o terceiro passo, que ele se comprometeu antes mesmo da minha entrada de fazer, que era da democratização do partido. Em março nós apresentamos um documento, esse grupo de pessoas que eu falei, propondo que o partido faça uma ampla campanha de filiação e de recadastramento e que tenha eleições diretas para eleger os seus dirigentes e que não tenha reeleição para o presidente. Essas foram as propostas que nós apresentamos...

MARÍLIA GABRIELA: ...e deu a maior briga...?

Marina: Não é que deu uma briga, eu acho que isso são propostas, no meu entendimento, tão naturais que ninguém pode brigar contra eleger diretamente...

Augusto: ...mas existem pessoas que reagem a ela...?

Marina: Existiu uma parte que reagiu muito mal a essa ideia. Agora, qual é o problema? É que 3 meses se passaram e não foi dada nenhuma resposta para essa proposta, assim como já tinham se passado 5 meses após as eleições e nenhuma reunião do diretório havia sido feita. Então eu e muitas pessoas estamos aguardando o que essa parte do PV que está na direção quer em relação a tudo isso. Uma coisa é clara: nós temos que ser coerentes. Nós falamos de uma nova forma de fazer política, e não dá pra falar de uma nova forma de fazer política praticando a velha forma de fazer política. Eu na campanha falava disso de cabeça erguida, sem nenhum tipo de constrangimento, porque havia um compromisso de que nós iríamos apostar nessa agenda assim que terminasse. Agora o PV tem que dizer o que ele quer fazer.

MARÍLIA GABRIELA: Você tá dando um prazo?

Marina: Não, num é dando um prazo. Eu estou querendo que a gente seja no mínimo razoável. Quase 20 milhões de votos é muita responsabilidade pra continuarmos achando que vai dar pra ficar as mesmas pessoas, nos mesmos cantinhos. Tem muita gente boa aí pra nos ajudar a pensar. Acho que a política envelhece quando as pessoas não são mais capazes de receber novas contribuições. Eu tenho uma metáfora pra isso, sabe, Gabi? Na Amazônia, a gente tem aqueles grandes lagos que, a cada cheia, são invadidos por novas águas. Tem um momento assim que o rio passa por cima do lago e ele até desaparece, depois ele volta a ser lago novamente, só que ele tá cheio de novos peixes e de novos nutrientes. Um lago que não se renova vai acabar perdendo toda a sua capacidade de criação e de inovação.

Eduardo: Marina, eu queria entender por que a senhora fez uma campanha com esses 20 milhões de votos, muito importantes, e o PV não cresceu, ficou do mesmo tamanho? Por quê? É porque era uma coisa velha? Por que essa organicidade do PV não apareceu no Congresso?

Marina: Primeiro, porque foi uma combinação do partido com o movimento da sociedade, e é isso que precisa ser lido e entendido pelo partido. Há uma parte da sociedade...

Eduardo: ...teu partido num cresceu!

Mona: É, o fato é que foi você quem conseguiu os 20 milhões de votos.

Marina: Depende, depende. Se o partido tiver uma abertura para interagir com essas forças vivas da sociedade, ele cresceu. Se ele quiser ficar do mesmo tamanho, aí ele não cresceu.

PML: Mas ele tem o mesmo número.

Marina: Não, mas você não pode medir as coisas pelo número, sabe? Pelo número de deputados... não! O partido é um partido que tem um apelo forte. Vê a campanha do Gabeira, vê a minha campanha, vê determinados movimentos. É isso que o partido precisa ler. Hoje, muitas pessoas querem ter um partido sério, democrático, transparente, com pessoas corretas, para elas poderem votar. Não necessariamente ela vai ser filiada. Ele quer ser um advogado, quer ser médico, quer ser jornalista, quer ser poeta, mas não quer ter militância partidária.

Augusto: Mas, por enquanto, o voto não é muito mais nas pessoas? Voto na Marina Silva, no Fernando Gabeira, e não no PV?

Marina: Eu acho que o voto é na combinação de três coisas: na proposta, nas pessoas e na coerência das pessoas. Certo? Porque hoje você tem que entender que política num é mais no discurso. Eu falo que a gente vai precisar compreender cada vez mais que a liderança é exercida pelo exemplo, não basta você dizer algo. O que você diz tem que ter força naquilo que você faz, ter força nas suas atitudes, naquilo que você pensa. Eu acho que a política tá indo por esse caminho, sobretudo na juventude.

Mona: Marina, você disse que a política tá atrasada em relação aos anseios da sociedade. Você ficou um tempão no PT, depois no governo Lula pelo PT e depois foi pro PV, onde está, digamos assim, desconfortável, pra dizer o mínimo. Não existe uma outra via, assim, pra fazer política, pra implantar um projeto socioambiental? Você tá criando aí dois institutos, você acha que necessariamente passa pela via partidária?

Marina: Olha, no sistema político, na realidade política do Brasil, os partidos são importantes. Agora, nada obriga que os partidos virem máquinas de ganharem o poder pelo poder. Até bem pouco tempo a gente tinha os partidos discutindo ideias. Quando o PSDB se criou do PMDB, foram discutidas ideias ligadas à social democracia. Quando o PT rompeu com a tradição dos partidos de esquerda, verticalizados, com comitê central, pra dizer que era possível ter uma visão democrática e popular do socialismo, estavam discutindo ideias. Lamentavelmente, nos últimos 10 anos tudo foi sequestrado pelo pragmatismo, então vale tudo pra ganhar uma eleição. As pessoas nem discutem qual é o tipo de ideia que está em debate, discute é como faz pra ter tempo de televisão, recursos e palanques nos estados. Ora, não pode ser uma disputa do poder pelo poder. O poder é um meio, não é um fim em si mesmo. Então eu acho que a grande transformação que tá acontecendo no mundo chega aqui no Brasil. Eu até tenho dito junto com algumas pessoas próximas que isso que aconteceu no Oriente Médio, as lutas pelas democracias, movimentos difusos que você não encontra um líder, um sujeito pra dizer: “Olha, foi ele que comandou”, é quase que um sujeito oculto, chegou também aqui no Brasil, e eu digo com humildade que chegou na forma da nossa campanha, do PV. Foi um movimento da sociedade. É claro que lá na realidade estavam enfrentando ditadores, aqui graças a Deus que não. Aqui o que as pessoas estavam querendo quebrar é essa polarização PT-PSDB, é a oposição pela oposição, a situação pela situação. Tanto é que o Artur Virgílio, que era o porta-voz da situação pela situação, acabou não se reelegendo, porque as pessoas estão cansadas disso. As pessoas estão cansadas desse confronto e elas estão buscando um encontro. Isso significa eliminar diferenças, isso significa diluir os sonhos? Claro que não! O que as pessoas estão querendo dizer é o seguinte: “Olha, nós estamos vivendo um tempo no mundo que é necessário que se tenha política de longo prazo para o curto prazo dos políticos”. Mas eles continuam na lógica de políticas de curto prazo pra alongar o prazo dos políticos. Energia limpa, renovável e segura é política de longo prazo. Tem que ser do PT, do PSDB, do PMDB. Combate ao desmatamento tem que ser política de longo prazo, do PT, do PSDB, do PV, de quem estiver no poder. É assim que acontece nos países desenvolvidos. Mudam os partidos, mudam os dirigentes, mas tem políticas que não mudam, e aí de quem se atrever a mudar! E isso que tá começando a acontecer no Brasil também.

Mona: Mas elas não podem ser tocadas por organismos multilaterais, por um partido, ou pela sociedade civil?

Marina: Olha, a sociedade, eu acho que ela vai renovar as instituições políticas. Agora, o tempo em que isso vai acontecer eu ainda não sei. Neste momento, eu estou na tarefa de tentar renovar a instituição política que eu faço parte. Porque é aquela coisa, você não pode pregar para os outros aquilo que você não prega pra você mesmo.

Eduardo: Dentro desse contexto dessa nova filosofia de fazer política e tal, o PV paulista e paulistano está na parte velha ou na parte nova?

Marina: Olha, hoje o mundo é cheio de paradoxos, sabe, Eduardo? Está na parte velha, está na parte nova e ainda não está em nenhuma parte, porque o mundo é paradoxal. Tem um grupo de pessoas aí que não quer estar no PV, mas eles querem estar próximos, vou te dar um exemplo. Na campanha, quando foi pra fazer o programa de governo, teve uma pessoa que acabou... ficamos amigos, né? Que era o Eduardo Gianetti. E o Eduardo de repente estava ali, [...] fazendo o programa na área de economia. Aí na área de política social era o Ricardo Paes de Barros, que era do IPEA, na área de educação estava lá a Neca Setúbal, e na área de saúde o nosso querido Eduardo Jorge, quer dizer, você tinha cabeças de rede, que um só era do PV. Os outros todos são pessoas que não têm partido, e essas pessoas não vão se filiar a partidos, mas elas gostariam de ter lideranças e partidos com credibilidade que as façam não se sentir constrangidas de estarem colocando ali suas ideias...

Eduardo: ...por que elas não se filiam?

Marina: Não se filiam porque as pessoas descobriram, e isso é muito saudável, que é possível fazer política sem partido. Quando ela não quer ser candidata, quando ela não está pleiteando, digamos, participar da política institucional. Ela quer dar uma contribuição...

Augusto: ...isso não ajudaria a mudar a presença de pessoas assim... Por exemplo, o PV é controlado pelo Penna, que ninguém sabe direito quem é. Essas pessoas se estivessem no partido não ajudariam a fazer essa mudança?

Marina: Vamos partir do princípio que tem outras pessoas querendo entrar. Não são essas que eu mencionei, mas milhares. Só que dentro dessa estrutura de um partido em que os filiados não escolhem seus dirigentes e que o filiado sabe que ele vai se filiar e que ele não tem função nenhuma a não ser fazer a campanha pros candidatos e levantar as

bandeiras...

Augusto: ...quem escolhe os dirigentes? Como é que eles são escolhidos?

Marina: Olha, é um sistema bem complexo, mas é uma espécie de colegiado que acaba escolhendo os dirigentes. Uma vez escolhido o dirigente, o presidente do partido fica com o poder de nomear os estados e os municípios, e fazem essas nomeações provisórias. Então, quem concorda permanece, quem discorda não renova a nomeação.

MARÍLIA GABRIELA: Marina, eu queria entrar no Código Florestal agora. Nos dias que antecederam a aprovação agora do novo CF pela Câmara, houve uma mobilização sem precedentes. A gente está falando e pessoas que se apropriam ou que querem estar próximas de grandes causas. E aí houve uma mobilização sem precedentes envolvendo os ex-ministros e ex-secretários especiais de MA que o Brasil teve em mais de 30 anos. E aí eu pergunto o seguinte: afinal que aspectos do novo CF são tão ruins assim a ponto de provocar essa rara, eu diria até raríssima, demonstração de unidade?

Marina: Marília, primeiro o CFB, nas duas versões em que ele foi feito, tanto em 1934 quanto em 1965, ele não foi feito por ambientalistas. Ele foi feito pelo próprio Min. da Agricultura, porque as pessoas estavam percebendo no Brasil que a agricultura estava sendo criticada, deixando um rastro de destruição que depois reverteria em prejuízo para a própria agricultura. Como ele foi feito em 34, as pessoas fizeram o código com a esperança de que fossem criados conselhos municipais, estaduais, de MA, para poder implementar o código no detalhe, na realidade, e isso não aconteceu. Então fizeram de conta que não existia o código. Depois, em 65, foi feito todo um movimento para que o código fosse reformado e aí entrou nos detalhes, que tivesse uma regra geral que pudesse ser aplicada em todo o Brasil e que ele fosse quase autoexplicativo. Então é assim que faz pra proteger as florestas, tem que ter 30m às margens dos rios, que são as matas ciliadas, para poder proteger o rio do assoreamento, enfim, dos desbarrancamentos, essas coisas que a gente sabe. Então novamente as pessoas se fizeram de desentendidas e não implementaram o código. Depois, com o estabelecimento das normas técnicas pelo Conselho Nacional de MA, que, aí, sim, passou a se exigir o cumprimento do código, vem essa avalanche contrária ao código e o discurso falacioso de que o que está aí é uma engenhosidade de ambientalistas que, por mando de alguma consciência internacional ou interesse internacional, fizeram essa lei pra prejudicar os interesses da agricultura brasileira. Não. Tanto na versão de 34 quanto na versão de 65, o código foi feito pelo próprio Min. da Agricultura para evitar os seguintes problemas: a destruição de matas, que deveriam ser protegidas do desmatamento; a proteção da biodiversidade; e as áreas que são consideradas áreas produtoras de águas, os mananciais, as nascentes, enfim, foi pra isso que o código foi estabelecido. Em um filme, um documentário, que foi feito pelo ...?, chamado "O Vale", que fala da experiência do Vale do Paraíba, que ficou uma área de terra arrasada. Aquela experiência do Vale do Paraíba com certeza inspirou os que fizeram o CF. Então o CF, ele é bom...

Augusto: ...pra evitar?

Marina: ...pra evitar, pra que se repetisse com prejuízo social e prejuízo econômico. O código, ao ser implementado, começou a criar todos esses conflitos...

MARÍLIA GABRIELA: ...o código é bom, que você tá falando...?

Marina: O código é bom, e precisa de ajustes. Só que os ajustes que devem ser feitos é para integrar as conquistas da Constituição de 88 e toda lei infraconstitucional que se estabeleceu a partir daí, com vários dispositivos legais. Hoje nós temos uma lei de crimes ambientais, um sistema nacional de unidades de conservação, a política nacional de MA, a política de mudanças climáticas.

PML: Quando a senhora fala que o código é bom é aquele antigo, né? Não é o novo código.

Marina: É o código antigo. Ele é bom. Ele precisa ser atualizado para integrar as conquistas da Constituição de 88 e para tratar como exceção o que precisa ser tratado como exceção – os pequenos agricultores familiares e os cultivos que ficam em topos de morros e nas declividades, como as pessoas colocam que são culturas, por exemplo as parreiras, as macieiras e os cafezais. Você tem que ter um tratamento, digamos, particular pra esses casos, até porque, como esses cultivos são feitos por espécies que também ajudam a fixar o solo, que são as ...?, [...]. O que eles estão fazendo nesse relatório [do Aldo]? Utilizando o que deveria ser tratado como exceção [...].

Outra coisa: estão propondo anistia para desmatadores. Os que desmataram ilegalmente até 2008, serão todos anistiados, o que é uma coisa terrível. O IPEA fez um estudo mostrando a perversidade. Suponhamos que eu sou um agricultor ilegal. Eu derrubei a minha área de preservação permanente, a minha área de reserva legal, e o Eduardo preservou a dele como biólogo. Aí o Eduardo agora vai assistir o que desmatou ter a sua área consolidada, e ele que preservou a floresta dele, ou ele vai derrubar também pra ficar tudo igual, ou a propriedade dele vai ficar desvalorizada, porque, entre a minha que eu posso usar mais de 80% por causa da Amazônia e a dele que preservou, alguém que vai comprar a propriedade vai preferir a minha que foi devastada. Ou seja, quem cumpriu a lei, quem fez corretamente em benefício da sociedade, vai ser castigado e o que fez errado vai ser duplamente premiado.

MARÍLIA GABRIELA: Depois da aprovação do código pela Câmara, houve um recrudescimento da violência com

o assassinato de ambientalistas, especialmente no Pará. Eu pergunto se tem CF que dê jeito na violência, Marina, porque, seja qual for o resultado, numa região frequentemente conturbada, a violência vai continuar.

Marina: Você sabe que eu... esses assassinatos foram algo muito terrível, porque nós tivemos a pior semana do MA que eu já tive na minha vida. Foi a licença de Belo Monte e a aprovação do CF, promovendo o pior retrocesso da legislação ambiental brasileira, a ameaça da redução de 6 unidades de conservação dentro do Instituto Chico Mendes, o incentivo pra energia nuclear e, no Senado, uma emenda à regulamentação do art. 23, que retira as competências do Ibama para fiscalizar desmatamento, e 5 assassinatos, ou seja, nós estamos em pleno século 21 vivendo o pior retrocesso no país que, até bem pouco tempo, sinalizava como sendo aquele que está abrindo talvez uma nova possibilidade em termos de desenvolvimento econômico social rumo a uma economia de baixo carbono. Você perguntou se tem código que resolva a questão da violência. A lei pela lei não vai resolver a questão da violência. Quem vai resolver a questão da violência são as instituições, a lei e as políticas públicas. Por exemplo, quando a irmã Dorothy foi assassinada, foi durante a minha gestão. Logo em seguida, fizemos um plano de desenvolvimento sustentável pras populações tradicionais, o plano de combate ao desmatamento que estava já em curso e o plano de desenvolvimento sustentável pra Amazônia. Como esses planos, se eles tivessem sido implementados com ações de comando e controle, ordenamento territorial e incentivo às atividades produtivas sustentáveis, com certeza você diminuiria a violência. Agora, tem uma coisa perversa e é isso o que me deixou muito triste. É que, antes, essas pessoas como o Zé Cláudio, sua esposa, dona Maria, Chico Mendes [...], eles tinham a lei. Pelo menos a lei. Agora nem a lei se tem mais. [...] Uma coisa é você denunciar pra Polícia Federal que estão tirando madeira de dentro da reserva ambiental quando a lei diz que não pode madeira de dentro da reserva ambiental. Outra coisa é quando sequer você tem isso e quando você fizer a denúncia, além de a tua vida estar em risco, você ainda está ilegal. Quando eu e o Chico Mendes acampamos lá dentro do IBDF, quando ele estava sendo ameaçado de morte, fizemos um embate lá no Seringal Cachoeiro. A gente ligava pro IBDF e mandava carta, a gente sabia que o CF estava do nosso lado, e o Chico Mendes sabia que ele não estava fazendo nenhuma contravenção. Se fosse aprovado o código como está proposto, eles, os que mataram Chico Mendes, estariam com a lei do lado deles. Quando eles botavam a PM pra proteger desmatadores, a gente conseguia os advogados da Comissão Pastoral da Terra, e eles conseguiam tirar a PM da proteção dos desmatadores, porque a lei estava do nosso lado. Sem a lei agora, quem estará sendo contrário ao Estado de Direito serão aqueles que querem as áreas de preservação protegidas, as unidades de contravenção protegidas e as áreas de reservas permanentes.

MARÍLIA GABRIELA: Ô, Marina, o prestígio internacional do Brasil vai ser afinal afetado pela aprovação do novo CF? Você já recebeu de fora do país alguma reação depois da votação ou não?

Eduardo: Só lembrando que daqui a um ano mais ou menos tem a RIO+20, né? Se o Brasil estiver com esse relatório do Aldo aprovado, o que poderá acontecer?

Marina: É bem difícil.

MARÍLIA GABRIELA: Já recebeu alguma manifestação?

Marina: Há uma preocupação grande em relação a essa questão, muito mais nesse momento interno no Brasil do que fora do Brasil. E isso só mostra o quanto as coisas aqui mudaram. Antigamente, quando não tinha essa consciência que nós temos hoje, qualquer coisa que acontecia em relação a florestas, começava a chover cartas e mais cartas e uma movimentação muito grande. Hoje, cada vez mais, a opinião pública internacional sabe que tem uma força endógena aqui que se coloca como tá se colocando na pesquisa – mais de 80% é contra as mudanças no código nas formas em que levam ao retrocesso na legislação ambiental. Eu acho que a preocupação tem que ser muito mais nossa, porque uma outra coisa que me deixa triste, quando eu era ministra, quando o desmatamento chegou a 27 mil km² (foi em 2004), eu ouvia muito dos que fazem discurso protecionista das barreiras não tarifadas, que o nosso álcool, que a nossa carne, que a nossa soja, tudo era por desmatamento. E, nesses anos de plano, conseguimos fazer com que o desmatamento caísse, nesses 6 anos, 76%. A agricultura, em toneladas, cresceu cerca de 64%. Os equipamentos agrícolas, em unidades de produção, cresceram mais de 28%, ou seja, você tinha um movimento que o desmatamento caía e a produção agrícola aumentava. Então quando eles vinham com esse discurso protecionista, a primeira coisa que eu fazia era mostrar o gráfico. Agora, só com o anúncio da aprovação do código, o desmatamento no MT cresceu 450% e cresceu de forma assustadora na Amazônia e em Rondônia. Sabe o que essas pessoas estão fazendo? Associando de novo a nossa agricultura a desmatamento, e os que fazem o discurso protecionista, eles não separam. [...] Em 2010, o desmatamento foi para 6.500 km², saindo de 27 mil km². O Brasil tem a postura da disputa pelo caminho de baixo, que é a baixa tecnologia, desrespeito à legislação ambiental e trabalhista, pouquíssimo valor agregado aos nossos produtos. Esse não é o Brasil do século 21, mas do final do século 19. Isso é a metáfora daquela velha ideia daqueles que achavam que sem escravidão a agricultura ia pro vinagre. Não foi verdade. Nós tivemos a abolição, o Brasil tirou essa chaga da sua história e a nossa agricultura continua próspera. Tem alguns que acham que, sem desmatar, sem essa visão atrasada, nossa agricultura...

MARÍLIA GABRIELA: ...Marina, mas você esteve lá e saiu!

PML: Como é que foi? Não foi tão difícil assim a aprovação desse CF proposto pelo deputado Aldo Rabelo. Foi uma vitória relativamente fácil.

Augusto: Até porque a senhora não contou com o apoio do governo.

PML: Parece que o agronegócio se tornou um negócio tão forte no Brasil de hoje, como fonte de exportação, como fonte de divisa, como fonte de dinheiro/enriquecimento, que ficou uma força meio irresistível. É como se fosse um ciclo do café, é como se fosse um ciclo da cana de açúcar...

MARÍLIA GABRIELA: ...sempre o interesse dos mais poderosos...

Marina: São muitas questões. Primeiro, eu faço muito um esforço pra não homogeneizar as coisas. O agronegócio na sua totalidade, porque senão a gente tá cometendo uma injustiça com os que estão fazendo aumento da produção por ganho de produtividade. A gente comete uma injustiça com aqueles que estão querendo fazer correto buscando os incentivos, e são muitos hoje os que estão fazendo isso. É uma mentalidade atrasada, que, como esses que estão fazendo o dever de casa não estão se colocando, eles acabam ficando como se fossem os porta-vozes do prejuízo para todo agronegócio. Não é todo o agronegócio, é uma parte atrasada que tem essa mentalidade. É uma parte atrasada, porque é possível produzir mais utilizando menos recursos naturais – é só lançar mão das tecnologias e das áreas que estão disponíveis.[...]

MARÍLIA GABRIELA: Se você conseguiu resultados tão fantásticos, por que foi que você saiu...?!

Marina: Porque eu digo, Marília, que é uma corrida de 4x4. Políticas de longo prazo para o curto prazo dos políticos. Na agenda ambiental, a gente luta muito pela sustentabilidade, mas os políticos não são sustentáveis, porque eles contrariam muitos interesses. Todos esses números que eu falei pra você, isso gerou um conflito muito grande. O desmatamento caiu, mas criou um tencionamento. Quando em 2007 o desmatamento ameaçou subir novamente, nós sugerimos ao presidente Lula, eu juntamente com minha equipe, vedasse o crédito para os desmatadores ilegais, criminalizasse a cadeia produtiva ilegal – desde quem desmata até quem transporta aquele produto – e um embargo automático da área. Essas medidas foram suficientes pra que tivesse uma gripa do MT e de RO que queriam induzir o presidente Lula a que as medidas estavam exageradas. Eles usavam dados da secretaria de MA do MT que tinha acabado de ser criada e funcionários com contrato temporário para reivindicar as medidas. Diante daquela pressão, eu pedi pra sair, e pedi pra sair porque acho que era a última forma de contribuir com a Amazônia e com o governo do próprio presidente Lula, porque, se ele tivesse revogado, teria sido um desastre.

Augusto: O presidente concordou com a senhora?

Marina: Com essas medidas ele concordou.

Augusto: O que ele não apoiou?

Marina: Ele assinou todas as medidas, elas estavam sendo implementadas, mas tinha uma pressão. Você sabe que o governo não é homogêneo. E, naquele momento, eu pensei: “Bom, se, de fato, vão convencer o presidente que estão erradas as medidas, eu não poderia aceitar”. Agora, qual foi o dado de realidade? Aí entra a questão da transparência. Até a nossa entrada no governo, o desmatamento era avaliado pelo IPEA e a cada ano você dava um número consolidado – o desmatamento foi x, mas ele já tinha acontecido. O que nós fizemos? Criamos um sistema de acompanhamento do desmatamento em tempo real e disponibilizamos para as universidades, para os jornalistas que quisessem se cadastrar, para as ONGs. Quando eu saí do governo, a sociedade se levantou. Deu sustentabilidade política pro presidente, dizendo: “As medidas estão corretas; está tendo, sim, aumento do desmatamento”. O presidente manteve as medidas. O resultado foi que o desmatamento que, em 2004, foi 27 mil km², ano passado foi menos de 7 mil km².

Mona: Marina, tem pressão da sociedade civil, tem pressão internacional porque o Brasil assumiu compromissos internacionais inclusive em Copenhague, tem desastres ambientais que a gente não para de ver (Florianópolis, Rio de Janeiro recentemente), e, com tudo isso, aprova-se na Câmara o código do jeito que ele tá. Mas ele vai pro Senado, pontos podem ser negociados. A questão da anistia, por exemplo, ela pode... Que pontos você acredita que podem ser negociados?

Marina: Olha, o Senado vai ter a possibilidade de reparar esses erros que foram cometidos na Câmara dos Deputados. Como lá na Câmara são 513 deputados (no Senado são 81), não é fácil, cada senador é uma instituição. Mas há a possibilidade de poder dialogar com cada um dos senadores. Eu lá no Senado tive uma experiência muito boa, que foi na aprovação da Medida Provisória, aquela que repassou 67 milhões de hectares para particular, independente de ser posse de boa fé ou de má fé. Na votação daquela medida, conversando com todos os senhores senadores, conseguimos 28 votos. Como precisava de maioria qualificada pra aprovar, acho que foi por 3 votos que nós não derrubamos a Medida Provisória, e, na votação dos 18, tinha o PT, o PSDB, o PMDB. A gente conseguiu quase todos os partidos ter pessoas compreendendo o que está em jogo, como o pensamento estratégico é uma visão de país, sabe, não é uma coisa de partido. [...] Esse comitê vai mobilizar-se, sim, pra dar sustentação política pro Senado lutar ou dar sustentação política pra presidente Dilma vetar, porque ela se comprometeu no segundo turno de que vetaria qualquer lei que aumente o desmatamento e que perdoe desmatadores. Acho que foi corajoso da parte dela. Agora, é claro que é melhor resolver isso no Senado, porque é uma situação difícil a presidente ficar contra o Congresso e contra a sociedade, que não quer (80% não quer). Então acho que a base do governo tem obrigação de

trabalhar pra termos um bom texto, que preserve as florestas, promova o uso sustentável, dê um salto de qualidade pra agricultura e, inclusive, trate de forma específica os agricultores familiares, que, esses, sim, precisam de uma atenção especial.

MARÍLIA GABRIELA: Marina, você se candidata à sucessão da Dilma? Você vai fazer oposição a ela? Porque combater o Lula era difícil, num é? E você começou esse programa hoje dizendo que ele era político ao cubo! Bom, ele gozava de imensa popularidade; a Dilma me parece que, associada a ele, também goza de uma bela popularidade. Agora, o que é que você e a sua proposição verde estão se preparando pra fazer? Essa oposição, essa sucessão.

Marina: Olha, primeiro eu acho que a gente tem que pensar bem. Eu acho que essas eleições nos ensinaram muita coisa. Aquela oposição por oposição é um atraso na política, da mesma forma que a mentalidade de situação por situação é um atraso na política. Então o melhor nesse caso é ser independente, você tem o olhar de “Olha, essa política é boa!”. A presidente está dizendo que vai dar continuidade à política social, aprofundando inclusive na direção de algo que eu falava na campanha, que é o Programa Social de Terceira Geração, com a ideia de inclusão produtiva. Isso é uma coisa boa! Ela se comprometeu no segundo turno que vai botar 7% do PIB para a educação. É uma coisa boa se ela fizer. Por que que (sic) eu vou ser contra? Eu não vou fazer a política...

MARÍLIA GABRIELA: Mas você vai se candidatar...?

Marina: Eu digo, Marília, que eu não vou ficar em lugar *a priori* de candidata. Não existe cadeira cativa de candidato. Eu não tenho uma visão política de aprisionar o sucesso. Pra mim a política morre quando você começa a ficar aquele político redondo, sabe? Que faz qualquer coisa para um objetivo já preestabelecido. Eu sempre vivi a política como uma boa dose de imprevisibilidade. Eu nunca imaginei que eu fosse ser candidata à presidência da República. Eu tinha me preparado pra encerrar o meu mandato, 24 anos para mim no meu caso já era demais, parecia um emprego. A política pra mim é um ideal, então eu vou ficar fazendo a militância daquilo que eu acredito, que eu acho que é o certo pro Brasil, que é justo pro Brasil e para a sociedade brasileira, mesmo que isso não renda simpatia. Muitas pessoas me falam: “Mas eu acho que você se expôs muito nessa história do CF, você não devia, você é um capital político”. Pra que serve o capital político, se não for pra votar a favor das coisas que a gente acredita? Capital político é para defender uma legislação que proteja as nossas florestas, os nossos recursos hídricos, o que desassocia a nossa agricultura de desmatamento, que faz com que a legislação trabalhista possa ser respeitada e a gente possa criar uma nova narrativa para os nossos produtos. Hoje as pessoas buscam muito mais do que uma coisa; elas buscam também um valor naquilo que elas levam para comer, pra se vestir, e o Brasil é o país que pode dar esse passo. Então eu não vou ficar nessa cadeira cativa de candidata, vou fazer aquilo que eu acredito. Eu espero que essas eleições tenham revelado pras pessoas que tem um legado. Esse legado é de uma mentalidade que quer ver o Brasil se desenvolver numa outra direção. Que isso possa ser usado da melhor forma possível pela presidente Dilma, pelo PSDB, pelo PMDB, pelo PT, e, espero, estou trabalhando também pelo PV. Agora, hoje eu disse: tem que liderar pelo exemplo, não são apenas palavras. É preciso que a gente faça com que a palavra esteja em acordo com a atitude.

9.2 Transcrição da entrevista para o Poder e Política, 2012

Narração de abertura: Maria Osmarina Marina Silva Vaz de Lima tem 55 anos. Já foi senadora da República, ministra do Meio-Ambiente e candidata a presidente da República.

Marina Silva nasceu em uma pequena comunidade chamada Breu Velho, no Seringal Bagaço, localidade situada na zona rural de Rio Branco, capital do Acre. Aos 16 anos, mudou-se para a zona urbana para tratar da saúde, fragilizada por doenças como malária e hepatite. Nessa idade, aprendeu a ler, trabalhou como empregada doméstica e também dedicou-se à religião.

Filiada ao PT, Marina disputou sua primeira eleição em 1986, para deputada federal. Perdeu. Depois, em 1988, foi eleita vereadora em Rio Branco. Foi quando sua carreira política deslanchou. Na eleição seguinte, de 1990, elegeu-se deputada estadual. E, em 1994, aos 36 anos, tornou-se senadora, cargo para o qual foi reeleita em 2002.

Marina Silva foi ministra do Meio Ambiente do ex-presidente Lula de 2003 a 2008. Pediu demissão do cargo por discordar de políticas do governo petista. Filiou-se ao Partido Verde e disputou a eleição presidencial de 2010 contra a candidata do PT, Dilma Rousseff. Marina foi derrotada, mas ficou em 3º lugar com 19,6 milhões de votos.

Agora, em 2013, fora do Partido Verde, Marina Silva tenta fundar uma nova sigla... chamada "Rede Sustentabilidade". Se a "Rede" ficar pronta, Marina pode disputar a Presidência da República pela legenda em 2014.

Folha/UOL:Olá internauta. Bem-vindo a mais um "Poder e Política - Entrevista".

Este programa é uma realização do jornal Folha de S.Paulo e do portal UOL. E a gravação é realizada aqui no estúdio do Grupo Folha, em Brasília.

A entrevistada desta edição do Poder e Política é a ex-senadora, ex-ministra, ex-candidata à presidente da República, Marina Silva.

Folha/UOL: Como vai, Marina, tudo bem?

Marina Silva: Tudo bem, Fernando.

Folha/UOL: Começo perguntando uma questão de gênero. O novo partido que está sendo criado deve ser tratado por nós como a Rede ou o Partido Rede Sustentabilidade? Masculino ou feminino?

Marina Silva: É. Eu acho que a Rede.

Folha/UOL: É?

Marina Silva: A Rede. É.

Folha/UOL: Seria, assim, no feminino, então. A Rede, sempre.

Marina Silva: A Rede. É.

Folha/UOL: Está certo.

Marina Silva: Porque, inclusive, já...

Folha/UOL: Então, "o partido [a Rede]", né?

Marina Silva: É. Mas vai quebrando o paradigma, né?

Folha/UOL: Está certo. Então, feminino. E, dois, outra dúvida que eu tenho, os jornalistas têm essa dúvida: Quem é do partido PT, é petista. Do PMDB, pemedebista. Do PSDB, peessedebista. Quem é da Rede é o que? Redista? Como a gente poderia chamar?

Marina Silva: É, isso é ainda uma indagação que até o meu filho, que trabalha com programação, me fez. "Mãe, como é que vai ser isso?" Eu digo, as pessoas vão ser criativas o suficiente para encontrar um caminho. Ou, pelo menos, vão nos chamar de "os redes".

Folha/UOL: Os redes?

Marina Silva: [risos]

Folha/UOL: Essa seria uma forma aceitável, você acha, do grupo que foi composto?

Marina Silva: É. Eu acho que soa bem, não é?

Folha/UOL: É. Muito bem. Como é que está a coleta de assinaturas para a formação do partido?

Marina Silva: Bem, nesse momento em que a gente ainda está no processo de registro junto ao TSE [Tribunal Superior Eleitoral], ainda é um esforço de mobilização muito espontâneo. Mas várias iniciativas estão sendo tomadas e, sobretudo, das pessoas que entram no nosso *site*, o www.brasilemrede.com.br, e baixam a ficha e estão encaminhando para os endereços mais próximos.

Folha/UOL: Eu soube que, num primeiro momento, cerca de 20 mil fichas foram baixadas. Tem alguma atualização desse número?

Marina Silva: Nesse momento, eu não tenho essa atualização. Mas é uma grande quantidade que já foi baixada e a busca que as pessoas estão fazendo. Eu estou medindo um pouco isso nas minhas caminhadas. Geralmente, as pessoas são muito respeitadas, mas quando, agora, depois do sábado que foi lançada a Rede, uma boa parte passa e diz: "Como é que eu faço para ajudar? Conte comigo". E várias pessoas estão manifestando espontaneamente o desejo de contribuir com as assinaturas.

Já tivemos um ato aqui, na Feira do Guará, sábado aqui em Brasília. Em São Paulo também, lá na Av. Paulista. E em Minas Gerais já está programado. Em vários lugares, as pessoas já estão fazendo. E não só, digamos assim, pelos grupos mais ligados à Rede, mas iniciativas espontâneas também de pessoas que não são fundadoras ou que não estão diretamente ligadas.

Folha/UOL: Uma dificuldade que muitos que já montaram algum partido no Brasil relatam é que não é só a coleta das assinaturas, que é um processo difícil, mas também a validação das assinaturas e o enfrentamento de algumas impugnações ou protestos de grupos que são contra a formação do partido. No caso da Rede, como isso está sendo visto e como vai ser enfrentado?

Marina Silva: Bem, primeiro nós estamos olhando com muita atenção aos erros que foram cometidos por outras iniciativas no sentido de aprender com elas e evitar.

Folha/UOL: Por exemplo.

Marina Silva: Por exemplo, acumular muitas fichas para mandar para a Justiça Eleitoral. No caso, aquela zona que precisa ser verificada, atestada a assinatura da pessoa, a veracidade daquele apoio. Então, nós estamos fazendo um esforço para mandar em pequenas quantidades para facilitar o trabalho. E, obviamente, que existem duas dificuldades, na verdade. Uma é a questão do tempo, que é muito pequeno para a coleta de assinaturas. E outro, esse aspecto que você mencionou, enfim, dos questionamentos que possam ser feitos numa estratégia protelatória por parte de algumas pessoas que estão interessadas em que não criemos a Rede.

Mas eu espero que o espírito democrático prevaleça porque é um direito que esse grupo representativo, não há dúvida, da sociedade que há mais de 30 anos vem militando na causa socioambiental tem de participar do processo político na sua configuração institucional.

Folha/UOL: Não é novidade que no Congresso há alguns projetos que foram apresentados, projetos de lei, que tentam mudar o modelo atual de formação de partidos para impedir que ocorra como no caso do PSD, o partido montado pelo ex-prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab. Se algum desses projetos prosperar, vier a ser aprovado, ele vai impactar diretamente na iniciativa da Rede. No Congresso, a sra. tem monitorado o que está acontecendo a respeito disso e qual é a sua opinião?

Marina Silva: Os parlamentares ligados à Rede, Walter Feldman, Alfredo Sirkis, o deputado [Domingos] Dutra, enfim, e os amigos da Rede estão fazendo esse acompanhamento. Obviamente que isso seria mudar as regras do jogo durante o jogo porque, até então, partidos foram criados com base na legislação atual. Mudar essas regras seria, claramente, uma atitude casuística no sentido de evitar que esse grupo representativo da sociedade também possa buscar uma ferramenta para participar da política institucional alinhado com os seus princípios, com o seu propósito.

Agora, isso também denuncia algo. Que há uma preocupação em relação a essa força política que vem se configurando desde 2010. Se por um lado isso, de fato, demonstra uma ação casuística mesmo, para tentar evitar [a formação do partido], isso não se dá por acaso porque, se fossemos uma força irrelevante, com certeza as pessoas estariam nos tratando como trataram boa parte dos demais.

Folha/UOL: No caso de prosperar uma dessas iniciativas, daí a Rede, evidentemente, tentaria alguma reação

no plano judicial? Ou não?

Marina Silva: É. Eu, enfim, acredito que os advogados da Rede estão já com uma estratégia de fazer esse acompanhamento do ponto de vista do enfrentamento judicial porque seria claramente mudar as regras do jogo direcionadamente para um determinado grupo político já que o próprio partido do Kassab acaba de ser criado sem nenhuma perda daquilo que são os ganhos que tiveram. Isso estaria sendo imposto à Rede. Então, vamos, sim, fazer os questionamentos judiciais e acreditamos que, no caso, a Justiça Eleitoral vai estar muito atenta para evitar dois pesos e duas medidas.

Folha/UOL: Quantos deputados federais e senadores manifestaram publicamente a intenção de se filiarem à Rede ou já se filiaram?

Marina Silva: Olha, nesse momento, nós temos quatro deputados.

Folha/UOL: Federais?

Marina Silva: É.

Folha/UOL: Quem são eles?

Marina Silva: Dois do Maranhão e, inclusive o deputado Dutra, que é militante histórico do PT, o deputado Walter Feldman, do PSDB.

Folha/UOL: De São Paulo.

Marina Silva: E o Alfredo Sirkis, do PV. Esses já estão conosco no ato de fundação da Rede.

Folha/UOL: O Dutra do Maranhão. Alfredo Sirkis, PV do Rio de Janeiro. Valter Feldman, PSDB de São Paulo.

Marina Silva: E o Simplício também, do PPS do Maranhão.

Folha/UOL: Simplício do PPS do Maranhão. São quatro. Senador algum se manifestou?

Marina Silva: Até o momento, temos conversa com algumas pessoas mas muito mais no campo do apoio. Não necessariamente para vir para a Rede. São pessoas que têm um olhar de respeito para conosco, como é o caso do deputado Randolfe [Rodrigues, PSOL- AP] que manifestou claramente que nós temos o direito de nos organizar como tal, mas que ele permaneceria no PSOL e não foi uma abordagem para que ele viesse para a Rede, mas muito mais para que esteja ao lado.

Folha/UOL: Deixe eu fazer uma pergunta. O Brasil tem 30 partidos políticos. A sra. já participou do PT. Esteve um breve período no PV. Nenhum desses, na sua avaliação, poderia ser adaptado para receber essa militância toda que hoje se concentra ao lado da Rede?

Marina Silva: Bem, adaptado eu não sei. Mas o PV teve a grande chance de se reelaborar. De se refazer. Mas foi o próprio PV que se recusou a fazê-lo. Após as eleições de 2010, havia o compromisso de que o partido iria se democratizar, abrindo-se para eleger seus dirigentes no plano estadual, municipal, e introduzir no seu programa a questão da sustentabilidade como sendo, digamos assim, a matriz orientadora do seu programa. A parte programática, eu diria, que caminhou bem porque o programa que eu e o Guilherme Leal apresentamos nas eleições de 2010, já era essa contribuição. Infelizmente, na reestruturação do partido, na democratização do partido, isso não aconteceu. E a minha saída, do Guilherme e de um grupo relevante de pessoas do Partido Verde, se deu em função dessa incoerência, de que o PV não foi capaz de fazer jus ao legado que ele mesmo suscitou, preferindo manter-se como um partido que não queria se colocar como um projeto político para o país.

Folha/UOL: Por que eu pergunto isso? Expressando, mais ou menos, um senso-comum de muitos brasileiros. Será que o Brasil precisa ter tantos partidos?

Marina Silva: Eu diria que o Brasil precisa repensar o seu sistema político. Reformar o sistema político. E a Rede surge exatamente para fazer esse questionamento que você está fazendo. Eu diria que nós estamos antecipando, em alguns aspectos, a reforma política que desejamos. Porque não dá para continuar fazendo compromisso com a reforma, como fazem aqueles que ganham as eleições, e depois reformando o compromisso. Nós decidimos que, no que desse para antecipar, mesmo de acordo com a legislação atual, nós já iríamos fazendo essa antecipação. Como, por exemplo, o teto para contribuição financeira. Nós advogamos e trabalhamos pelo financiamento público de campanha. Isso vai estar no nosso programa, está na nossa plataforma. Mas, enquanto ele não vem, que tal pensarmos no financiamento popular de campanha? Em vez de poucos contribuindo com muito, muitos contribuindo com pouco.

Folha/UOL: Esse modelo foi tateado na última eleição pela sua campanha à presidente da República, que teve um êxito relativo às demais. Mas, olhado exclusivamente no plano geral, ainda foi muito modesto o valor obtido e o número de contribuintes. Por que foi tão difícil, na última eleição, ampliar mais essa base de contribuintes individuais e ter uma massa maior de contribuições?

Marina Silva: Primeiro porque levou muito tempo para validar o sistema junto à Justiça Eleitoral.

Folha/UOL: Mas isso não vai se repetir agora?

Marina Silva: Não, mas agora ele já está validado. Agora, a Justiça já acolheu como mecanismo de arrecadação por parte dos partidos, inclusive em períodos eleitorais. E nós fizemos com que esse sistema se tornasse um sistema público. Ele está à disposição de qualquer partido que queira fazê-lo. A organização da sociedade civil... Enfim, quem quer queira lançar mão desse sistema, inclusive aperfeiçoá-lo, poderá fazê-lo. E nós vamos, com os devidos aperfeiçoamentos, trabalhar com ele. E foi um risco que nós, deliberadamente, decidimos correr. Nós preferimos sair da retórica e tentar implementar do ponto de vista prático do que repetir sempre que almejamos o financiamento público de campanha e continuar fazendo as mesmas coisas. Já que isso está na nossa governança, se colocarmos no estatuto que será assim, a Justiça Eleitoral não criará nenhum constrangimento a nós de fazermos assim.

Folha/UOL: Só para recapitular, eu estou com o número aqui de 2010, logo depois da eleição, houve um balanço. Pode ser até que tenha mudado, mas a ordem, eu acho, que de grande é essa. Foram 3.095 mil doações via web. Total de 170 mil reais. Sendo realista, que tipo de horizonte é possível imaginar que possa ser atingido em número de doadores individuais e valores doados na sua avaliação?

Marina Silva: Olha, eu não quero ainda chegar a esse ponto de ficar imaginando um número.

Folha/UOL: Mas é que é muito pouco. Três mil é, realmente, muito modesto.

Marina Silva: É. Mas para aquelas circunstâncias de quem estava... Digamos, os pioneiros sempre pagam o preço, né? Dizem que tem os pioneiros e tem os desbravadores. Os colonizadores, aliás. Os pioneiros e os colonizadores. E que a diferença dos pioneiros e dos colonizadores é que os colonizadores precisam perguntar sempre. "E aí? Tem chuva? Tem Sol? A terra é fértil? Tem muitos espinhos?" Não é? Ou seja, no caso, os colonizadores perguntariam: "E vai ter gente suficiente? Vai ter um número, digamos assim, de doações necessárias para o partido ou para a campanha?" E eles perguntam isso para quem? Eles só podem perguntar isso para os pioneiros. E nós queremos pagar o preço dos pioneiros mesmo diante de uma incerteza. Numa demonstração de que é possível pensar a político num processo de construção, de reelaboração dos nossos códigos, das nossas linguagens. Criar um outro acervo de experiência, um outro repertório para um sistema político que está cada vez mais estagnado. Então nós estamos, digamos assim, pagando o preço dos pioneiros para que os desbravadores depois possam fazer as suas devidas perguntas.

Folha/UOL: Então, mas eu não sou nem um desbravador, nem um colonizador. Mas vou fazer a pergunta, então, para a sra. na condição de pioneira que teve essa bem sucedida experiência. A sra. teve quase 20 milhões de votos. É lícito supor que metade daqueles, ou uns 25% daqueles que votaram na sra. em 2010, possam ser pessoas que estejam propensas ou que não tiveram condições, naquele ano, de fazer uma doação? É isso?

Marina Silva: Olha...

Folha/UOL: Eu estou pensando num horizonte objetivo. Foram 20 milhões de votos. Metade, será que doariam? 25%? 10%?

Marina Silva: Eu acho que a gente não pode fazer esse cálculo automático. Acho que é trabalhar para que se crie uma cultura da doação espontânea. Para que se crie uma cultura dessa ideia de muitos contribuindo com pouco. Isso já acontece nos Estados Unidos. Por que não experimentar no caso da realidade brasileira, da América Latina? E, no caso do Brasil, há um potencial. Eu não sei exatamente quanto isso pode se configurar em ação efetiva por parte das pessoas. Nós vamos trabalhar para que isso se estabeleça como um novo paradigma: de que as pessoas assumam a responsabilidade com aquilo que elas querem ver se transformar em realidade. E, obviamente, que uma campanha tem custos e, se esse custo for distribuído, é bem melhor do que ele centralizado na mão de poucos doadores. Um exemplo disso, Fernando, foi agora, no encontro que nós tivemos. Cerca de 1.700 pessoas vieram pagando as suas passagens, fazendo hospedagem solidária ou pagando a sua hospedagem, a sua alimentação, não é? Esse número de delegados ou de participantes teriam um custo em média, sendo bem conservadora, em torno de 500 a 700 mil reais. Imagino que as pessoas, em menos de 20 dias, se mobilizaram para dar uma contribuição dessa magnitude. Então há um potencial e a Rede vai trabalhar esse potencial para que a gente crie uma nova cultura política na realidade do Brasil.

Folha/UOL: O cadastro de cerca de um milhão de pessoas que foi montado em 2010 permaneceu com a Rede ou ficou no PV?

Marina Silva: Bem, é do PV também, mas ele faz parte desse legado que, também, nós temos acesso a eles. Até porque foi um, digamos, produto coletivo, de um esforço coletivo.

Folha/UOL: Entendi. Para esgotar esse tema do financiamento, foi anunciado que a Rede não deve aceitar doações de determinadas empresas. A saber: Empresas que fabricam cigarro, bebidas alcoólicas, agrotóxicos e, se eu não me engano, uma outra. Enfim, agora, tem outras empresas que também são polêmicas na sociedade, se envolvem em escândalos. Por exemplo, empreiteiras. Uma empreiteira que doou para a sra. em 2010, a Andrade Gutiérrez, ela faz a usina Angra III, usina nuclear. Tem lucros por conta de construir uma usina nuclear. Fez uma doação para a sua campanha. Empreiteiras não há, pelo que eu entendi, uma limitação de doação. Não é uma limitação pela metade essa que foi feita? E, se é pela metade, será que ela é eficaz?

Marina Silva: Bem, na verdade, pelo que nós fizemos em 2010, foi estabelecer que, no caso, armamento e tabaco não doariam para a campanha em 2010. Por que fizemos isso? Primeiro porque era uma forma de divulgar o nosso ideal de uma cultura de paz. Tinha uma força simbólica. E, no caso do tabaco, também a questão da saúde. Lembra que naquela época estava toda a discussão da proibição do fumo em espaços públicos em São Paulo? Uma situação bem intencionada. E nós resolvemos que iríamos participar, inclusive colocando claramente na nossa campanha que não iríamos receber doação da indústria do fumo. Nesse momento, agora, a Rede entendeu que também o problema dos agrotóxicos está muito grave, envolvendo graves problemas de saúde das pessoas. E, nessa linha de saúde, continuamos com o simbolismo de não receber os recursos dessas empresas. E, também, em relação a cultura de paz. Tem um recorte simbólico em relação a questão da paz e da saúde.

Em relação as demais empresas, vai ser tratado no caso a caso. Até porque resolvemos que, como a legislação estabelece que pode haver doação de empresas, o que nós fizemos para que todas pudessem, vamos dizer assim, ter o mesmo recorte é o que teto para a contribuição que vai ser arbitrado de acordo com o levantamento que os nossos especialistas irão fazer futuramente. Então, vai ter o teto com certeza. Algo que não caracteriza qualquer possibilidade de influência em qualquer processo político para que fique bem claro essa ideia de muitos contribuindo com pouco, inclusive aqueles que podem contribuir mais. Porque, entre os simpatizantes da Rede, tem pessoas que até gostariam de contribuir mais. E nós resolvemos colocar essa autolimitação exatamente para evitar que ficássemos dependendo das contribuições daqueles que já estão propensos a contribuir.

No caso das demais empresas, vamos tratar no caso a caso, sem nenhum tipo de discriminação em relação a elas. A questão da saúde e da paz foi o recorte que fizemos do ponto de vista de um posicionamento político que já fosse traduzido numa atitude.

Folha/UOL: Entendi. Agora, ainda assim, esse recorte que foi feito: armas, fumo, bebidas alcóolicas, agrotóxicos. Quatro áreas. Esse exemplo específico que eu dei, uma empreiteira que constrói uma usina nuclear e que deseja doar, nesse caso teria que ser analisado.

Marina Silva: Depende da situação. Vai ser no caso a caso. Primeiro porque o nosso entendimento é que o doador está doando espontaneamente, que isso não vai configurar nenhuma influência. Pelo menos no meu caso, em todos os debates eu fui fazer, digamos, a afirmação da minha posição contrária a energia nuclear como alternativa para a realidade do Brasil e não seria diferente em relação a qualquer outro aspecto. A independência em relação aquilo que são as nossas posições políticas baseadas no princípio da probidade, da visibilidade, da transparência e de tudo aquilo que está prescrito na nossa Constituição.

Folha/UOL: Mas, nesse caso específico, é um caso a ser analisado ou certamente uma empresa envolvida na construção de uma usina nuclear poderia doar?

Marina Silva: Se ela quiser doar mesmo sabendo da minha posição ou da posição contrária da Rede à energia nuclear, não teria nenhum problema. Até porque isso caracterizaria da parte dela um certo desprendimento de estar contribuindo com quem tem uma posição contrária. Isso é a democracia.

Folha/UOL: Mas, nesse caso, se a Rede tem contra, a posição da sra., que é pública, energia nuclear para a conjuntura brasileira e é contra, também, o uso de agrotóxicos, digamos como efeito. Agora, a empresa ligada à energia nuclear pode ter o desprendimento de doar. Agora, a empresa que faz o agrotóxico, mesmo sabendo da sua posição, não poderia doar.

Marina Silva: Porque, nesse caso, nós queremos marcar muito claramente que é uma posição política mesmo em relação aos problemas graves de saúde que estão sendo causados em função do abuso dos agrotóxicos. É um protesto, não é? E, obviamente, que futuramente, se a Rede decidir protestar outras atividades que considerem que deve protestar, vai fazê-lo. Vamos tratar no caso a caso. Não é uma posição *a priori*. Do mesmo jeito que temos uma posição crítica com relação ao uso abusivo da produção de energia de hidroeletricidade, mas não uma posição ideológica que, no caso em que fique devidamente comprovado que aquela hidrelétrica pode ser feita respeitando os aspectos sociais, ambientais, culturais, não tem nenhum problema, é um potencial de geração que deve ser usado e que é altamente benéfico para o nosso país que, afinal de contas, tem a sua maior fonte de geração na hidroeletricidade. Não é um posicionamento ideológico. E vamos tratar, sim, no caso a caso.

Folha/UOL: Se, muito difícil falar no condicional mas, se, eventualmente, até 5 de outubro não for possível obter o registro definitivo, o que fazer?

Marina Silva: Algo que a Rede vai ter que debater. Agora, uma coisa é certa: Nós não vamos ter uma atitude exacerbada em relação a tentar viabilizar uma candidatura a qualquer custo, a qualquer preço. Queremos ter total coerência programática. E nossa decisão levará em conta o esforço e a coerência com o que vem sendo feito. Quando eu saí do PV, eu disse que não ia ficar na cadeira cativa de candidata e não estou na cadeira cativa de candidata. Havia um grupo que achava que deveríamos fazer imediatamente um partido. Decidimos que íamos apostar no movimento. Durante esses dois anos, eu andei o país inteiro defendendo o ideário da sustentabilidade em todas as suas dimensões, inclusive na dimensão da sustentabilidade política. E, nesse momento, houve um entendimento da maioria das pessoas que participam dessa rede, porque nós já somos uma rede, que se deveria participar também do processo político institucional na forma da criação de uma ferramenta política que nos possibilitasse isso. Porque o bom da ideia da Rede é que ela é muito maior do que as fronteiras que um partido possa estabelecer. Existem pessoas que estão na Rede que nem estão no possível partido que criaremos. Então, nós vamos manter coerência com esse legado. Não vai haver nenhum tipo de atropelo ou atropelamento dos ideias para viabilizar uma candidatura de forma incoerente com essa história e com essa trajetória. Temos alguns partidos que até se dispuseram ao diálogo conosco. Propuseram uma espécie de fusão.

Folha/UOL: Quem são eles?

Marina Silva: No caso, foi o PPS que se dispôs. Ele estão num movimento, também, de transformação, de reavaliação. Acho louvável o esforço que está sendo feito no PPS. Temos um diálogo de proximidade, mas a nossa escolha foi por termos um instrumento político; E, claro, quando chegar o momento, quando essa situação se colocar... Se se colocar, porque se Deus quiser e os brasileiros, nós haveremos de estar aptos para fazer a nossa escolha. Porque mesmo estando aptos, ainda vamos ter que tomar a decisão sobre candidaturas em 2014.

Folha/UOL: Então, para recapitular, deixe eu ver se eu entendi. Cinco de outubro, que é a data exata que marca um ano antes da eleição de 2014, vai cair em 5 de outubro de 2014. Então, 5 de outubro de 2013, se, na eventualidade de a Rede não estar ainda com o registro definitivo na Justiça Eleitoral, o movimento, como a sra. chama, aí analisaria as possibilidades de eventualmente trabalhar com um partido já existente.

Marina Silva: É. Eu não quero trabalhar essa hipótese agora. Eu digo que eu não consigo nadar se eu tenho que fazer uma, digamos travessia a nado com alguém me oferecendo um barco do lado. Eu prefiro encarar a situação e não ficar colocando isso, digamos assim, como um horizonte. Nós estamos a determinados a que teremos a possibilidade de fazer a nossa própria escolha com essa ferramenta política que queremos que o Brasil nos ajude a criar. Então, todo o nosso foco, nesse momento, está para a viabilização da Rede para que possamos fazer essa escolha. E o diálogo com os outros partidos tem muito mais a ver com esse esforço de buscarmos mais e mais pessoas e organizações identificadas com esse conteúdo programático. Porque eu sempre digo que as mudanças que o Brasil e o mundo precisam não serão feitas por um partido, por uma pessoa. Eu gostaria muito de que essa visão pudesse atravessar também os demais partidos. Não apenas quanto um programa, um capítulo para ser mencionado, mas como uma atitude prática nas votações do Congresso, nos compromissos que assumem em relação a várias questões importantes, sobretudo diante do retrocesso que tivemos nos últimos dois anos na agenda ambiental do nosso país.

Folha/UOL: No dia do lançamento oficial da Rede, a sra. deu uma entrevista se manifestando sobre vários aspectos e mencionou que o partido não será nem situação, nem oposição. Algumas pessoas enxergaram aí um pouco de similaridade naquilo que o ex-prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab, falou sobre o partido dele

quando foi criado, falando que o partido dele não seria nem de centro, nem de direita, nem de esquerda. Eu entendo a razão pela qual a sra. falou isso. Não queria ficar enquadrada nos padrões tradicionais da política partidária, do *establishment* que foi feito e que não teve sucesso etc. Dá para eu entender que foi essa a intenção. Agora, por outro lado, essa aversão à política dos partidos também não tem um efeito ruim em certa medida? Porque as pessoas não conseguem enxergar direito o que vai ser a Rede?

Marina Silva: Ah, mas as pessoas enxergam muito bem. Eu fiquei nesses últimos três anos, porque contando com a campanha de 2010, dizendo isso. De que nós estávamos à frente. A frase completa é essa, de que estamos à frente. Até porque os velhos enquadramentos já não dão conta mais dessa realidade complexa. A pergunta que se deveria estar fazendo é: Se a esquerda é quem delimita o caminho fora do padrão conservador de fazer política, dos velhos caciques políticos, ter uma separação clara em relação a isso, é isso que é ser esquerda? Se for isso, quem é a esquerda hoje no Brasil? Certo? Se a direita é quem fica na política conservadora e mantém uma certa distância daqueles que se intitulam de esquerda, se for isso, quem é a direita no Brasil? Na verdade, os velhos paradigmas já não dão conta da realidade. Essa realidade complexa exige além, muito além, da oposição pela oposição, que só vê defeitos mesmo quando as virtudes saltam aos olhos, como é o caso do Bolsa Família, e da situação que só vê virtudes, mesmo quando os problemas saltam aos olhos, como é o caso do Código Florestal. É por isso que eu digo que nós estamos à frente. E as pessoas, nesse momento, estão fazendo um esforço muito grande para que nos enquadremos no que está aí. Mas nós não somos o que está aí. Nós somos diferentes pela nossa própria natureza. Foi assim que eu fiz o debate em 2010, não é? Se alguém repetir o que havia sido dito em 2010, problema de quem repetiu fora do contexto apenas como pretexto para se justificar. Nós temos uma posição que eu considero a frente mesmo. A sustentabilidade não deve ser pensada como uma tarefa apenas de esquerda ou de direita. Tem que ser pensada como uma tarefa da sociedade brasileira, dos empresários, dos trabalhadores, dos jovens, da academia, dos índios, de todos nós. É uma força tarefa. Então, essa é uma visão que exige de nós. Não apenas ser oposição por oposição ou situação por situação. Exige posição. E é isso que eu tenho feito. É isso que a gente tem feito. Se a presidente Dilma tem uma proposta interessante em relação às políticas sociais, eu não tenho por que ser contra. Agora, se ela não cumpriu com o que havia se comprometido, de vetar os artigos que promovem anistia para desmatadores, eu não tenho por que ser favorável. E isso é assumir posição.

Folha/UOL: Inclusive, a presidente Dilma Rousseff, que já está com quase 2 anos e 2 meses de mandato, teve na sua campanha, em 2010, na propaganda eleitoral, uma imagem oferecida aos eleitores de grande administradora, eficaz, e que iria ajudar o Brasil naquilo que se convencionou chamar de governança. O Brasil cresceu pouco nos últimos 2 anos, enfrenta alguns problemas estruturais. A sra. Acha que essa imagem da grande administradora foi mal colocada em 2010?

Marina Silva: Bem, nós vivemos uma situação delicada. De fato, o crescimento pífio do nosso país coloca uma série de preocupações, não só para o governo, mas para todos nós. Eu não faço a política do quanto pior, melhor. Eu acho que nós temos que começar a pensar a política a partir de acúmulos que sejam progressivamente melhores para o Brasil. É muito fácil você fazer política em cima da ideia de terra arrasada. Torcer para que o país vá mal e, em cima dessa situação, você se viabilizar como salvador da pátria. Difícil é você fazer um debate em que você diga: "Nos últimos dezesseis anos, tivemos conquistas na agenda econômica, na estabilidade econômica, tivemos conquistas na agenda social. Vamos manter essas conquistas, corrigir os erros e..."

Folha/UOL: A sra. Falou 16 anos, termina no Lula. A sra. excluiu a Dilma ou não? Queria dizer 18 na verdade?

Marina Silva: Eu estou falando de um período. É um referencial de onde começaram as mudanças. Por exemplo, o avanço das políticas sociais é claramente identificado com o governo do presidente Lula e a presidente Dilma dá continuidade às políticas que foram iniciadas e consolidadas no governo do presidente Lula.

A questão da estabilidade econômica foi uma conquista do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso. O presidente Lula deu continuidade. E a presidente Dilma, a duras penas, está tentando dar continuidade, com sérias dificuldades de manter esses ganhos, já que estamos vivendo uma situação em que o repeteco das medidas de 2008 e de 2009 já não está funcionando mais. Então, neste momento é fundamental que tenhamos um olhar para várias questões referentes ao Brasil.

Para mim, o Brasil, e eu dizia isso na campanha, não precisa ficar fazendo a apologia do gerente. Um presidente da República não é para ser o gerente do país. O presidente da República é para ter visão estratégica. Quando ele tem isso, ele consegue os melhores gerentes. O Fernando Henrique não era um gerente. O Lula não era um gerente. Mas foram pessoas que tiveram uma determinada visão estratégica em relação à economia, em relação às políticas sociais. Qual é o desafio do Brasil de hoje? O desafio do Brasil, hoje, é, em cima dos ganhos já alcançados, ir numa outra direção que, no meu entendimento, é a mudança do modelo de desenvolvimento. Como sair do modelo atual, predatório, insustentável, que não é só do Brasil, é do mundo inteiro, para uma economia de baixo carbono? Como investir em educação, tecnologia e inovação para produzirmos os empregos, a qualidade de vida, preservando os ativos ambientais. Esse aí é o grande desafio que, infelizmente, a presidente Dilma não foi capaz de entender. Mas não só ela. O PT não foi capaz de entender. O PSDB não é capaz de entender essa nova agenda que se coloca para o mundo.

Folha/UOL: Neste caso, a sra. está dizendo: a presidente Dilma tem mais uma visão de gerente e menos uma visão estratégica neste caso?

Marina Silva: Eu não estou dizendo isso. O que eu disse é que não se deve ficar fazendo a apologia do gerente. O país precisa de quem tem...

Folha/UOL: A sra. citou o Lula e o Fernando Henrique, mas não citou ela como visão estratégica.

Marina Silva: Não, mas é porque a apologia do gerente foi feita em relação a ela. Talvez um erro de quem fez a sua campanha, correto?

Folha/UOL: Dela também, não é? Ela comandava a campanha, ou não?

Marina Silva: Não sei. É possível que, em parte, sim. Numa campanha, você não há de achar que o candidato, ele sozinho faça a sua campanha.

Folha/UOL: Mas à revelia dele algo importante assim também não é feito.

Marina Silva: Com certeza não. Há, digamos, uma aceitação. Mas alguém trabalhou essa imagem. Mas eu não quero aqui ficar entrando nos estrategistas de campanha da presidente Dilma que, inclusive, foram vitoriosos. O que eu disse...

Folha/UOL: Mas a gestão mesmo... A presidente Dilma carece um pouco de visão estratégica na sua opinião?

Marina Silva: Em relação aos temas deste século, com certeza. Apostar em energia limpa renovável e segura com uma matriz energética diversificada, distribuída, isso seria a visão estratégica deste século. Políticas de longo prazo no curto prazo dos políticos. Em vez de políticas de curto prazo para alongar o prazo dos políticos. Ter um incentivo a ser dado para estimular a economia sem contrapartidas ambientais, no meu entendimento é carecer de visão estratégica. O Obama está fazendo política de incentivo e cobrando contrapartidas ambientais. Não ter um olhar para a posição estratégica que o Brasil ocupa como economia emergente para produzir, criar essa nova economia é falta de visão estratégica. Agora, isso não é falta de visão estratégica de uma pessoa, é de um comando. É do próprio PT, que não foi capaz de resignificar suas bandeiras. E do PSDB...

Folha/UOL: Mas o comando do país está com a presidente.

Marina Silva: Sim, está com a presidente. Mas, ela, infelizmente não está indo nessa direção. O que eu estou dizendo é que, infelizmente, nesse particular, de ver o Brasil por esse ângulo de um país que pode quebrar paradigmas, que pode fazer jus à potencia ambiental que ele é, não está sendo feito. Pelo contrário, nós temos retrocessos. É a primeira vez que, em lugar de avançar, se está perdendo as conquistas dos governos anteriores. É só verificar o caso do Código Florestal, da mudança que foi feita nas competências do Ibama para fiscalizar desmatamento. É só verificar a mudança que foi feita para dar poderes à presidente, para que ela possa reduzir unidades de preservação criadas em outros governos, para facilitar as licenças das hidrelétricas que estão previstas. Então é a primeira vez que, em vez de ganhos, você tem retrocessos.

Agora, eu acho que essa agenda estratégica não está separada de uma agenda de transformação na política. A política está mudando e vai mudar no mundo inteiro. Há um movimento que começa a acontecer, que o professor Eduardo Viola fala que é da ordem de mais ou menos 20% das pessoas, que estão com uma visão reformadora do mundo. Eu chamo isso de "borda". Tem um núcleo estagnado que só consegue ver o que aí está, o diapasão do que está aí, mesmo os esforços que estão acontecendo agora na Europa para socorrer da crise econômica ainda é dentro do velho paradigma. O esforço seria de já irmos não é nem fazendo uma ruptura, porque não é possível uma ruptura abrupta, nem uma transição demorada, é produzindo mesmo uma mutação no próprio tecido estagnado para essa transformação, porque a gente está vendo uma crise civilizatória. A modernização dos meios de comunicação com a internet está possibilitando mudanças em todos os setores da vida humana, dentro das empresas na cultura, na produção do conhecimento, na gestão pública. Por que não faria na política?

A política terá necessariamente que se reinventar. E uma das formas dessa reinvenção é o novo modelo de ativismo que está surgindo no mundo. Hoje, você não tem mais aquele ativismo clássico, dirigido pelo partido, pelo sindicato, pela UNE, pelo DCE. Hoje é aquilo que eu chamo de ativismo autoral. As pessoas são autoras da sua ação política. Eles são protagonistas, eles são mobilizadores e, ao mesmo tempo, eles são aqueles sonhadores que acreditam que podem ajudar a transformar o mundo. Isso vai mudar completamente a lógica do fazer político e, digamos, as instituições políticas terão que se reinventar, inclusive, não é, as lideranças carismáticas, cada vez mais elas vão ser substituídas por novas formas de lideranças. E eu falo isso com muita tranquilidade porque eu sei que eu tenho um certo carisma. Mas eu tenho dito que, se há alguma coisa para se fazer com o carisma, não é se investir para ter mais carisma. É investir para que as pessoas se convençam que elas podem ser um sujeito político livre, independente, que não precisa do carisma. Cada vez mais as lideranças serão multicêntricas. Os processos serão multicêntricos. Você vai ser líder num determinado momento e, em outro determinado momento, você vai ser liderado.

Esse ativismo autoral a gente vê agora com a assinatura do mais de um milhão de assinaturas de pessoas contra o presidente [do Senado] Renan [Calheiros, do PMDB-AL], a gente vê na blogueira cubana [Yoani Sánchez], que inclusive foi impedida em vários momentos de manifestar a sua opinião na nossa democracia... Enfim, esse ativismo autoral é uma característica do nosso tempo.

Folha/UOL: A sra. mencionou o presidente Renan Calheiros do Senado Federal. O senador Renan, do PMDB de Alagoas, que foi recém eleito para comandar o Senado. Há um movimento grande na internet que pede que ele seja retirado do cargo. Não obstante, quando as manifestações de rua são chamadas, o número de pessoas que comparecem ainda é, relativamente, muito baixo na comparação dos que assinam na internet. Quando vai ser possível transbordar da internet para a rua?

Marina Silva: De certa forma, já está transbordando. Já está transbordando. Eu acho que transbordou da internet...

Folha/UOL: A sra. assinou essa petição na internet?

Marina Silva: Não. Não assinei.

Folha/UOL: Mas assinaria?

Marina Silva: Eu encontrei com o rapaz que fez a mobilização. E ele até falou: "Nós vamos entregar para o Congresso a petição e a sra. não gostaria de estar?" "Não. Para o seu próprio bem, é melhor que eu não esteja. Porque isso é um processo autoral, com autonomia de pensamento".

Folha/UOL: Mas como cidadã, a sra. assinaria essa petição?

Marina Silva: Como cidadã, eu teria outros meios para fazê-lo. Não necessariamente da forma como ele fez. Mas eu acho que o Congresso Nacional...

Folha/UOL: Mas a sra. acha legítimo?

Marina Silva: Acho legítimo. Acho legítimo...

Folha/UOL: Mas a sra. acha bom e desejável que Renan Calheiros saia do cargo de presidente do Senado?

Marina Silva: Eu acho bom e desejável que a gente tenha uma reforma do nosso sistema político. Inclusive para que não se tenha a repetição dos mandatos como temos e nós já colocamos na Rede de que até dois mandatos apenas, para que a gente não tenha esse tipo de situação em que as pessoas vão se perpetuando no poder, em que pese os questionamentos excessivos que são feitos. Nós temos casos no Congresso em que a imprensa inteira, a sociedade inteira se colocou contra uma autoridade e ela permaneceu lá, intacta.

Folha/UOL: Estou com medo do tempo porque a gente já está um pouco estourado, mas, no caso do Renan, eu não vou poder escrever, com isso que a sra. falou, que a sra. é a favor da saída dele. O que eu devo escrever?

Marina Silva sobre Renan Calheiros, ele deve sair? Deve ficar?

Marina Silva: Ele deve levar em conta o clamor que a sociedade está dizendo. E não considerar o clamor que a sociedade está dizendo... Não só o Renan, isso não é uma atitude do Renan. Isso é algo para ser trabalhado pelos 81 senadores, inclusive os que votaram no presidente Renan. Há um questionamento muito forte, um descompasso muito grande entre o que a sociedade está manifestando e aquilo que o Congresso está fazendo. E não é a primeira vez. No Código Florestal, 84% não queria as mudanças e 80% fez as mudanças. No caso do Renan, mais de 1,5 milhão de pessoas estão dizendo que foi inadequada a escolha por parte do Congresso. Inadequado do ponto de vista político. E não estão considerando. Vai chegar um momento que essa, digamos, atitude que as pessoas acham que não transborda, vai começar a transbordar. E não adianta esperar que esse novo ativismo será da mesma forma do que nós fazíamos no passado. Não vai ser. Só que vai chegar um momento que vai transbordar na hora da escolha política. O cidadão vai começar a manifestar, como manifestou na eleição de 2010. As pessoas acham que o voto que foi dado a mim, foi algo esporádico que aconteceu naquele momento. Se eu tivesse no Congresso, não teria votado no senador Renan Calheiros. Teria votado no candidato do PSOL, claramente. Então, já estou dizendo qual é a minha posição.

Folha/UOL: O PDT, no caso. Foi, né? Pedro Taques.

Marina Silva: Do Pedro Taques, aliás.

Folha/UOL: Deixe eu fazer algumas perguntas assim, se a gente pudesse correr um pouco. A sra. falou da visão estratégica do país. No caso da Rede, se a Rede chega a ter a possibilidade de ser escolhida para comandar o país. Alguns aspectos da economia que estão sendo tocados, foram tocados por Fernando Henrique, Lula, mais ou menos, que continuou e Dilma Rousseff também. Por exemplo, a gestão da taxa de juros, a gestão de vários aspectos da economia. Haveria mudanças significativas na condução desses aspectos que regem o país. Por exemplo, taxa de câmbio, taxa de juros, controle da inflação?

Marina Silva: Na campanha de 2010, nós dissemos claramente das nossas diretrizes programáticas que iríamos manter o tripé da política econômica por entender que essa política era o que estava viabilizando o desenvolvimento em bases sustentáveis do ponto de vista econômico do nosso país.

Folha/UOL: Isso se mantém?

Marina Silva: Isso se mantém. A Rede mantém a mesma diretriz programática que nós estabelecemos na campanha de 2010. Claro que a grande mudança que faríamos é justamente no direcionamento daquilo que é o que eu chamo de uma competição pelo caminho de cima. Não iríamos nos perder nessa história de Estado provedor ou Estado fiscalizador. Eu até criei um termo para isso. Nós apostamos na ideia do estado mobilizador. E aí, a gente quebra mais uma vez mesmo o paradigma porque, o tempo todo, as pessoas estão querendo enquadrar. Ou você é mais Estado ou menos Estado. Não. Nós temos que fazer uma síntese desses esforços e fazer com que o nosso país continue sendo um país economicamente próspero, mas, ao mesmo tempo, ambientalmente sustentável. Essa seria a grande mudança. Manteríamos o tripé da política econômica que, aliás, existe até uns questionamentos se, de fato, ele ainda está devidamente equilibrado em função dos riscos que temos atualmente com relação a questão da inflação e das medidas que vêm sendo tomadas.

Folha/UOL: Mas em relação ao tripé que segura, a economia, no momento, a ideia é a manutenção?

Marina Silva: A manutenção, sim. A ideia do câmbio fluante com todas as questões que levam à autonomia para operar a política econômica.

Folha/UOL: Tema polêmico. Religião. Foi um tema na última eleição. A sra. tem posições conhecidas sobre vários aspectos que são caros para quem tem uma religiosidade como a sra. tem. Flexibilização da lei do aborto, casamento entre pessoas do mesmo sexo, vários aspectos que são e provocam polêmica no Congresso quando vão ser analisados. A sra. mantém essas posições e, no caso da Rede, como que ela vai tratar esses temas?

Marina Silva: Primeiro, o estatuto da Rede estabeleceu uma cláusula de consciência para que as pessoas que se sentem impedidas, enfim, por questões religiosas, filosóficas, enfim, possam ser coerentes com a sua visão de mundo. Então, eu me sinto beneficiada em relação a esse princípio democrático adotado pela Rede. Porque, às vezes, as pessoas confundem o Estado laico com o Estado para beneficiar apenas os que não creem. Os maiores beneficiados do Estado laico são os que creem. E eu advogo inteiramente o Estado laico. Bem, a Rede não tem ainda uma posição fechada porque nós temos menos de 10 dias de criação, 16 dias de criação.

Folha/UOL: Vai tomar posição sobre esses temas, talvez?

Marina Silva: Não sei. Vai depender do processo. Obviamente que vai assegurar os que têm posicionamento diferente de manifestar a sua opinião. Agora, nós nos unimos na adversidade. Entre nós, existem pessoas que defendem a descriminalização da maconha, que defendem o aborto, que defende o casamento gay. E, no caso do casamento gay, é bom que fique claro que eu não defendi plebiscito para o casamento gay. Está mentindo quem disse eu defendi. Em nenhum momento eu defendi o plebiscito. O que eu disse é que os direitos civis das pessoas gays devem ser assegurados como para qualquer outra pessoa. Não deve haver nenhum tipo de discriminação. Obviamente que a nossa Constituição também assegura liberdade religiosa. E as igrejas, qualquer uma dela que tenha essa questão dentro dos seus cânones como sendo algo que não é em acordo com aquilo que diz a Bíblia ou aquilo que professa como sendo seu livro sagrado, tem o direito de dizê-lo não tratando como problema moral ou, enfim, de

desqualificação das pessoas. É um direito. E isso seria ferir a liberdade religiosa das pessoas. Por outro lado, a Igreja não pode mandar naquilo que são as leis civis. As pessoas tem o direito de ser quem são independentemente da posição daqueles que creem. E isso que eu falei durante a campanha de 2010. Em relação ao aborto, eu defendi o plebiscito porque é uma questão muito complexa, envolve uma série de fatores que não são puramente religiosos. Existem pessoas que não tem nenhuma fé e, no entanto, defendem radicalmente a vida, que não admitem sequer que se mate, enfim, um inseto, qualquer coisa do gênero. São questões de natureza política, de natureza religiosa, de natureza filosófica e eu advoguei a questão do plebiscito. E a mesma coisa para a maconha.

Agora, tem uma coisa, Fernando, que as pessoas estão fazendo que é meio dois pesos e duas medidas. Por exemplo, as pessoas dizem que eu sou progressista na agenda da sustentabilidade, dos temas desse século, e sou conservadora em relação alguns aspectos em função da minha, enfim, condição de ser uma pessoa de fé. E me cobram nisso com toda a legitimidade. Aliás, devem cobrar que eu explicito as minhas posições. E eu as estou explicitando. Eu não fiz, durante a minha campanha, nem a satanização de quem defende nem a maconha, nem o casamento o gay e nem a questão do aborto. Tratei sempre com respeito e tentei elevar o debate. Por outro lado, não me escondi de assumir as posições para que as pessoas saibam exatamente o que eu penso. O que não aconteceu com os outros candidatos no segundo turno, que fizeram uma discussão, eu diria, vergonhosa sobre esse tema, assumindo posições que claramente não eram as suas posições e as pessoas tratam isso como se fosse a coisa mais natural do mundo.

Folha/UOL: Houve uma hipocrisia no segundo turno, não é isso?

Marina Silva: Claramente. Claramente, um uso inadequado dos temas. De autopromoção...

Folha/UOL: Tanto por parte da candidata do PT, Dilma, candidato do PSDB, José Serra?

Marina Silva: Eu diria que houve um uso inadequado. Eu não diria a palavra hipocrisia porque eu não tenho como julgar na subjetividade. Mas, claramente, um uso inadequado desse tema, exacerbando mil vezes mais do que eu, que tinha uma posição religiosa. Aliás, as pessoas, depois reconheceram isso. De que eu tratei, de forma muito mais correta e progressista os temas, do que foi tratado pelo Serra e pela Dilma no segundo turno. Então, eu acho que a Rede vai fazer esse debate. Existem diferentes posições.

Folha/UOL: A sra. é a favor de a Rede tomar posição objetiva sobre esses temas?

Marina Silva: Bem, eu não posso dizer que uma organização política não tome uma posição sem entender. Obviamente, que a Rede já possibilita àqueles que têm uma posição contrária por questões de consciência de divergir e que não haverá nenhum enquadramento que obrigue aquela pessoa a defender aquilo que é contra os seus princípios. Agora, uma coisa é clara: Eu não tenho nenhum problema de ter uma militância política com as pessoas que pensam contrários a mim. Aliás, eu sempre fiz campanha para pessoas que tinham um posicionamento completamente diferente do meu. Eu fazia campanha da Marta Suplicy, fiz a campanha do Gabeira e, mesmo quando o PT orientou que deveria apoiar outros candidatos no Rio de Janeiro, eu fui lá fazer a campanha do Gabeira, que defende, inclusive, a descriminalização da maconha. Por quê? Porque eu não estou elegendo padre. Eu não estou elegendo um pastor. Eu não estou elegendo uma, digamos, pessoa para dar orientação espiritual ao país. Eu estou elegendo o governador, o presidente da República. Esse foi o meu posicionamento desde sempre. Quando era católica, sempre me posicionei assim. Como cristã evangélica, do mesmo jeito.

Agora, obviamente, do mesmo jeito que as pessoas têm a liberdade de expressar o seu posicionamento, é justo que também o posicionamento contrário possa ser colocado sem que a pessoa venha a ser satanizada igualmente. Por que a gente não faz um debate aberto, respeitoso, sem as rotulações? Eu não fico rotulando moralmente ninguém que defende os temas polêmicos com os quais eu divirjo. Por que eu tenho que ser rotulada? Essa é uma questão. Eu não quero achar que eu seja mais tolerante do que eles.

Folha/UOL: A sra. mencionou padres, pastores etc. A sra. agora não é mais católica, não é? Ainda assim, tem alguma opinião de como deveria ser o perfil do novo papa da Igreja Católica?

Marina Silva: Eu venho de uma relação muito profunda com Igreja Católica. Toda a minha base ética na política vem das comunidades de base e eu devo profundamente isso à Igreja Católica pelo excelente trabalho que fez no final da década de 70, década de 80, fazendo com que pessoas como eu, que não tinham nenhuma chance de ser olhada na política, tivessem um lugar para pensar a política e aprender. E aprendi com professores muito bons. Dom Moacyr, Leonardo Boff, Clodovis Boff, Frei Betto, e outras pessoas de altíssimo quilate da nossa, enfim, realidade eclesial no campo da teologia progressista. O que eu espero, é que tenha um posicionamento progressista. Depois de João Paulo II, com o seu jeito carismático, mas, ao mesmo tempo, acolhedor das diferenças, com certeza, é uma grande contribuição que se dá para o mundo pela importância política que tem a figura do papa e a importância religiosa que tem para os católicos.

Folha/UOL: A sra. foi companheira no PT de vários militantes do PT que foram processados e condenados no processo chamado de mensalão. [Vou] citar José Dirceu, João Paulo Cunha, José Genuíno, entre outros. Eles foram condenados à prisão. A sra. acha que foi justa a condenação?

Marina Silva: A Justiça teve acesso aos autos. Eu não tive, digamos, a altura e profundidade que eles tiveram para fazer o seu veredito. Então, eu espero que as instituições tenham feito a justiça, sim. Se você me perguntar se eu lamento, lamento. Claro que eu lamento por essas pessoas, por suas famílias, pelo nosso país, pelas nossas instituições. Lamento o que aconteceu. Por outro lado, é uma grande chance de aprendizagem para todos nós. Inclusive para mim. No Roda Viva, eu fiz uma menção do sofrimento que é o que aconteceu com o Genuíno, certo? Eu conheço o Genuíno de muitos anos, conheço a sua família. E não foi fácil ver o que estava acontecendo. Quando eu vi a carta da Miruna eu fiquei muito emocionada. A carta da filha do Genuíno, né? E isso é um ensinamento para todos nós. Quer por ação ou por omissão, há um preço que se paga quando erros são cometidos. Mesmo que você não tenha cometido diretamente. Então, isso é uma demonstração que devemos ficar todos atentos. Como você falou, que eu sou cristã evangélica, tem um versículo bíblico que diz: "Aquele que pensa que está de pé, cuide para que não

caia". Então, nenhum de nós pode se vangloriar de um estado permanente de retidão. Devemos ficar vigilantes o tempo todo. Agora, é claro que a humanidade consegue criar meios muito sofisticados para fazer as suas correções quando não é capaz do exercício da autolimitação, que o que mais nos dá independência e liberdade é quando somos capazes de nos autolimitar. E isso só é possível com as instituições virtuosas. E eu espero, sinceramente, que a ação do Supremo [Tribunal Federal], que tudo que foi feito pela Polícia Federal e pelo Ministério Público sejam uma demonstração de que instituições virtuosas estão aptas a nos corrigir quando falharmos em nossas virtudes.

Folha/UOL: Alguns são deputados federais e já foram condenados pelo Supremo, embora o processo ainda não tenha sido concluído formalmente. O Congresso acerta em esperar até o último momento para retirar esses que tem mandato lá de dentro?

Marina Silva: Eu diria que é protelar um processo que talvez acaba passando uma imagem ruim das instituições.

Folha/UOL: O que seria melhor?

Marina Silva: O que seria melhor é que, guardando a autonomia dos poderes, quando um poder tem o poder de condenar e é ele que é capaz de fazer isso, que o Congresso não resista a esse poder. s ou constitucionalmente o Congresso fizer as leis mesmo que não seja de agrado da Justiça.

Folha/UOL: Três presidentes: Fernando Henrique Cardoso, Lula e, agora, Dilma Rousseff. Qual dos três foi mais exitoso no exercício da presidência.

Marina Silva: Primeiro, a presidente Dilma ainda está quase na metade. Seria injusto comparar com quem passou oito anos, não é? E eu acho que...

Folha/UOL: Mas Lula e Fernando Henrique estão no mesmo nível ou um se sobrepõe ao outro?

Marina Silva: Eu não gosto dessas comparações. É impossível fazer comparação em política. A política é um processo vivo, não é? E cada um vive as circunstâncias históricas daquele momento, tem que atuar naquele momento que é, digamos assim, "irrepetível", não tem como se repetir, se é que existe essa palavra. Então, o Fernando Henrique viveu as suas circunstâncias, o Lula viveu as circunstâncias dele e seria uma levandade ficar comparando os dois. Eu posso dizer que os dois tiveram graves problemas e tiveram conquistas muito significativas. A conquista da política econômica, da estabilidade econômica, isso ninguém pode retirar do governo do Fernando Henrique e não dá a eles o crédito. O avanço fantástico da política social, de tirar mais de 30 milhões de pessoas da extrema pobreza, de colocar mais de 30 milhões da classe média, isso ninguém pode tirar do Lula.

Agora, qual é a diferença do meu posicionamento em relação a isso tudo? É que graças a Deus, estar a frente me possibilita não ter uma visão de oposição por oposição e nem de situação por situação. E eu era assim mesmo quando estava no Governo e era assim mesmo quando estava na oposição. Se as pessoas olharem para a minha trajetória de vida, vão verificar que, como senadora de oposição, eu ajudei a provar muitos projetos que achava interessante do presidente Fernando Henrique Cardoso. Mesmo sendo do Governo, eu criei situações que iam na contramão daquilo que o Governo estava defendendo, mesmo quando era ministra do presidente Lula. Porque a minha lógica não é de oposição por oposição, nem de situação por situação.

Folha/UOL: Do melhor do seu juízo, dada a conjuntura de hoje, que forças a sra. acha que estarão representadas com candidato a presidente em 2014?

Marina Silva: Com certeza, o PT, que tem a presidência da República. Não só é legítima, mas que tem a força que está sendo expressa nas pesquisas, não é? E, enfim, não é de se esperar que seja o contrário o PSDB. Até porque a polarização PT e PSDB já tomou conta do Brasil. E, enfim, legitimamente, o governador Eduardo Campos está pleiteando construir a sua candidatura. Se você fala isso pensando na Rede, essa é uma decisão que será tomada nesse momento, nós estamos muito focados um projeto político para essa situação de crise que nós estamos vivendo na política brasileira que não é diferente no mundo. A discussão da candidatura é uma possibilidade, mas, por enquanto, apenas uma possibilidade que, pode ter certeza, se tiver uma candidatura melhor na Rede, nós não tergiversaremos um segundo para encaminhá-la.

Folha/UOL: Eu perguntei isso para a sra. porque no caso do governador de Pernambuco, Eduardo Campos, que também é presidente do PSB, Partido Socialista Brasileiro, há uma avaliação, enfim, de pessoas que acompanham o cenário eleitoral há anos no Brasil de que, na eventualidade de ele vir a ser candidato, ele disputará, em certa medida, alguns eleitores que também estão incomodados com essa polarização já antiga, nos padrões brasileiros, entre PT e PSDB, e que dessa forma, seria um cenário diferente de 2010. Teria uma disputa também no campo de eleitores que hoje a Rede vai disputar e a sra. teve em 2010, e que isso faria com que a sra. tivesse uma limitação no desempenho perante esses eleitores. O que a sra. acha dessa análise?

Marina Silva: Bem, eu prefiro ir para princípio. Se somos democráticos, devemos defender o direito de que as pessoas possam pleitear, apresentar as suas ideias e seus projetos. E isso, para mim, em nenhum momento será negativo. Teremos mais opções de pessoas apresentando as suas propostas.

Folha/UOL: Ele disputa um pouco os votos parecidos com os seus ou não?

Marina Silva: Mas eu acho que, se a gente ficar tratando o eleitor como se eles fossem objetos que a gente fica disputando aqui, como se as pessoas não tivessem vontade própria. As pessoas têm vontade própria e devemos trabalhar para que, cada vez mais, elas não sejam percebidas como eleitoras da Marina, nem da Dilma, nem do Aécio, nem do Eduardo Campos. Que sejam sujeitos políticos que merecem ser respeitados. E que olhando para os candidatos, para as suas propostas, para as suas ideias, vão fazer livremente as suas escolhas. Não tem nada *a priori*. Os 20 milhões de votos foram dados em 2010. Essa cena não vai se repetir. O que vai acontecer vai ser algo inteiramente novo, diferente, ainda que com base naquilo que foi acumulado e que deve ser preservado. Eu não trato os eleitores como se eles fossem uma herança. Eu trato os eleitores como pessoas, como sujeitos políticos. É para isso que eu estou fazendo esse esforço. Eu estou há mais de 30 anos na vida pública acreditando profundamente que as pessoas podem fazer as suas escolhas não porque já tenham compromisso *a priori* com esse ou aquele candidato. Mas porque elas são capazes de fazer uma leitura viva. Da política viva. E, a partir daí, ajudar a criar o momento de acordo com as circunstâncias que é dada e que é oferecida.

Folha/UOL: Marina Silva, ex-senadora, ex-ministra. Muito obrigado por sua entrevista na Folha de S.Paulo e ao UOL.

Marina Silva: Obrigada a você.

9.3 Transcrição da entrevista para o Roda Viva, 2013

Augusto Nunes: Boa noite. Estamos ao vivo em todo país pela TV Cultura [...]. Hoje a nossa bancada de entrevistadores é formada por Eliane Cantanhêde, colunista do jornal *Folha de SP*, Maria Cristina Fernandes, editora política do jornal *Valor Econômico*, Diego Escosteguy, diretor da sucursal da revista *Época* em Brasília, Mário Simas Filho, diretor de redação da revista *Isto é*, e Ricardo Gandour, diretor de conteúdo do grupo *Estado*. Contamos com a presença [...] e do cartunista [...], que vai acompanhar a nossa conversa, que começa agora. Senadora, a senhora me parece sempre muito cautelosa ou muito gentil quando se refere ao ex-presidente Lula e ao próprio PT. Eu pergunto se a senhora faz parte ou não da oposição ao governo Dilma Rousseff.

Marina: Essa discussão, ela é recorrente enquanto se refere ao meu posicionamento político, mas também ao posicionamento da Rede, que é o partido que nós criamos em fevereiro deste ano, e que não tem registro legal, mas de fato já é um partido. E eu sempre digo, Augusto, que, nesse momento, eu acho que a sociedade tem um certo fastio dessa polaridade, essa polarização que se estabeleceu, situação, oposição. E o fastio se dá pelo fato de que, nessa lógica, oposição por oposição e situação por situação, as pessoas já não conseguem ter uma atitude política. É muito mais a atitude de tentar desqualificar o interlocutor, e eu digo que a oposição pela oposição só vê defeitos mesmo quando as qualidades saltam às vistas, e que a situação por situação só vê qualidades, mesmo quando os erros são evidentes. E tenho dito que talvez a gente deva quebrar essa lógica, e que talvez a sociedade esteja buscando aqueles que assumem posição, e assumir posição significa: o que nós queremos para o Brasil do século 21? Qual é a nossa posição em relação ao desenvolvimento sustentável? Qual é a nossa posição em relação a saúde, educação, saneamento básico, vida digna para a população? Então eu digo que eu não estou presa à lógica da oposição pela oposição nem da situação pela situação, mesmo quando eu era do PT. Eu lembro quando o presidente Fernando Henrique Cardoso estava indo pra Johannesburgo, e eu trabalhei muito pra aprovar a ratificação do Protocolo de Kyoto, muitos companheiros do PT diziam: Mas por que que (sic) você tem que ficar fazendo esse trabalho? Deixa o Fernando Henrique Cardoso passar vexame lá em Johannesburgo. E eu dizia: E a Amazônia? E as mudanças climáticas? Eu não sou de assumir oposição por oposição, eu sou de ter posição. Posição a favor do Brasil e daquilo que é correto.

Augusto Nunes: Diego, só um minuto, o Mário Simas havia pedido para fazer uma pergunta. Em seguida, Diego Escosteguy.

Mário Simas Filho: Senadora, boa noite. A senhora fala em uma nova forma de fazer política no país. Quero saber o que que (sic) mudou nesse jeito de fazer política da época da Marina, ministra do presidente Lula, pra agora Marina, do PSB do Eduardo Campos.

Marina: Olha, Mário, quando eu entrei no Ministério do Meio Ambiente, já era com essa cabeça da nova forma de fazer política. Quando eu fui eleita em 94 lá no estado do Acre, já era com essa ideia da nova forma de fazer política, porque afinal de contas ir para um Ministério e propor que a política ambiental deixasse de ser uma política setorial para ser uma política que se orientasse por diretrizes de desenvolvimento sustentável, do controle da participação social, e de uma política transversal, ou uma política ambiental integrada, isso já era uma nova forma de fazer política. E nós dizíamos, eu e a minha equipe, [...] dizíamos que nós não íamos inventar roda. Nós íamos preservar as coisas boas que encontramos do governo anterior, que nós íamos trabalhar pra corrigir os erros, e que íamos enfrentar os novos desafios, como por exemplo a questão do desmatamento. E foi com esse espírito que nós entramos, tanto é que aqueles que haviam nos antecedido tinham uma relação de cooperação com o nosso trabalho de solidariedade. Pra mim, isso já era a nova política. E, quando não foi mais possível implementar essa política, nós pedimos pra sair, o que é também uma nova política, porque uma boa parte fica esquentando a cadeira mesmo quando já não tem mais o que fazer sentado nela.

Diego Escosteguy: Perdão, mas, voltando ao que a senhora tinha dito sobre disputa bipolar, polarização e marcar posição, entende-se que a senhora não queira tomar uma posição em relação a ser situação ou oposição e queira fugir disso. Mas, num artigo recente da *Folha*, no dia 11 de outubro, a senhora fez uma referência bem direta ao que chamou de disputa política bipolar, que ocorre no Brasil, e fez uma menção, abro aspas aqui, “É grave quando essa bipolaridade penetra em serviços e procedimentos que deveriam ser públicos e isentos e os fazem sucumbir ao antigo preceito antirrepublicano: aos amigos, tudo; aos inimigos, a lei. Dessa forma, o regime democrático é enfraquecido por dentro”. Ou seja, a senhora parece querer fazer uma crítica ao PT, ao possível aparelhamento do PT ao Estado, é a isso que se refere? A que se refere especificamente essa crítica que a senhora não indica nominalmente que é ao governo da Dilma, mas pode-se subentender que é, sim?

Marina: Assumir posição é também fazer crítica. Só que não é a crítica pela crítica, essa é diferença, e não fugir de quando ela precisa ser feita, ou de reconhecer quando isso se faz necessário. No caso das minhas atitudes em relação ao governo do PT, têm sido de reconhecer os ganhos, que foram importantes, mas também reconhecer os ganhos do governo do PSDB. Tem uma contribuição na história brasileira que precisa ser observada. Estes dois partidos, ao lado de outros, conquistaram a democracia, ajudaram a consolidar a democracia, depois veio a estabilidade econômica, depois veio a distribuição de renda. O problema é que no Brasil nós temos uma institucionalização predatória dos ganhos econômicos, sociais, culturais. É sempre creditado a uma pessoa, a um partido, a um grupo. Quando algo é benéfico para o país, precisa-se fazer uma institucionalização virtuosa. Isso passa a ser um ganho da sociedade, tem que ser defendido pela sociedade em lugar de a gente simplesmente desqualificar porque não foi o seu grupo político que apresentou. Então a minha atitude, a do grupo que eu faço parte, é no sentido de fazer esses reconhecimentos sem ser complacente com os erros. Agora, quando você tem uma atitude “do contra” a qualquer custo, a qualquer preço, então até a tua crítica fica desqualificada. É nesse sentido que...

Diego: Mas... quais fatos políticos a senhora aponta? Porque a senhora diz aqui, né, essa frase conhecida...

Marina: Eu me refiro a vários aspectos, mas, recentemente, eu acho que foi no contexto da lei casuística, que tentava impedir a criação da Rede Sustentabilidade, essa...

Diego: Você acha que o PT teve algum papel nisso?

Marina: Com certeza houve uma ação da base de sustentação do governo dentro do Congresso. Uma boa parte dos parlamentares do PT, como o Suplicy, Jorge Viana, Paim [...], não votaram com essa lei. Eu tô citando alguns, mas tem outros. Mas a maioria “votaram” a favor dessa lei, e eu quero te dizer que é de fato uma atitude casuística e antidemocrática, porque, se você notar, após as manifestações de junho, nós tivemos o seguinte: o anúncio de uma reforma política na forma de uma Constituinte exclusiva. Depois, isso caiu para um plebiscito. Depois, para uma mini reforma política. E, depois, foi tirada a mini reforma política e tudo o que restou foi uma lei para evitar a criação da Rede Sustentabilidade. Então a minha crítica é com base nessa atitude que, no meu entendimento, não foi utilizada para com os demais partidos que foram criados e para com esse campo político que dá contribuição, no meu entendimento, da atualização na política, houve todo um esforço para essa desconstrução.

Eliane: Senadora, os seus velhos companheiros do PT, que conhecem a senhora há muito tempo – a senhora é uma das fundadoras do partido no Acre –, eles, primeiro, criticam a senhora porque a senhora...é... essa denominação “os sonháticos” combinaria muito com a senhora, a senhora é uma “sonhática”, mas a senhora fálhou na execução da montagem da Rede. Quer dizer, não adianta também dizer, segundo eles, que a culpa é do PT, que o PT estava com medo da sua candidatura... mas o fato é que a Rede não foi competente o suficiente pra colher as assinaturas na hora certa, na quantidade certa etc. E, segundo, esses mesmos amigos da senhora, que conviveram tantos anos com a senhora no PT, eles dizem que, quando a senhora foi optar por uma alternativa, a senhora optou justamente pelo Eduardo Campos, numa forma de “Quem é que vai atingir mais a candidatura da presidente Dilma? Quem que vai ferir mais? Quem vai ser mais deletério pra candidatura da presidente Dilma?”. E eles lembram que a senhora e a presidente Dilma tiveram uma relação muito difícil durante o governo Lula.

Marina: Bem, eu acho que você me dá uma boa oportunidade de dialogar com essa ideia de que a Rede não foi competente para conseguir as assinaturas. Em primeiro lugar, nós conseguimos 910 mil assinaturas pra chegar a 492 mil. Fizemos um processo rigoroso, e a Marcela tá ali na bancada, que coordenou juntamente com essa juventude bonita que tá ali, o processo de coleta de assinaturas. Mas fizemos um processo rigoroso de triagem dessas assinaturas e descartamos [...], 220 mil assinaturas. Mandamos 668 mil para os cartórios dentro dos prazos. Infelizmente os cartórios perderam os prazos – eles têm prazos de 15 dias para se manifestar se é válida ou não aquela ficha, aquela assinatura. Perderam o prazo em 30, 40, 60 dias, e uma outra coisa que aconteceu, Eliane, foi que eles não tinham parâmetro para determinadas situações, por exemplo: uma boa parte do nosso público é da juventude, é inegável. E as pessoas que vão votar pela primeira vez, elas não têm o seu nome no livro das últimas eleições, e o parâmetro utilizado para validação da ficha é o livro das últimas eleições. As pessoas idosas, que têm voto facultativo, também não têm o seu nome porque ela tem voto facultativo, e o parâmetro era esse. As pessoas que se abstiveram, em torno de 16%, também não têm o seu nome no caderno das últimas eleições, de sorte que se criou um procedimento que prejudicou a RS e 95 mil assinaturas nossas foram invalidadas sem justificção. A Constituição Federal diz que nenhum ato do poder público pode ser feito sem uma justificativa, e nós esperávamos que o TSF desse essa reparação. Nós conseguimos, sim, conseguimos com militância, com base social, e obviamente que aqueles que tentam desqualificar o nosso trabalho não fazem o mesmo esforço em relação a partidos que acabaram de ser criados recentemente. Nós fizemos um trabalho com [...]; temos 16 diretórios, temos presença em 17 unidades da Federação, estamos presentes em mais de 3 mil municípios, e (para) conseguir quase um milhão de assinaturas em 7 meses é preciso muita representatividade, base social. Agora, obviamente que nós fomos pelo caminho de compatibilizar os fins e os meios.

Eliane: E a questão de escolher o Eduardo Campos, que era o que mais, como ex-Ministro do presidente Lula, seria o que mais feriria a candidatura Dilma?

Marina: Olha, tem um provérbio chinês que diz o seguinte: “Geralmente, a gente vê nos outros o que tem dentro de si”. A atitude de buscar uma candidatura já posta, eu vejo de uma forma completamente diferente. Poderíamos ter

seguido dois caminhos: um era de nos recolhermos – uma boa parte da militância, sobretudo a militância jovem, tinha esse desejo de que deveríamos ficar apenas buscando a criação da Rede sem um envolvimento, já que não tínhamos conseguido o registro. E uma outra parte achava, da militância de um modo geral, ir para um outro partido e viabilizar a candidatura. E naquele momento o que pesou foi o seguinte: o que é mais coerente com aquilo que estamos defendendo de que o importante é ser um partido programático, e não um partido puramente pragmático, que faz qualquer coisa para participar das eleições? E a candidatura do Eduardo, ela se colocava no sentido de que, se ele se compromete com as nossas ideias, com o nosso programa, isso já é uma boa contribuição para o Brasil, e, como diz no filme do carteiro e do poeta [...], quando o carteiro está conquistando a moça usando as poesias do Neruda e ele reclama, aí ele fala pra ele: Olha, poesia não é de quem faz, é de quem precisa. E nesse momento eu acho que o Brasil precisa de debater ideias, não é apenas o palanque, o tempo de televisão, a estrutura, é uma nova postura. Eu encaro muito mais como uma nova postura. E fazer uma aliança programática, pra ver se isso prospera pra uma aliança eleitoral, é completamente diferente. Quando me perguntaram “Senadora, isso é vingança?”, eu falei: “Não, isso é legítima defesa da esperança”. Porque nós temos ideias, nós temos propostas, e nós queremos contribuir com o Brasil. Eu não tenho como objetivo ser presidente da República, o objetivo da minha vida não é ser presidente da República. O objetivo da minha vida é lutar pra que o Brasil seja melhor, pra que o mundo seja melhor. E, se tiver um presidente que se comprometa com essas ideias, pra mim não tem nenhum problema em apoiar essa candidatura. Então, a atitude tomada foi inteiramente coerente com aquilo que nós defendemos na RS, de pensar o Brasil não apenas a partir da lógica da eleição pela eleição, mas do compromisso de que a política pode ser melhor.

Maria Cristina Fernandes: Senadora, num encontro recente com investidores, a senhora disse que pretendia retomar o tripé da economia, que, na sua avaliação, foi abandonado. E, nesse mesmo encontro, a senhora também disse que pretende aprofundar a política de combate à desigualdade, que é uma política que a senhora aprova no PT. Então gostaria que a senhora explicasse como é que a senhora pretende conjugar essas duas iniciativas sem mexer nos gastos sociais do governo. Hoje, se você somar os programas sociais (os gastos com educação, saúde e previdência), você tem aí 63% dos gastos, das despesas totais do governo. Para você fazer um superávit mais robusto e combater a desigualdade, todas as vezes que se tentou fazer isso sem mexer nos gastos sociais você acabou tendo uma economia muito marginal. Então eu queria que a senhora explicasse como é que isso vai ser feito sem mexer nesses 63%.

Marina: Bem, em primeiro lugar eu acho que não há uma incompatibilidade entre crescimento/desenvolvimento econômico, que é o que nós experimentamos desde a estabilidade econômica, e a distribuição de renda, mas eu acho que isso foi o processo complementar. O governo do presidente Fernando Henrique Cardoso ajudou a promover essa importante conquista da sociedade brasileira, que é a estabilidade econômica. Mas algo precisava ser feito, e o governo do presidente Lula dá essa contribuição da distribuição de renda, e isso até cria um processo de retroalimentação da própria economia. O que nós precisamos fazer é adquirir confiança para que haja investimento, para que haja um crescimento com qualidade, e a partir daí, sim, você pode continuar gerando meios para distribuir renda e promover a inclusão social. Você tem que buscar a eficiência do gasto público, você tem que acabar – em vez de utilizar o Bolsa Família, você poderia por exemplo utilizar o Bolsa Ministério. Nós já vamos chegar quase no 40º Ministério, então isso, sim, tem que acabar. Tem que dar eficiência pro gasto público e evitar que a gente tenha que utilizar os que não sabem, não têm e não podem como sendo os responsáveis por tudo o que está acontecendo aí. O que está acontecendo aí é em função de uma série de erros que vêm sendo cometidos, inclusive prejudicando os meios que propiciaram a estabilidade econômica, sem o que não haveria, aí, sim, como fazer a distribuição de renda.

Ricardo Gandour: Senadora, recentemente um comentário crítico que a senhora fez ao deputado federal Ronaldo Caiado repercutiu bastante, e o seu futuro partido, A Rede, chegou a até emitir uma nota explicativa, houve no PT quem até comemorasse a dificuldade que isso poderia trazer com o agronegócio...

Marina: ...eu não sabia que alguém no PT havia se solidarizado com isso...!

Ricardo: ...é, foi publicado, mas o que eu queria perguntar é o seguinte: a senhora tem recentemente falado que há agronegócio e há agronegocio, enfim. Nesses anos todos, a senhora enxerga a senhora tendo um discurso mais flexível, a senhora se veria na posição de fazer como aconteceu com o então candidato Lula em 2002, uma carta aos brasileiros do agronegócio pra explicar melhor sua posição?

Marina: Em primeiro lugar reitero o que eu disse no sentido de que existe, sim, agronegocioS, no plural. E obviamente que uma crítica ao setor mais atrasado no ruralismo brasileiro não pode ser endereçada ao agronegócio, ao desenvolvimento rural brasileiro, que é fundamental para o crescimento e o desenvolvimento do país. E eu conheço pessoas que têm trabalhado a agenda do desenvolvimento sustentável dentro desse setor, mas é claro que existem aqueles que fazem questão de manter o olho no retrovisor, olhando pro século 19, porque o que se quer em relação a essa agenda é o aumento de produção por ganho de produtividade.

Ricardo: Quem seriam? Quem seriam esses grupos? Os atrasados?

Marina: Os setores mais atrasados são conhecidos. Eu prefiro dar um pouco de luz para os setores mais adiantados, porque...

Ricardo: ...quais são?

Marina: Por exemplo, o pessoal do diálogo florestal [...], o próprio Roberto Rodrigues, que vocês só falavam das coisas que a gente divergia, mas nunca falavam das coisas que a gente trabalhou junto, é uma pessoa que tem uma outra visão e que não tem problema com essa agenda do desenvolvimento sustentável, de sorte que é fundamental que esse setor assuma a proatividade, que coloque suas ideias à frente dessa discussão, sob pena de serem todos taxados de terem uma visão retrógrada em relação a esse setor, que durante muitos anos conseguiu inovação, tecnologia e aumento de produtividade, mas que, infelizmente, no cerrado e na Amazônia, tem uma prática completamente nefasta ao próprio setor, como por exemplo a pecuária extensiva. Hoje você tem uma pecuária que, para se produzir uma cabeça de gado, você precisa de um hectare. Para gerar um emprego, você precisa destruir 400 hectares de floresta, e isso é totalmente improdutivo. A Embrapa tem conhecimento, tecnologia, que possibilita dobrar nossa produção sem precisar mais desse tipo de prática. Então não é a reivindicação de continuar fazendo a forma predatória, mas é buscar aumento da produção por ganho de produtividade, e nós temos tecnologia disponível, como por exemplo as atividades que já vêm sendo desenvolvidas pela Embrapa, como é o caso do plantio direto, como é o caso da integração lavoura-pecuária, como é o caso do sistema silvipastoril, o uso de fogo que já foi banido no pessoal da cana de açúcar, tem muita gente boa fazendo coisa boa. Agora, esses não ganham as luzes, e eles precisam ver a luz para mostrar que esse agronegócio, entre aspas “atrasado”, prejudica o setor.

Augusto: Estamos de volta [...]. Senadora, antes da pergunta do Diego e da Eliane, eu queria saber o seguinte: quando se filiou ao PSB, a senhora disse que a candidatura do governador Eduardo Campos estava posta, e pessoas ligadas à Rede disseram que a senhora topava inclusive ser candidata a vice-presidente. Depois, parece que não ficou bem assim. A senhora e o próprio governador disseram que isso seria definido em 2014, ano que vem. Eu pergunto: a senhora vai apoiar a candidatura à presidência de Eduardo Campos ou isso ainda está para ser acertado?

Marina: Quando nós conversamos naquela oportunidade que tivemos para tratar da aliança programática, não se fez uma discussão sobre vice ou não vice. Partiu-se do princípio que o PSB tem uma candidatura, e eu estava dialogando com esse candidato e com essa candidatura pra assumir as propostas que nós consideramos relevantes para o Brasil. E a afiliação ao PSB foi uma espécie de chancela dessa aliança programática, de sorte que, quando o Eduardo disse que isso seria decidido em 2014 (ele que disse isso), é porque ele tinha uma construção anterior de que a campanha dele e a decisão dele seria em 2014, e todos que me perguntavam, e muitos que estão assistindo são testemunhas do que eu dizia, de que eu não estava na condição de candidata, de que a Rede, se fosse registrada, a candidatura era ainda uma possibilidade, não tendo o registro da Rede, essa possibilidade foi subtraída, e o diálogo que nós estamos fazendo é, sim, com a candidatura do Eduardo, que diz que é em 14 que vai tomar essa decisão. Mas o que nós estamos focados agora é em viabilizar o programa, tornar viável esse programa, esquecer a lógica puramente eleitoral, que é o que tem, no meu entendimento, feito uma saturação no processo político, é discutir a eleição pela eleição, em vez de discutir o que vamos fazer se ganharmos as eleições.

Diego: Senadora, eu acho que já lhe fizeram essa pergunta muitas vezes, mas eu preciso repetir e ver se a resposta vai mudar. Mas o Eduardo Campos, com quem a senhora se associou pra enterrar a velha República ou, como já disseram, deixar pra trás a velha política, é um político tradicional de PE. Ele foi um Ministro do governo Lula, foi eleito muito em razão do apoio que o Lula lhe deu, já foi acusado de nepotismo, já teve assessores condenados por desvio de recursos públicos, colocou a mãe no Tribunal de Contas da União e, até o anúncio da aliança, ele não havia falado a palavra “sustentabilidade” nem a palavra “utopia”. Como é possível que as pessoas compreendam que vai se fundar uma nova política tendo a senhora se associado a esse político?

Marina: Bom, em primeiro lugar, o porquê da aproximação com o PSB. Em 2010, lembra que eu não apoiei nenhuma candidatura no segundo turno, mas nós apresentamos um programa pra presidente Dilma e pro governador Serra. A presidente Dilma assumiu uma quantidade de compromissos eu diria até significativos, inclusive que vetaria qualquer lei que significasse aumento de desmatamento e anistia para desmatadores. O governador Serra foi bastante genérico à época e não assinou o documento. Ele pediu pro presidente do PSDB assinar por ele, e naquela época as pessoas questionavam: “Poxa, mas você não vai se posicionar?!”. E eu dizia: Eles é que têm que conquistar as pessoas que votaram em mim e em Guilherme, assumindo compromisso com o nosso programa. Infelizmente, nem o PSDB nem o PT deram uma demonstração de que esse programa faria qualquer diferença em suas ações programáticas. O governador Eduardo Campos estava, sim, construindo a sua candidatura, como eu disse anteriormente, no velho diapasão que os demais partidos estão fazendo, tentando conseguir tempo de TV, palanque, base eleitoral. Mas esse fato político o fez buscar um outro caminho, porque o que era uma frágil possibilidade agora ganha um pouquinho mais de substância com essa ação da rede. E a sinalização de que quer, de fato, fazer a discussão programática e parar um pouco aquela ideia de continuar viabilizando na lógica da aliança eleitoral já é uma boa sinalização. E, é claro, isso é muito novo no Brasil. O Eduardo é uma liderança jovem, e eu espero que essa responsabilidade que está nos ombros dele agora, e que você ta cobrando agora, isso possa prosperar da melhor forma possível. O Brasil e o mundo estão mudando. Há uma mudança significativa acontecendo na política, por fora dos partidos e das lideranças políticas, e atualizar essa política é o grande desafio que nós temos. E eu tenho trabalhado para essa atualização. Se isso vai prosperar, o tempo haverá de dizer, mas, como eu disse, se não prosperar, vale a intenção da [...], porque eu estou muito esperançosa de que ele está fazendo um movimento, uma inflexão na sua posição, e essa inflexão eu acredito que pode mudar, sim, a qualidade da política no Brasil.

Diego: A senhora não vê nenhum paralelo com a decisão de ir para o PV, em 2009, e também acreditar que o modo de fazer política do Penna, então presidente do PV, e do Eduardo Campos seja semelhante? Não passou isso pela sua cabeça?

Marina: Não vejo, em primeiro lugar, porque, o Penna, não tenho o conhecimento de que ele tenha feito a gestão de nenhuma atividade pública. O governador Eduardo Campos é considerado o governador mais bem avaliado do nosso país, na sua eficiência em termos de gestor público. Ele vem, claro, de uma tradição política de compromisso com as lutas democráticas e sociais desse país. Ele foi a primeira pessoa a reconhecer a importância política da RS, foi o partido que entrou com mandato de segurança contra a lei casuística, [...] que já aprovaram no Congresso Nacional, de sorte que vem fazendo sinalizações diferentes. E eu acho que a gente tá no começo aí, uns 15 dias, vamos esperar que essa aliança possa prosperar, ou pelo menos dar o tempo necessário (para) que essa antecipação que você já está fazendo do fracasso, né, ela não precise ser antecipada. Eu disse que o ato era em legítima defesa da esperança, e eu acredito nisso. Eu sou uma pessoa que tenho uma profunda vontade de acreditar. Não vejo paralelo com o PV. No PV eu fiz uma filiação orgânica ao Partido Verde, acreditando que de fato aquilo que havia sido estabelecido seria cumprido, de que nós iríamos mudar o programa pra colocar o desenvolvimento sustentável, atualizando o programa, de que a gente ia fazer a reestruturação do partido, e, no caso da reestruturação do partido, não andou, porque o partido tem quase 30 anos e não elege seus diretórios, de sorte que, no caso, é diferente, sim.

Eliane: Eu queria recuperar a pergunta do Gandour e fazer aí uma salada com a pergunta do Augusto e do Diego. Então é o seguinte: olhando do outro lado, o Ronaldo Caiado foi apoiado por, sei lá, 20 entidades do agronegócio pelo país afora, e eu não sei identificar quais são mais modernos, mais atrasados, mas 20 entidades do agronegócio, tanto nacionais quanto regionais, é um segmento expressivo. A presidente Dilma, por ser presidente, por o PT estar há muito tempo no governo, por uma série de fatores, tem o apoio do setor financeiro, do setor empresarial, de setores fortes do agronegócio. Se a senhora chega na candidatura do Eduardo Campos, já afugenta o setor do agronegócio? A senhora não está sendo, sei lá, uma aliada, como o PT diz?!, um Cavalo de Troia na candidatura do Eduardo Campos?

Marina: É engraçado, né, porque o que foi que eu disse em relação ao Caiado quando me perguntaram? Nem é aliança nacional com o Eduardo, num era uma aliança nacional com o Eduardo. O Caiado tava discutindo a possibilidade de uma aliança com o candidato do PSB do estado de Goiás, mas, claro, ele é uma liderança nacional e isso repercute na coligação nacional, até porque vocês mesmo tratam de perguntar: E aí, como é que vai você agora? Marina e Caiado, Caiado e Marina, viraram agora Xuxa e Arisco? Não. O que eu disse aqui (é que) o Caiado e eu somos muito coerentes e, se ele estivesse na coligação, eu não teria como ficar. E, se eu permanecesse na coligação, ele também não teria como ficar. Em função das divergências históricas, em relação à questão do desenvolvimento sustentável, à questão do código florestal, das terras indígenas, da reforma agrária. Mas eu só disse isso. Talvez não tenha havido uma compreensão em relação à natureza da crítica que foi feita a uma liderança do ruralismo brasileiro e confundido isso com uma crítica ao agronegócio, que eu tive agora a oportunidade de explicar, até porque, quando criticam a minha pessoa, os ambientalistas não tomam isso como uma crítica ao movimento ambientalista, uma crítica feita à Marina. No caso do deputado Caiado, parece que foi tomado dessa forma, mas eu tenho certeza que essas organizações representativas do setor, quando entendem, entram em contato com a natureza da crítica que foi feita, com certeza a posição pode ser reelaborada, até porque as minhas divergências vêm da época da UDR. Eu tenho uma relação muito traumática com a UDR. Foi a UDR que financiou aqueles que foram os algozes do Chico Mendes. Então, quando eu faço essa crítica a essa visão atrasada, eu não estou me referindo ao agronegócio. Não foi o agronegócio que fez isso, não foi a agricultura familiar, não foi a reforma agrária. Foi um grupo de pessoas, com uma visão atrasada da democracia, da Constituição de 88, que assegura a responsabilidade social, ambiental, a função social da propriedade que, sim, surgiram contra essas conquistas, e que fizeram verdadeiros levantes neste país contra as conquistas democráticas da nossa sociedade. Então a crítica foi circunscrita a algo que eu tenho conhecimento de causa, e evocando de forma educada a nossa coerência. Se ele está, eu não tenho como ficar, e, se eu fico, talvez ele não consiga ficar.

Maria Cristina: A senhor elogiou o governo Fernando Henrique Cardoso e o governo Lula na condução do tripé, nos superávits que promoveram em seus governos. Agora, na questão da Previdência, por exemplo. Os dois governos mexeram na Previdência. Hoje a Previdência consome, a cada 10 reais que o governo gasta, a Previdência consome 4, a despeito das reformas de um e de outro. E uma das pressões sobre a Previdência é a política de salário mínimo. Hoje a política de salário mínimo é indexada ao PIB. A senhora pretende alterar essa política? Se a senhora não pretende alterar, como a senhora pretende reduzir o peso da Previdência sobre os gastos do governo?

Marina: Essa discussão nós ainda não fizemos dentro da Rede. Essa discussão nós estamos iniciando. Tem pessoas que têm posição bastante forte em relação a ela, por exemplo uma pessoa que tem nos ajudado muito desde 2010 na parte de formulação da política econômica é o Eduardo Gianetti. Ele tem uma posição mais ou menos na direção das preocupações que você levantou, mas isso ainda não tem [...] dentro da rede. Minha posição pessoal é de que nós temos que encarar as reformas. Não só a reforma da Previdência, mas também as reformas tributárias...

Maria Cristina: ...qual seria a sua reforma da Previdência, senadora?

Marina: Nós ainda não discutimos isso. Eu não tenho como dizer que eu tenho a minha reforma da Previdência. Nós estamos num processo coletivo e eu quero aprofundar isso dentro desse processo coletivo, com a clareza de que nós não podemos continuar com o mesmo peso que tem hoje a Previdência, sob pena de mais à frente nós pagarmos um preço muito alto em relação a isso.

Maria Cristina: Da mesma maneira que o seu grupo foi levado a aderir ao PSB por sugestão da senhora, imagino

que a senhora também tenha sugestões pra fazer de como mudar a Previdência.

Marina: Tenho sugestões, mas a Rede neste momento vamos fazer um seminário. O primeiro seminário que nós vamos fazer vai ser um seminário de visão. Qual é a visão que nós temos para o Brasil em termos mais de marco referencial. Depois disso nós vamos desdobrar em diretrizes programáticas, aonde (sic) com certeza as reformas entrarão, reforma da Previdência, reforma tributária, reforma política, as reformas estratégicas. E no debate interno da rede nós vamos ter uma posição para compartilhar com o PSB.

Ricardo Gandour: Senadora, a senhora afirmou recentemente que a marca do governo Dilma é o retrocesso. Dias depois, afirmou em entrevista ao jornal espanhol *El país* que não se sente uma traidora em relação ao Lula. Eu sei que a senhora vai dizer que não é contra o PT, a senhora já se posicionou publicamente nesse sentido, mas eu queria ouvir da Marina fundadora do PT: qual é a sua avaliação dos rumos que o partido tomou?

Marina: Você tinha feito uma pergunta anterior a essa.

Ricardo: Você afirmou que a marca do governo Dilma é um retrocesso. Mas ao jornal espanhol *El país* disse que não se sente uma traidora em relação ao Lula. Eu queria ouvir da Marina, fundadora do PT, sua visão sobre isso. Você é muito próxima a [...] históricos, né, do PT.

Marina: Eu faço questão de preservar as relações de respeito e de amizade com várias pessoas do PT, sim, por exemplo o governador Tarso Genro, tem uma quantidade de pessoas, o Jorge Viana [...], tem uma quantidade enorme. Eu, graças a Deus, sou uma pessoa que não faço política tratando as pessoas com as quais eu tenho divergência como se fossem meus inimigos. Eu faço críticas políticas, não estou fazendo guerra para eliminar as pessoas. Quando eu disse que no governo da presidente Dilma a marca até agora, infelizmente, é do retrocesso, eu me refiro muito a uma agenda que, pra mim, é muito cara, que é da questão ambiental. Por exemplo, foi no governo da presidente Dilma que mudou o código florestal; foi no governo da presidente Dilma que se tirou as competências do Ibama pra fiscalizar desmatamento; no governo da presidente Dilma que se fez uma medida provisória pra que ela possa reduzir as unidades de conservação criadas em outros governos pra facilitar as licenças das hidrelétricas; foi no governo da presidente Dilma que voltou agora a crescer o desmatamento dentro das áreas de preservação, de áreas públicas, como é o caso da floresta de Jamaxim; que hoje no oeste do Pará nós temos um aumento significativo de desmatamento e de ocupação de área ilegal; é no governo dela que as pessoas estão se sentindo à vontade para mudar a legislação que cria as terras indígenas...

Augusto: ...só um parêntese para a senhora continuar a resposta, agora uma coisa prática: a senhora interromperia a construção da Usina de Belo Monte?

Marina: Olha, a hidrelétrica de Belo Monte, ela está aí há mais de 20 anos, com problemas que não foram resolvidos até hoje. Argumentava-se que ela tinha viabilidade econômica, viabilidade social e ambiental não tem. E, como é um investimento que está sendo feito com o dinheiro do governo, claro que não tem viabilidade econômica. Claro que para você instalar uma coisa dessa você precisa ter os estudos para verificar o que está acontecendo, porque criar uma lógica de fato consumado. Obviamente se você me perguntasse: Se a senhora fosse Ministra do Meio Ambiente, a senhora teria dado uma licença, sem resolver os problemas sociais e os problemas ambientais, sem que fossem cumpridas as condicionantes? Com certeza eu lhe diria que não. Do mesmo jeito que enquanto não foram resolvidos os problemas de Santo Antônio de Jirau, não foi dada a licença na minha gestão, e fizemos uma licença com cerca de 42 condicionantes que depois, no governo após nossa saída, não foram observadas essas condicionantes.

Ricardo: E sobre os rumos do partido?

Marina: Eu acho que infelizmente os partidos políticos, mesmo os partidos históricos que têm programa, bandeiras e que deram uma grande contribuição pro nosso país, eles não conseguiram ressignificar e atualizar a sua contribuição política. E que quando estava dentro do PT eu dizia muito que a utopia deste século ia ser a utopia do desenvolvimento sustentável. Mas, quando eu dizia isso, as pessoas achavam que eu estava querendo cacifar a minha pasta, e infelizmente o PT não foi capaz de fazer isso. Ele teve uma contribuição que atualizou a política, ele e o PSDB no final da década de 70 e 80 o PT, e depois o PSBD quando saiu do antigo [...], porque eu não consigo imaginar como seria a política se não tivéssemos a contribuição desses dois partidos. Só que aconteceu uma estagnação, e o mundo está vivendo uma realidade muito, muito difícil de ser pensada no mesmo diapasão da política que vem sendo alterada na atualidade pelos partidos. Está surgindo um novo sujeito político. Esse novo sujeito político não tem as características daquele da nossa época na década de 80 e 90. Esse novo sujeito político tem as características daquilo que eu chamo de um novo ativista. Não é mais um ativismo dirigido pelo partido, pelo sindicato, pela ONG ou pelo líder carismático. É esse ativismo que nós observamos em junho; ele é autor, mobilizador e protagonista. É completamente diferente. Os partidos que estão aí não conseguem fazer uma ponte com esse novo ativismo, e isso não está acontecendo só no Brasil, mas no mundo inteiro. A Rede é uma tentativa dessa atualização. Eu diria que a Rede está para este período assim como o PT esteve no final da década de 70 e 80 e depois, em seguida, o PSDB.

Mário Simas Filho: Queria mudar um pouco aqui, queria falar do Pré-Sal. Como a senhora pensa em gerir o Pré-Sal?

Augusto: Por falar nisso, a senhora gostou do resultado do leilão hoje?

Mário Simas: É energia do passado, mas o país joga o seu futuro nele. Como administrar isso?

Marina: Bem, eu sempre que me fazem essa pergunta, eu digo que infelizmente o petróleo ainda é um mal necessário. Nós não temos fonte de geração de energia para prescindir do uso dos combustíveis fósseis, sobretudo o petróleo. A nossa matriz energética, a matriz energética planetária, ela é baseada no uso de carvão, petróleo e gás. De repente nós ainda não temos os meios pra fazer essa atualização. Hoje é um mal necessário, mas nós temos que utilizar essa fonte de geração de riqueza, de energia, e fazer de tudo para investir em tecnologia, em inovação, em educação, para conseguir as fontes que irão substituir os combustíveis fósseis, sob pena do planeta não suportar mais. Se ultrapassarmos os dois graus de temperatura...

Mário: Como gerir esse Pré-Sal? Como fazer esse investimento? Pela iniciativa privada...?

Marina: Em primeiro lugar, o que Augusto falou, né, se estamos felizes. Eu diria que, primeiro, um leilão que só comparece uma proposta, a gente fica na dúvida se de fato foi um leilão, de sorte que nós temos inclusive que agora perguntar: Esse recurso vai para onde? Esses 15 bilhões... já vai pra educação? Parece que não, ele já vai pra fazer o superávit primário brasileiro, que está aí com dificuldade de fechar as contas em 2013? Como é que vamos fazer exploração de petróleo em água profunda depois do que aconteceu no Golfo do México, se o governo não aprovou sequer o plano de contingência? Como é que as empresas vão começar a operar sem os devidos requerimentos e poder evitar que possíveis desastres possam se repetir na magnitude do que nós já conhecemos? Então existem muitas interrogações...

Eliane: ...e a questão do financiamento internacional, do capital privado, como a senhora vê essa questão no Pré-Sal (entrada de grandes companhias internacionais, inclusive chinesas)?

Marina: A Petrobrás é uma empresa de capital misto, e, pra fazer um leilão dessa magnitude, atrai os investidores estrangeiros, sim. Vi com uma certa preocupação o fato de que a China participa do leilão, e no caso não é uma empresa. O governo chinês é o Estado, não existe uma empresa privada chinesa quando eles partem para esse tipo de investimento, de sorte que pra mim não tem nenhum problema que a gente possa, e é desejável, atrair capital privado, até porque, no caso dos recursos do Pré-Sal, isso poderia inclusive dar uma vantagem pra ideia dos recursos pra educação. Como a Petrobrás é uma empresa de economia mista, se for apenas a Petrobrás, uma parte desses dividendos terá que ser dividida entre os seus acionistas. Quando se trata de um outro arranjo, terá que ir para os cofres públicos, o que ajudará muito nesse arranjo do fundo para a educação.

Maria Cristina: O que uma estatal chinesa pode trazer para o Pré-Sal?

Marina: Eu acho que tem um aspecto que você tá interagindo com o investimento estatal, não é de uma empresa. Essa preocupação não é só do Pré-Sal. Você não tem ali uma empresa privada que tá participando junto com outras empresas privadas, você tem...

Marina Cristina: ...eu não entendi a soberania do que uma empresa estatal chinesa traria que uma privada chinesa não traria.

Marina: Não traria, porque é uma independência. Você tem ali a ação de um governo, a ação do Estado chinês fazendo a exploração junto com a Petrobrás, da mesma forma que quando os chineses compram terra para produzir agricultura nos vários lugares que eles fazem esses investimentos, você não tem uma empresa privada que está fazendo esses investimentos. Você tem o governo chinês comprando terra no Brasil, comprando terra na África, comprando mineradoras na África, ou fazendo qualquer tipo de exploração.

MC: Mas é muito diferente, né, a relação contrato

Marina: Não, não é diferente, não, é a mesma coisa. Você teria aí uma relação de governo com governo, e essa lógica com certeza precisa ser melhor (sic) entendida. A sorte é que a quantidade, me parece, que foi uma quantidade bastante equilibrada.

Diego: Em todos os pontos que a senhora tem falado, me parece que falta um pouco, talvez seja só um problema meu, de clareza em relação ao que a senhora faria de diferente, seja no agronegócio, seja em relação ao tripé econômico, ou investimento em outros tipos de energia. O que a senhora procuraria de fato fazer diferente nessas questões em relação ao governo Lula?

Augusto: Na última pergunta eu acrescento: o que a senhora faria quanto a fórmula usada pelo governo na exploração do Pré-Sal?

Marina: Em primeiro lugar, quando você se refere ao que faria em relação ao agronegócio. Nós já temos uma boa parte da agricultura brasileira que é altamente tecnológica e que tem alta produtividade. Primeiro fazer com que isso possa ser estimulado; que as tecnologias já disponíveis na Embrapa possam ser estendidas para a produção agrícola.

Não só o agronegócio, mas inclusive que a gente possa fazer com que o agricultor familiar também possa ter aumento de produção por ganho de produtividade. Em segundo lugar, cada vez mais nós vamos precisar certificar a nossa agricultura, trabalhar com rastreabilidade. Hoje nós perdemos, por exemplo, só pra você ter uma ideia, 30% da nossa produção agrícola por causa do não investimento em infraestrutura logística; você não tem armazenagem, não tem transporte adequado. Imagine você o que é perder 30% daquilo que se produz com alto investimento por falta de investimento. Fazer o investimento necessário!

Diego: E eles são difíceis por causa de licenças ambientais, né?!

Marina: Não, por falta de licenças ambientais, não. A BR 163, por exemplo, foi dada a licença na minha gestão, nós fizemos todo um arranjo para dar a licença, e sabe qual era a argumentação? De que era fundamental para a exportação da soja. Não entrou na prioridade do PAC enquanto eu estava no governo (...).